

Referia

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**



**MESTRADO EM:** Desenvolvimento e Cooperação Internacional

A MULHER DO *HOMOECONOMICUS*:  
UMA CRÍTICA À TEORIA ECONÓMICA DOMINANTE NO  
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO

SÓNIA CRISTINA MORAIS LOURENÇO

**Orientação:** Doutor Jochen Oppenheimer

**Júri**

Presidente: Doutor Jochen Oppenheimer

Vogais: Doutora Maria do Pilar Esteves Gonzalez

Doutora Margarida Maria Simões Chagas Lopes

**Julho/2002**

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

**A MULHER DO *HOMOECONOMICUS*:  
UMA CRÍTICA À TEORIA ECONÓMICA DOMINANTE NO  
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO**

**SÓNIA CRISTINA MORAIS LOURENÇO**

**Orientação:** Doutor Jochen Oppenheimer

**Júri**

**Presidente:** Doutor Jochen Oppenheimer

**Vogais:** Doutora Maria do Pilar Esteves Gonzalez

Doutora Margarida Maria Simões Chagas Lopes

## Resumo e palavras-chave

O género não está incluído nas formas tradicionais de explicar o desenvolvimento. Os programas de desenvolvimento promovidos pelas organizações internacionais (como o Banco Mundial) eram, pelo menos até recentemente, formalmente neutros em relação à problemática do Género. O que, em certa medida, condicionou os resultados alcançados por esses programas.

Hoje em dia, esta problemática é já considerada nos programas do BM, mas de uma forma limitada. Na análise económica que enforma esses programas, ela continua a estar normalmente ausente. E, quando é considerada, limita-se quase em exclusivo à desagregação dos agentes económicos por sexo.

O dinamismo dos papéis de género, ou seja das tarefas desempenhadas por homens e mulheres numa sociedade, é eliminado na análise económica tradicional pelo conceito de *homo economicus*: o agente egoísta e racional, maximizador da sua utilidade individual.

Também ao nível macro-económico, a não consideração do sector da reprodução social, onde as mulheres desempenham um papel crucial, levanta uma série de problemas na prossecução de objectivos de desenvolvimento humano de longo prazo.

**Palavras – chave:** género; *homo economicus*; agregado familiar; reprodução social; trabalho não remunerado; programas de ajustamento estrutural

## Summary and key-words



Gender is not included in the traditional ways to explain development. The development programs promoted by international organizations (like the World Bank) were, at least till recently, formally neutral to the gender problematic. This has partly diminished the results these programs have achieved.

Nowadays this problematic is already considered in the World Bank programs, but in a limited way. In the economic analysis which are the basis of the design of the programs, it is normally still absent. And, when it is considered, it's almost exclusively limited to the desegregation of the economic agents by sex.

The dynamism of the gender roles, of the tasks performed by men and women in a society is eliminated in traditional economic analysis by the use of the concept of *homo economicus*: the egoistic and rational agent, maximizer of it's individual utility.

At the macro-economic level, the exclusion of the social reproduction sector, where women have a crucial role, rises a series of problems for the achievement of long term human development goals.

**Key-words:** gender; *homo economicus*; household; social reproduction; unpaid labor; structural adjustment programs

## Índice

	<u>PÁG.</u>
Resumo e palavras-chave	2
Summary and key-words	3
Índice	4
Lista de Quadros e Figuras	5
1 – Introdução	6
2 – Género: construção social da diferença	12
2.1 – O construção histórica do género: o exemplo das sociedades ocidentais	20
2.2 – Os papéis femininos	24
2.3 – A actividade económica das mulheres e a sua posição subordinada na sociedade: o exemplo histórico africano e lições para o presente	28
3 – Masculino e feminino: acesso assimétrico aos principais recursos	34
4 – Críticas de género aos conceitos da análise económica dominante (com destaque para a teoria neoclássica)	42
5 – Apresentação e crítica da teoria de Gary Becker numa perspectiva de género	51
6 – A introdução do género na análise económica: um ponto crucial no planeamento do desenvolvimento.....	65
7 – Género e os Programas de Ajustamento Estrutural.....	70
7.1 – O género e os modelos macro-económicos utilizados na elaboração dos PAE	72
7.2 – As relações de género e o modelo de ajustamento estrutural da pequena economia dependente	78
8 – Estratégias de desenvolvimento alternativo	85
8.1 – Educação: a construção do capital humano e a teoria do crescimento endógeno	85
8.2 – O <i>Mainstreaming</i> da problemática do género	89
8.3 – <i>Empowerment</i> – o contributo de John Friedman	92
8.4 – Do WID ao GAD	101
9 – Conclusão	104
10 – Bibliografia	107

## Lista de quadros e figuras

<u>QUADROS</u>	<u>PÁG.</u>
2.1 – Taxa de iliteracia em pontos percentuais	14
2.2 – Número médio de anos de escolaridade frequentados por rapazes e raparigas	15
2.3 – Assentos parlamentares detidos por mulheres	16
2.4 – Mulheres em proporção dos homens nos vários grupos profissionais	18
2.5 – Taxa de fecundidade total (número de nascimentos por mulher)	25
2.6 – Taxa de mortalidade infantil (permilagem)	26
3.1 – Taxas de actividade na EU	38
3.2 – Ranking dos países da UE segundo a taxa de actividade feminina	39
3.3 – Taxa de actividade das mulheres (dos 20 aos 49 anos) segundo o número de filhos menores de 15 anos	40
8.1 – Diferencial entre as taxas de literacia masculina e feminina (adultos) em pontos percentuais	86
8.2 – Frequência da educação primária desagregada por género	87
8.3 – Percentagem da população com acesso a uma fonte de água potável	100
 <u>FIGURAS</u>	
2.1 – Carga de trabalho masculina e feminina	26
2.2 – Divisão sexual da carga de trabalho nos PVD	27

## 1 - Introdução

A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, apesar de apresentar nuances diferentes de país para país, consoante religiões, culturas ou tradições, é um assunto na ordem do dia. Não é preciso deslocarmo-nos a um país menos desenvolvido, para percebermos que existem diferenças na forma como a sociedade olha homens e mulheres. Este é um problema de todos os países.

Em particular nas últimas décadas, foram dados grandes passos no “caminho da Igualdade”. Os movimentos de mulheres assumiram um papel essencial, começando por lutar pelos direitos de voto, de acesso à educação e à saúde, oportunidades iguais de emprego, igualdade no acesso às oportunidades económicas, tal como a terra, matérias-primas, crédito e serviços de apoio financeiro e técnico, contribuindo para o reconhecimento de direitos como a maternidade segura, a igualdade perante o divórcio, heranças e salários. Hoje, “o debate em torno da igualdade social *versus* diferença natural (biológica) entre mulheres e homens constitui o pano de fundo sobre o qual decorre a procura de políticas promotoras da igualdade entre os sexos” (Ferreira, V., 2000: p. 13).

O que nos traz ao fio condutor de todo este trabalho: o género é uma construção social. Ser homem ou mulher é biologicamente determinado, mas os papéis femininos e masculinos desempenhados por uns e outras são socialmente construídos. Cada ser humano, desde o seu nascimento, é socializado (na família, na escola, ...) no sentido de que toda a sua actuação esteja de acordo com os papéis de género socialmente aceites. Ou seja, os papéis feminino e masculino aceites como a “norma” em cada sociedade vão enformar e condicionar todo o comportamento individual das mulheres, mas também dos homens. Incluindo a sua actuação nos mercados (bens, trabalho, ...). E isto põe em causa o conceito central da microeconomia: o primado do individualismo metodológico traduzido no conceito de *homo economicus*. Isto é, o indivíduo “egoísta” e maximizador. Na verdade, o comportamento de todos os agentes económicos é condicionado pelo seu processo de socialização, no qual a assimilação dos papéis de género é uma vertente fundamental.

O género não estava incluído nas formas tradicionais de explicar o desenvolvimento. Os programas de desenvolvimento promovidos pelas organizações internacionais (como o

Banco Mundial) eram até recentemente formalmente neutros em relação à problemática do género. O que, em certa medida, condicionou os resultados alcançados por esses programas.

Hoje em dia já não é assim. Esta problemática já é considerada. Aliás, “de uma fase de exclusão total das mulheres das políticas de desenvolvimento chegámos à fase em que as agências doadoras ‘impõem’ aos governos receptores de ‘ajuda’ a estratégia de *mainstreaming* tendo em vista a institucionalização das relações sociais de sexo em todas as políticas, e a de *empowerment* das mulheres para reforçar a capacidade de participação destas nas decisões” (Ferreira, V., 2000: p. 35).

A realidade dos projectos, contudo, deixa muito a desejar. A introdução da problemática do género nos programas de desenvolvimento que enformam, depois, os projectos concretos, ainda acontece de forma limitada. Na análise económica que enforma esses programas, ela continua a estar, normalmente, ausente. E, quando é considerada, limita-se quase em exclusivo à desagregação dos agentes económicos por sexo. A teoria económica dominante (neoclássica ao nível micro e de origem keynesiana ao nível macro) que estrutura os modelos utilizados por organizações internacionais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional na elaboração de programas de desenvolvimento é formalmente neutra face à problemática do género. Apesar de todos os grandes paradigmas da teoria económica terem desenvolvido instrumentos analíticos relevantes para uma análise de género (veja-se o exemplo de Gary Becker para a teoria económica neoclássica), o uso generalizado dos quadros teóricos mais relevantes para a análise dessa dimensão permanece uma utopia muito longe da realidade. E, mesmo quando a problemática do género é considerada, são muitas as limitações da análise.

Esta situação condiciona, naturalmente, a forma como as relações de género são tidas em conta nos projectos de desenvolvimento concretos promovidos por aquelas organizações. Decisões de política económica correctas requerem a incorporação das relações de género na sua grelha de análise e não a sua mera utilização na avaliação dos resultados dessas políticas. Assim, a consideração do género na análise económica passa, necessariamente, pela introdução desta problemática nos modelos económicos.

Hoje, é cada vez mais reconhecido a nível internacional que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres tem reflexos cruciais sobre o desenvolvimento. Este é um problema não apenas de equidade, mas também de eficiência. A contribuição

das mulheres a nível económico e social é extremamente importante, particularmente nos países em desenvolvimento, mas o seu potencial é limitado por entraves de natureza estrutural. Entre os principais figuram disparidades graves e persistentes entre as mulheres e os homens a nível da nutrição, do alfabetismo, da educação, do acesso a oportunidades económicas e do controlo do processo decisório, que funcionam como um travão ao desenvolvimento de toda a sociedade. Estes entraves resultam dos papéis de género assumidos como “normais” em cada sociedade. Um exemplo esclarecedor: em muitos contextos sociais, o homem continua a ser visto como o ganha pão da família. É a ele que compete oferecer a sua força de trabalho no mercado, auferindo um rendimento monetário para sustento do agregado familiar. Logo, é natural que o investimento das famílias na educação dos rapazes seja muito superior face ao investimento na educação das raparigas. Ultrapassar a assimetria nos níveis educacionais de rapazes e raparigas implica a evolução dos papéis de género vigentes nas sociedades em causa.

Mas não é só a acção das mulheres que é condicionada pelas relações de género vigentes em cada sociedade. Também os homens sofrem o condicionamento imposto pelos papéis masculino e feminino socialmente aceites (aquilo que podem ou não fazer, preferências manifestadas, comportamentos, ...). Uma análise de género não se pode limitar à análise das condicionantes da actuação das mulheres. O condicionamento social também é uma realidade para os homens. Masculino e feminino são conceitos interdependentes que não podem existir um sem o outro.

Assim, não basta que esta problemática seja integrada na aplicação dos programas de desenvolvimento. É necessário que ela seja um dos pontos estruturantes do seu desenho, através da sua internalização nos modelos de análise económica que lhe dão origem. A análise económica que leve em conta a problemática do género reconhece que as relações de género influenciam todas as actividades económicas. Essa análise gerará uma melhor compreensão dos processos de desenvolvimento e das políticas necessárias para reduzir a assimetria de género.

Este trabalho procura realizar uma crítica de género à teoria económica dominante no contexto do desenvolvimento. Com particular destaque para a teoria neoclássica. O primado do individualismo metodológico em que assenta toda esta teoria “esquece” o efeito determinante que o processo de socialização tem sobre o comportamento dos

indivíduos. E, nesse processo de socialização, a assimilação dos papéis de género por cada indivíduo é uma vertente fundamental. Os papéis masculino e feminino socialmente aceites em cada sociedade condicionam toda a actuação de homens e mulheres. Inclusive, enquanto agentes económicos nos mercados.

Procura-se contextualizar o problema, apresentar as limitações da teoria económica numa perspectiva de género e apontar vias de solução para a integração da problemática de género na teoria económica. Para isso, procuro realizar um *survey* dos muitos trabalhos já publicados sobre este tema, recolhendo contributos não apenas da área económica, mas também de outros campos da ciência como a sociologia e a psicologia social. A explicação é simples. O género é uma construção social. Logo, a ciência económica não é suficiente para a compreensão desta problemática.

O meu destaque vai, naturalmente, para a discussão portuguesa. Há vários contributos nesta área, vindos das várias ciências sociais, economia, sociologia, psicologia social, ... mas cada um tende a permanecer estanque no quadro teórico da disciplina de origem do respectivo autor. O meu contributo, espero, é colocá-los em contacto, porque esta é uma problemática multidisciplinar e apenas dessa forma pode ser correctamente apreendida e analisada. Na verdade, a ausência de comunicação efectiva entre os investigadores provenientes das várias ciências sociais gera uma série de dificuldades. A maioria dos problemas reais não podem ser classificados sob a bandeira de uma única disciplina, situando-se na fronteira entre várias. Ou seja, têm uma natureza multidisciplinar.

Assim, após este primeiro capítulo (introdutório), o segundo introduz o conceito de género que será o fio condutor de todo este trabalho: o género refere-se à construção social de se ser mulher ou homem, à inter-relação entre ambos os sexos e às diferentes relações de poder e/ou subordinação existentes entre eles. Feminino e masculino são conceitos interdependentes e que não podem existir um sem o outro. As relações de género são uma construção histórica e cultural. Elas evoluem ao longo do tempo, transformam-se no interior das sociedades e diferem de sociedade para sociedade. O exemplo das sociedades ocidentais mostra de forma clara o dinamismo desta relação. De seguida aponta-se a especificidade dos papéis femininos, nomeadamente em contextos sociais do Sul. A vida das mulheres em cada sociedade depende dos papéis socialmente construídos que regulam o seu comportamento. Por fim, apresenta-se o

exemplo histórico africano: a posição subordinada das mulheres na sociedade convive com o grande peso da sua actividade económica.

O terceiro capítulo expõe o acesso assimétrico da parte de homens e mulheres aos principais recursos. E apresenta-se o exemplo português e europeu para mostrar que este não é um problema exclusivo dos países em vias de desenvolvimento.

Expor um conjunto de críticas de género aos conceitos da análise económica dominante é o objectivo do quarto capítulo. Aqui são considerados o nível macro (em que as raízes da teoria dominante são keynesianas) e micro da análise (onde o domínio pertence à teoria neoclássica).

Apresenta-se de seguida uma crítica da teoria de Gary Becker numa perspectiva de género. O autor foi laureado com o prémio Nobel da economia em 1992 por ter alargado o domínio da análise microeconómica a um amplo leque de comportamentos e interacções humanas, incluindo o comportamento fora do mercado. O ponto chave desta abordagem é o comportamento assumido pelos agentes individuais: racionais, isto é, maximizadores. Ou seja, Becker assume que todos os agentes individuais, sejam eles agregados familiares, firmas ou outras organizações, comportam-se racionalmente, e o seu comportamento pode ser descrito como a maximização de uma função objectivo específica, como a utilidade ou a riqueza. Os princípios generalizados por Becker para o comportamento dos agentes em novos contextos são os mesmos da teoria microeconómica neoclássica. E isso vai marcar e limitar toda a sua análise e conclusões. O sexto capítulo aponta formas de introduzir a problemática do género na análise económica. Decisões de política económica correctas requerem a incorporação das relações de género na sua grelha de análise e não a sua mera utilização na avaliação dos resultados dessas políticas.

De seguida, aborda-se a problemática do género no contexto dos Programas de Ajustamento Estrutural (sétimo capítulo). Os modelos macro-económicos que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ainda utilizam na elaboração dos Programas de Ajustamento Estrutural são formalmente neutros face ao género.

O oitavo capítulo aponta estratégias de desenvolvimento alternativo. A primeira abordagem destaca o papel chave da educação. A teoria do crescimento endógeno aponta a construção do capital humano como um factor crucial de qualquer processo de desenvolvimento sustentado. O destaque seguinte recai sobre o *mainstreaming* da

problemática do género. De acordo com esta estratégia saída da conferência de Beijing (1995), os governos devem promover uma política activa, visando integrar a preocupação pela igualdade entre os sexos em todas as suas políticas e programas, analisando as consequências que delas resultam para as mulheres e para os homens, antes de qualquer tomada de decisão. Contudo, esta é uma transformação difícil de alcançar. E a realidade permanece longe do objectivo definido.

O *empowerment* é outra das estratégias abordadas para a promoção da igualdade de género. Trata-se de proporcionar meios às mulheres para que consigam procurar e atingir, por elas mesmas, a sua autopromoção. “O *empowerment* pode ser entendido como um processo através do qual as populações e as mulheres em particular, individual ou colectivamente, tomam consciência de como as relações de poder operam nas suas vidas e ganham autoconfiança e capacidade para as desafiar” (Ferreira, V., 2000: p. 23). Por fim, foca-se o modelo participativo de desenvolvimento.

O nono capítulo comporta a conclusão do trabalho.

## 2 – Género: construção social da diferença

Fala-se de género para designar o conjunto de processos históricos e culturais de construção do feminino e masculino. O género refere-se à construção social dos papéis feminino e masculino (através de processos de aprendizagem, que mudam ao longo do tempo e variam de umas culturas para outras), à inter-relação entre ambos os sexos e às diferentes relações de poder e/ou subordinação existentes entre eles. Feminino e masculino são conceitos interdependentes e que não podem existir um sem o outro.

Trata-se de uma construção social, e por isso, as relações de género são dinâmicas: evoluem ao longo do tempo e são historicamente contextualizadas. Não há um modelo universal e intemporal de género. “Ser homem e ser mulher muda de uma geração para outra e é diferente para diferentes raças, etnias e grupos religiosos, assim como para os membros de diferentes classes sociais” (Lorber e Farrel, 1991: p. 1, in Torres, A., 2002). As relações de género são “relações constituídas socialmente entre homens e mulheres, sendo moldadas e sancionadas pelas normas e valores dos membros de uma dada sociedade” (Young, K., 1993: p. 138). Ou seja, são relações continuamente sujeitas a decomposição e recomposição nas interações entre pessoas e instituições<sup>1</sup>. E, como tal, elas podem ser modificadas por acções deliberadas. A desigualdade de género resulta de as relações de poder/subordinação entre homens e mulheres serem assimétricas em favor dos primeiros.

Na história das sociedades tem havido sempre uma distinção clara entre o masculino e o feminino que se caracteriza pela associação do masculino à espiritualidade e à abstracção e do feminino à natureza. A diferenciação por género foi ao longo dos tempos um importante meio de integração social dos indivíduos, atravessando todas as instâncias da vida em sociedade<sup>2</sup>.

Em todas as sociedades conhecidas manifesta-se, com grau variável, a dominação dos homens sobre as mulheres, dominação essa que é tanto causa como consequência da divisão sexual das tarefas e, logo, dos saberes e do saber fazer.

As categorias conceptuais, ou seja, o mundo do imaginário e do simbólico, contribuem para moldar a realidade da divisão sexual do trabalho e, por consequência, dos saberes de homens e de mulheres. Estes transmitem-se através do tempo em linhas estruturadas

---

<sup>1</sup> Elson e Pearson, 1981

por sexo, raramente se tocando, ainda que nos nossos dias, em certos sectores das sociedades industrializadas, tendam a convergir.

Na verdade, as teses sobre “papeis específicos em função do sexo” justificaram, em larga medida, as desvantagens que continuam a afectar as mulheres. A expressão mais óbvia destas desvantagens encontra-se nas assimetrias face ao acesso e progressão no mercado de trabalho e na actividade económica, face aos ganhos e aos rendimentos, face à participação no processo de decisão na esfera pública e política e face à da violência doméstica<sup>3</sup>.

Ao longo da história, a vida das mulheres caracterizou-se pela limitação dos conhecimentos e do acesso a ferramentas, utensílios e meios materiais face aos homens. O monopólio masculino na fabricação dos meios de produção, vigente desde as sociedades primitivas, não é natural, tendo uma carga simbólica associada que divide as actividades em masculinas ou femininas. Esta divisão torna as mulheres dependentes dos homens e limita o seu acesso às actividades intelectuais. Este afastamento característico da parte feminina da espécie humana permite aos homens superar as suas capacidades graças aos utensílios que alargam o seu domínio sobre a natureza e a sociedade. Entretanto, a metade feminina da população humana encontrou-se durante muito tempo limitada ao seu próprio corpo, às operações com as mãos nuas ou aos utensílios mais elementares em cada sociedade. O controlo pelos homens da produção e utilização dos utensílios e das armas foi uma condição fundamental do seu poder sobre as mulheres. A base de tal domínio foi a violência – monopólio masculino das armas – e a limitação dos conhecimentos e do acesso a ferramentas, utensílios e meios materiais pelas mulheres – monopólio masculino dos utensílios. Sem estas duas condições, o poder masculino sobre as mulheres, o seu trabalho e sexualidade nunca teria sido tão esmagador<sup>4</sup>.

Em todas as sociedades as mulheres sofrem, por comparação com os homens, limitações no acesso aos conhecimentos detidos pela sociedade no seu conjunto (Ver Quadros 2.1 e 2.2). As consequências estão à vista: acesso limitado à esfera política (Ver Quadro 2.3) logo, ao poder público, bem como a certas profissões e actividades (Ver Quadro 2.4).

---

<sup>2</sup> Amâncio, L., 2001

<sup>3</sup> Rêgo, M., 2002

<sup>4</sup> Handman, M., 1993

QUADRO 2.1 – Taxa de iliteracia em pontos percentuais

País	Taxa de Iliteracia %			
	1985		1997	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
Niger	84	96	78	93
Burkina Faso	79	94	70	89
Guiné - Bissau	63	91	50	82
Benim	68	87	52	79
Senegal	66	85	55	75
Moçambique	56	86	43	75
Gâmbia	74	85	60	74
Mali	75	87	57	72
Mauritânia	56	79	51	72
Etiópia	68	85	59	71
RCA	58	84	44	70
Marrocos	53	80	41	67
Costa do Marfim	63	82	49	66
Burundi	56	79	46	64
Togo	46	77	31	62
Egipto	43	71	35	60
Sudão	47	76	35	59
Malawi	34	68	27	57
Argélia	39	67	27	52
Nigéria	48	70	31	49
Uganda	35	63	25	47
Ruanda	43	64	29	44
Tunísia	34	61	22	44
Gana	37	63	23	43
Tanzânia	29	57	18	38
Camarões	34	56	21	35
Zambia	25	47	17	33
Rep. Congo	29	52	15	30
Quênia	24	48	13	28
Botswana	39	35	28	23
Namíbia	26	33	19	22
Ilhas Maurícias	17	29	13	21
África do Sul	20	22	15	17
Zimbabué	11	22	6	12
Lesotho	38	13	29	7

Fonte: Banco Mundial, 2000

QUADRO 2.2 – Número médio de anos de escolaridade frequentados por rapazes e raparigas

País (ano)	Nº de anos de escolaridade	
	RAPAZES	RAPARIGAS
Senegal (93)	0,5	0,5
Níger (97)	0,5	0,5
Mali (96)	0,5	0,5
Burkina Faso (93)	0,5	0,5
Chade (96)	2	0,5
Benim (96)	3	0,5
Nepal (96)	6	0,5
Moçambique (97)	4	2
RCA (95)	4	2
Marrocos (92)	5	2
Costa do Marfim (94)	5	2
Madagáscar (97)	3	3
Malawi (96)	4	3
Togo (98)	5	3
Haiti (95)	4	4
Uganda (95)	5	4
Ruanda (92)	5	5
Bangladesh (97)	5	5
Guatemala (95)	6	5
Camarões (91)	6	5
Turquia (93)	7	5
Índia (93)	8	5
Zâmbia (97)	6	6
Tanzânia (96)	6	7
Nicarágua (98)	6	7
Brasil (96)	6	7
Quénia (98)	7	7
Zimbabwé (94)	8	8
Indonésia (97)	8	8
Gana (93)	8	8
Bolívia (97)	8	8
Egipto (96)	10	10

Fonte: Banco Mundial, 2000



QUADRO 2.3 – Assentos parlamentares detidos por mulheres (em %)

Região	1987	1995	1999
Média mundial	9	9	11
Norte de África	3	4	3
África Subsahariana	7	9	10
Caraíbas	9	11	13
América Central	8	10	13
América do Sul	7	9	13
Ásia Oriental	18	12	13
Ásia do Sul	5	5	5
Ásia Central	...	8	8
Ásia Ocidental	4	4	4
Europa de Leste	26	9	10
Europa Ocidental	14	18	21

Fonte: Nações Unidas, 2000 in Banco Mundial, 2001a

A participação das mulheres na liderança dos partidos políticos, na composição dos governos e do parlamento e, de modo geral, em todas as instâncias de representação política e de poder continua muito exígua. E, “a marginalização ou exclusão das mulheres da vida política corrói as bases da própria democracia” (Silva, M., 2000: p. 47). Em primeiro lugar porque se ignora a especificidade dos papeis de género: as tarefas associadas ao papel feminino (cuidar da casa e das crianças, por exemplo) condicionam, de facto, a disponibilidade das mulheres, e logo a sua participação na vida política activa. E em segundo, porque se prescinde do contributo de metade da sociedade, a população feminina, desprezando assim parte considerável do conjunto dos recursos humanos da economia.

A efectiva participação activa das mulheres na vida política é dificultada por um conjunto variado de obstáculos. Um estudo de Albertina Jordão sobre as mulheres autarcas portuguesas<sup>5</sup>, aponta vários que podem ser facilmente generalizados à situação vivida pelas mulheres por todo o mundo:

- Condicionantes de natureza sócio-económica. “Quando as mulheres representam a maioria dos desempregados, enfrentam grandes dificuldades na sua inserção profissional (1º emprego) e na reinserção profissional, sobretudo se têm mais de 40 anos, é difícil (e compreensível) mobilizá-las para a participação política” (Jordão, A., 2000: p. 119).

<sup>5</sup> Jordão, A., 2000

- As mulheres ainda são as principais, e muitas vezes as únicas, responsáveis pela educação dos filhos e pela gestão das actividades domésticas. O tempo não chega para tudo...
- Ausência de socialização/educação para a participação pública e política das mulheres. As mulheres foram durante muito tempo confinadas ao espaço doméstico, privado, sem grande oportunidade de se exprimirem publicamente. E, havia sempre uma figura masculina a representá-las: o pai, o irmão, ou o marido.
- “A baixa auto-estima das mulheres, o sentido de desvalorização, o não reconhecimento das suas competências, da importância e do contributo do seu trabalho não remunerado, mas fundamental para a manutenção da sociedade” (Jordão, A., 2000: p. 119). O que contribui para uma auto-exclusão “natural” de situações de exposição pública.
- As organizações que constituem a base de recrutamento para o poder político (partidos, sindicatos e associações) têm, regra geral, poucas mulheres. “E parece não haver interesse em motivá-las para aderirem e filiarem-se nos partidos políticos” (Jordão, A., 2000: p. 120). Estes são ainda ‘clubes de homens’.
- Os preconceitos que os homens denotam e utilizam para afastar as mulheres de lugares elegíveis nas listas dos partidos políticos. A sua indisponibilidade e falta de interesse são argumentos muito invocados.
- O estereótipo de que as mulheres têm uma maior predisposição para determinados pelouros. As mulheres ficam quase sempre responsáveis por áreas que são associadas às suas tradicionais “competências ou vocações”, consideradas como um natural prolongamento das suas actividades familiares e domésticas. A área social, a educação, os idosos e a cultura, são alguns exemplos. Este estereótipo contribui para que sejam dadas menos oportunidades às mulheres, nomeadamente noutras áreas que não as tradicionais.
- A actividade partidária desenvolve-se quase sempre em horário pós laboral (no final do dia de trabalho), sendo muitas vezes entendida como uma actividade de tempos livres. Na realidade, a maioria das mulheres não tem horas livres. Associadas ao papel feminino estão uma série de tarefas como cuidar do lar e das crianças que ocupam o suposto tempo de lazer da maioria das mulheres.

Logo, a actividade partidária obriga a uma reorganização da vida familiar e doméstica só possível com uma repartição mais equitativa das tarefas entre homens e mulheres.

QUADRO 2.4 – Mulheres em proporção dos homens nos vários grupos profissionais (em %)

PAÍS/ZONA	Administração e Gestão	Profissionais liberais e Técnicos	Administrativos e comerciais	Serviços
<b>ÁFRICA</b>	13	41	...	...
<b>ASS</b>	11	42	...	...
Botswana	57	159	151	238
Burkina Faso	16	35	168	28
Camarões	11	32	59	46
Cabo Verde	30	94	170	134
República Centro - Africana	10	23	146	13
Lesotho	50	130	144	209
Malawi	5	53	58	39
Mali	25	23	130	71
Mauritânia	8	26	33	81
Ilhas Maurícias	17	71	44	70
Nigéria	6	35	140	13
Rwanda	9	47	48	35
Seychelles	40	139	143	141
Serra Leoa	9	47	191	18
África do Sul	21	88	...	196
Swazilândia	17	119	116	82
Zâmbia	6	47	136	29
Zimbabué	18	67	52	42
<b>NORTE DE ÁFRICA</b>	19	39	31	14
Argélia	6	38	13	23
Egipto	19	40	40	9

Valores em percentagem

Dados do ano mais recente disponível (desde 1990)

Fonte: Banco Mundial, 2001b

As desigualdades profissionais entre homens e mulheres não derivam apenas de fenómenos de discriminação sexual no mercado de trabalho. Traduzem também o facto de as consequências do casamento serem divergentes para uns e outras<sup>6</sup>. A mais fraca

<sup>6</sup> Torres, A., 2002

conversão das competências femininas em rendimentos monetários ou em estatuto profissional deriva das relações sociais entre os sexos na família<sup>7</sup>. “Uma mulher casada que tem uma actividade profissional deve acumular as cargas da ‘vida activa’ e da vida familiar. As condições nas quais ela pode rentabilizar as suas competências no mercado de trabalho são por isso mesmo menos favoráveis” (Singly, 1987: p. 87, in Torres, A., 2002).

Ou seja, as competências que as mulheres têm à entrada do casamento transformam-se com este e com a maternidade, no sentido da sua desvantagem na participação no mercado de trabalho. Como aponta Singly, “oito em cada nove casos, a mãe de uma ou várias crianças tem, para um determinado diploma, um salário inferior ao de uma mulher casada sem filhos. Carreira profissional e maternal contrariam-se” (Singly, 1987: p. 59, in Torres, A., 2002). As mulheres casadas tendem a estar inseridas profissionalmente em posições hierárquicas inferiores às das mulheres não casadas e dos homens porque lhes é atribuído, simultaneamente, o papel reprodutivo na família<sup>8</sup>. O condicionamento social imposto pelo papel feminino da mãe e esposa (e as expectativas que lhes estão associadas) leva as mulheres casadas a desempenhar uma série de tarefas que limitam a sua progressão no mercado de trabalho (por exemplo, maior nível de absentismo, porque é à mãe que cabe ficar com os filhos quando estes estão doentes). A posição das mulheres e dos homens na família e a respectiva posição no mercado de trabalho estão ligadas entre si pela existência das relações de género. Existe uma interpenetração desfavorável para as mulheres das lógicas do trabalho e da família.

No fundo, a mulher que desenvolve uma actividade profissional fora do lar enfrenta, muitas vezes, uma dupla ou até tripla jornada de trabalho. Além de desempenhar essas funções, ainda tem que actuar como mãe, dona de casa e esposa. E compensar no lar a sua ausência durante o dia. É como se as mulheres tivessem maior capacidade do que os homens para assumir vários papéis.

---

<sup>7</sup> Anália Torres não utiliza a expressão relações de género, mas sim relações sociais de sexo. No entanto, o significado dado pela autora à expressão é o mesmo que atribuo neste trabalho a relações de género. Ou seja, a construção social de se ser mulher ou homem (através de processos de aprendizagem, que mudam ao longo do tempo e variam de umas culturas para outras) – os papeis feminino e masculino; à inter-relação entre ambos os sexos e às diferentes relações de poder e/ou subordinação que se estabelecem entre eles.

<sup>8</sup> Torres, A., 2002

Contudo, também há situações de desvantagem social para os homens geradas pela mesma percepção dos “papeis específicos em função do sexo”. Um dos melhores exemplos é o da guarda das crianças, em caso de separação do casal, nas sociedades ocidentais. A preferência dos tribunais recai, por norma, sobre a mãe. Mas há outras, como a limitação no acesso a certas profissões. Esta limitação não é, regra geral, formal. No entanto, o condicionamento social associado aos papeis feminino e masculino, restringe, de facto, a participação não só das mulheres, mas também dos homens em vários grupos profissionais. Professor do ensino básico e assistente social ainda são profissões tipicamente femininas nas sociedades ocidentais. Talvez porque estejam ligadas ao “cuidar”: uma actividade associada ao papel feminino. E, a masculinidade dos homens que se dedicam a estas profissões é, muitas vezes, posta em causa.

## 2.1 – A construção histórica do género: o exemplo das sociedades ocidentais

Em épocas recuadas, o corpo feminino e a sua capacidade de dar vida alimentaram a adoração de ídolos femininos. O poder associado à fertilidade tornava as mulheres fonte de veneração. Contudo, dos mitos da Grécia Antiga e das religiões fundadoras da civilização ocidental ressalta uma inquietação em torno da sexualidade feminina<sup>9</sup>.

A masculinização da ideia de Deus emerge com o judaísmo. A figura do pai e da autoridade masculina, à imagem de Deus, coloca os homens numa posição central nos rituais religiosos judaico – cristãos. Uma oposição clara ao carácter imperfeito, impuro e desobediente da natureza feminina, contido no mito de Adão e Eva<sup>10</sup>.

A racionalidade para estes sistemas de valores, e as práticas que eles enquadram, encontra-se nos contextos sociais que os produziram. As condições de vida na Antiguidade, e mesmo durante a Idade Média, eram muito duras. Deslocações territoriais dos povos, promiscuidade dos espaços e das relações, nível de conhecimentos rudimentar e intuitivo sobre o corpo humano, a saúde e a doença, epidemias e guerras, tornavam a vida humana extremamente precária e a sobrevivência das comunidades uma preocupação central para os seus líderes religiosos. A prescrição de regras sobre o matrimónio, o parentesco, a sexualidade humana, em particular

---

<sup>9</sup> Amâncio, L., 2001

<sup>10</sup> Amâncio, L., 2001

feminina, eram funções reguladoras que só a moral religiosa podia desempenhar num período marcado por sistemas de poder político difusos e transitórios<sup>11</sup>.

A ruptura surge com a filosofia iluminista. É neste pensamento que se encontram as ideias fundadoras de uma nova ordem social e política, “baseada na razão... e em ruptura com a moral teológica” (Santos, B.S., 1995: p. 60, citado em Amâncio, L., 2001), no quadro da qual a lei e a educação emergem como factores reguladores da vontade e da liberdade individuais.

Mas, a universalidade do discurso das luzes perde-se ao associar a razão ao masculino e o feminino à natureza. “No seu discurso, o feminino permanece corpo, beleza, coqueteria e outros “dons” físicos e emocionais, atribuindo-se às mulheres uma razão meramente elementar que justifica a sua submissão ao poder masculino, no próprio contrato matrimonial” (Amâncio, L., 2001: p. 31). É nesta concepção que reside historicamente a construção do feminino como categoria social, marcada por um destino colectivo ligado à natureza. Deste modo, a modernidade criou a “questão feminina”, tal como criou a “questão judaica”, a “questão racial”, e outras formas instituídas de exclusão de categorias sociais<sup>12</sup>.

“Em qualquer destes casos, deu-se uma institucionalização dos mitos ancestrais, através da racionalidade do Estado, acrescida da racionalidade científica que a ciência moderna lhes irá conferir com a contribuição tanto da medicina e da biologia, como das próprias ciências sociais mais tarde” (Amâncio, L., 2001: p. 32).

Assim, o estereótipo masculino define indivíduos autónomos, mais próximos da imagem da pessoa adulta e referente universal. Por outro lado, o estereótipo feminino define indivíduos dependentes, mais distantes da pessoa adulta e enquadrados por uma função social ou um contexto. De tal forma que comportamentos fora de tais limites socialmente aceites, se tornam indesejáveis para as mulheres, porque o seu significado é masculino<sup>13</sup>. Assim impõe-se a assimetria simbólica: “O fundamental na diferenciação entre o masculino e o feminino não são os atributos que, aparentemente, os distinguem, sempre que se evocam essas categorias, mas sim o facto dos conteúdos que definem a masculinidade estarem confundidos com outras categorias supraordenadas, como a de pessoa adulta, enquanto que os significados femininos definem apenas um corpo

---

<sup>11</sup> Amâncio, L., 2001

<sup>12</sup> Amâncio, L., 2001

<sup>13</sup> Amâncio, L., 1993

sexuado. É neste processo de construção social que o simbólico masculino se constitui em referente universal relativamente ao feminino que permanece marcado pela categoria sexual” (Amâncio, L., 2002: P. 59).

Na verdade, “o masculino universal corresponde a uma abstracção sem realidade pelo que não pode constituir-se, nem pretender-se, paradigma de uma universalidade entendida como neutra. Não há seres humanos neutros. Há homens e há mulheres. Quando se pretende rigor nas análises e eficácia nas soluções, trabalhar com base em conceitos como ‘população’ ou ‘mão de obra’ revela-se insuficiente e traduz-se em vulnerabilidade” (Rêgo, M., 2002: p.6). Denunciar o androcentrismo dos vários domínios do saber e a permanente confusão entre o masculino e o universal foi exactamente um dos principais objectivos do pensamento feminista sobre a ciência que se desenvolveu a partir dos anos 70.

Por outro lado, o ideal burguês da família monogâmica, apregoado no discurso dominante e institucionalizado pelo Estado moderno, conviveu sempre com a poligamia masculina. A esta duplicidade, em função do sexo, que caracteriza a ideologia da família moderna, vai associar-se, com a industrialização, a que resulta da condição de classe. “A transferência da produção do espaço doméstico para o espaço da fábrica coloca a mulher operária do lado da transgressão e do pecado” (Amâncio, L., 2001: p. 33).

A Inglaterra do século XIX é um bom exemplo. Nessa altura, os camponeses deixaram em massa os campos migrando para as cidades. As mulheres mais pobres começaram a trabalhar nas fábricas. Embora se condenasse na época, do ponto de vista moral, o emprego em fábricas de mulheres casadas e com filhos, a verdade é que as condições de extrema pobreza e a grande descendência que era necessário sustentar, empurravam as mulheres para esses trabalhos extenuantes<sup>14</sup>.

O capitalismo serve-se da dualidade público/privado (em que o público está culturalmente associado ao papel masculino e o privado ao papel feminino) para tratar a mão de obra feminina como excepção ou reserva estratégica<sup>15</sup>. O nível de salários inferior das mulheres face aos homens, ainda hoje, é disso reflexo. O Reino Unido pode de novo ser apontado como exemplo. A legislação anti-discriminatória tem mais de 25 anos, contudo as mulheres ainda ganham consideravelmente menos do que os homens e

---

<sup>14</sup> Torres, A., 2002

trabalham em áreas secundárias da economia. E isto também se aplica ao conjunto da União Europeia. As mulheres continuam a estar sobre-representadas nos empregos pior remunerados e entre os desempregados e a estar sub-representadas na elaboração das políticas e das normas jurídicas, tanto a nível nacional como comunitário<sup>16</sup>.

Na verdade, a limitação dos conhecimentos técnicos das mulheres e do acesso a ferramentas, utensílios e meios materiais face aos homens originaram a divisão operada nas representações ocidentais que desde a Antiguidade encaminham as mulheres para a natureza e os homens para a cultura.

Contudo, há momentos na história das sociedades em que este quadro se inflecte e as mulheres são levadas a aprender e a desempenhar técnicas e tarefas tradicionalmente consideradas como masculinas (o que prova como é pouco natural, e sim socialmente construída, a divisão sexual das tarefas). Um dos melhores exemplos é o da Europa e dos Estados Unidos da América durante a II Guerra Mundial. Quando as condições do momento o exigiram, as mulheres substituíram os homens em trabalhos até então reservados a eles. Mas, isso não significa, automaticamente, uma participação plena delas na vida pública e no poder. O saber fazer não é mais do que um trampolim virtual que pode abrir as portas do poder se a relação de forças existente assim o permitir. Veja-se o exemplo ocidental. No final da I Guerra Mundial as mulheres abandonaram os postos de trabalho que tinham assegurado durante o conflito e voltaram para os lares. Contudo, no final da II Guerra Mundial já não o fizeram, permanecendo em força no mercado de trabalho<sup>17</sup>.

O trabalho profissional das mulheres está claramente associado ao aumento do seu poder de decisão e autoridade no casal, a maiores níveis de partilha das tarefas domésticas entre os cônjuges (embora permaneça longe de se tornar equitativa) e à maior percepção de companheirismo, interajuda e comunicação no casal<sup>18</sup>. O crescimento da taxa de actividade das mulheres casadas nos anos 60 e 70, tanto nos Estados Unidos, como na Europa, testemunhou esse crescente desejo de maior autoridade feminina.

Contudo, as transformações são lentas. A pressão normativa da representação feminina constitui um forte travão à mudança social. “A sexuação das mulheres, resultante da

---

<sup>15</sup> Amâncio, L., 2001

<sup>16</sup> Cardoso, J., 2000

<sup>17</sup> Handman, M., 1993

assimetria simbólica permite compreender a assimetria que se verifica também nos custos de inserção de homens e mulheres nas profissões associadas ao sexo oposto. Embora os homens (enfermeiros, por exemplo) preservem a sua distintividade, enquanto profissionais, para as mulheres a ameaça de masculinização é constante” (Amâncio, L., 2002: p. 64). Os melhores exemplos são dados pelo custo da integração das mulheres em profissões que assentam fortemente em culturas de masculinidade como as forças armadas e policiais. Portugal é um exemplo. Nos últimos anos verificou-se uma forte feminização das profissões, inclusive daquelas cujo acesso era vedado às mulheres até 1974, como a magistratura e a diplomacia. No entanto, as forças armadas e policiais, onde elas não atingem sequer 10% dos efectivos, destacam-se pela resistência à participação das mulheres<sup>19</sup>.

O aumento das qualificações das mulheres e a feminização de muitas profissões masculinas não são condição suficiente para a transformação das relações de género. Na verdade, podem ocorrer rearranjos simbólicos que perpetuem a posição subordinada das mulheres<sup>20</sup>. O acesso das mulheres ao trabalho assalariado é um exemplo. Para muitas, o acesso a uma fonte de rendimento própria, resultante do trabalho assalariado representou algum grau de emancipação em relação ao domínio do marido sobre elas, mas são muitas vezes elas próprias a verem o seu trabalho como um mero complemento ao salário do marido.

## 2.2 – Os papéis femininos

A vida das mulheres em cada sociedade depende dos papéis femininos nela instituídos. E, tal como todos os outros, o papel materno não é biologicamente determinado – é socialmente construído. Mas, a função biológica das mulheres como mães, essa, vai naturalmente reforçar a sua subordinação na ordem patriarcal<sup>21</sup>. As elevadas taxas de fecundidade que continuam a vigorar na maior parte dos países pobres (Ver Quadro 2.5) estabelecem fortes limites ao papel que as mulheres podem desempenhar nesses países – os frequentes períodos de gravidez, abortos e nascimentos, combinados com a

---

<sup>18</sup> Torres, A., 2002

<sup>19</sup> CIDM, 2000, in Amâncio, L., 2002

<sup>20</sup> Amâncio, L., 2002

<sup>21</sup> Friedman, J., 1996

dependência das crianças para com as mães (em relação à alimentação, por exemplo), ligam efectivamente as mulheres à esfera doméstica.

Quadro 2.5 – Taxa de fecundidade total (número de nascimentos por mulher)

Região mundial	1980	1999
Baixo Rendimento	5,3	3,7
Médio Rendimento	3,2	2,2
Médio/baixo	3	2,1
Médio/alto	3,7	2,4
Alto Rendimento	1,8	1,7
Baixo e médio rendimento	4,1	2,9
Ásia Oriental e Pacífico	3	2,1
Europa e Ásia Central	2,5	1,6
América Latina e Caraíbas	4,1	2,6
Médio Oriente e Norte de África	6,1	3,5
Ásia do Sul	5,3	3,4
África Subsaariana	6,6	5,3

Fonte: Banco Mundial, 2001a

Entre as várias as razões que explicam essas elevadas taxas de fecundidade destacam-se a pronunciada mortalidade infantil ainda vigente em muitos países pobres (há uma tentativa de garantir uma margem de sobreviventes por parte dos unidades domésticas – Ver Quadro 2.6) e o valor económico das crianças: auxílio nas tarefas domésticas; auxílio no trabalho nos campos; ganham algum dinheiro (trabalho informal); proporcionam segurança para os pais na velhice e doença (devido à quase inexistência de esquemas de segurança social públicos).

QUADRO 2.6– Taxa de mortalidade infantil (permilagem)

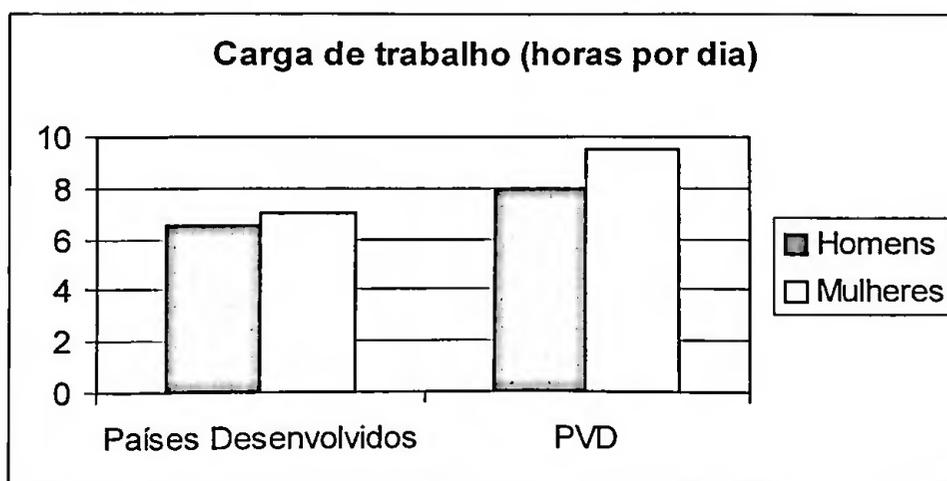
Região mundial	Masculina	Feminina
<b>Baixo Rendimento</b>	45	51
<b>Médio Rendimento</b>	12	12
Médio/baixo	12	13
Médio/alto	...	...
<b>Alto Rendimento</b>	...	...
<b>Baixo e médio rendimento</b>	32	35
Ásia Oriental e Pacífico	12	13
Europa e Ásia Central	...	...
América Latina e Caraíbas	13	14
Médio Oriente e Norte de África	...	...
Ásia do Sul	26	38
África Subsahariana	92	86

Dados do ano mais recente disponível (período 1988 - 99)

Fonte: Banco Mundial, 2001<sup>a</sup>

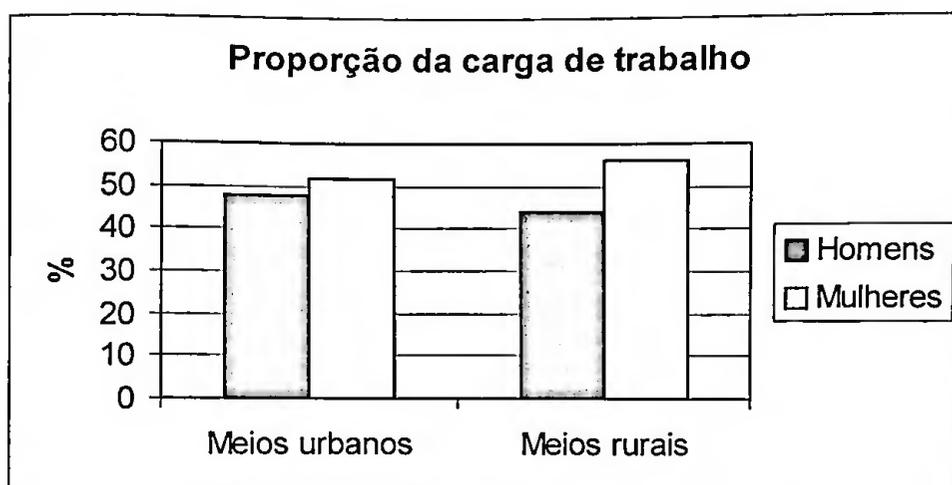
As mulheres têm sobre elas fardos extraordinários, vivem num ambiente social de luta constante (pela sobrevivência do grupo familiar), em que virtualmente não existe tempo “excedente” para elas. As mulheres tendem a trabalhar várias horas a mais que os homens, especialmente em contextos rurais de subdesenvolvimento (Ver Figuras 2.1 e 2.2), o que tem as suas consequências: as mulheres têm geralmente níveis de instrução inferiores; saem menos de suas casas e vivem dentro de um horizonte de conhecimentos mais restrito (família extensa).

FIGURA 2.1 – Carga de trabalho masculina e feminina



Fonte: UNDP, 1995 in Banco Mundial, 2001a

FIGURA 2.2 – Divisão sexual da carga de trabalho nos PVD



Fonte: UNDP, 1995 in Banco Mundial, 2001a

O investimento em certos tipos de infra-estruturas pode, assim, ser muito importante na promoção da igualdade de género no acesso aos recursos e na participação económica. Embora o investimento em infra-estruturas, regra geral, beneficie tanto os homens como as mulheres, afecta-os de forma diferente. Nas áreas rurais pobres, a inexistência de infra-estruturas de água e energia significa longas horas de trabalho para mulheres e raparigas recolhendo água e combustível. Um estudo sobre aldeias indianas, por exemplo, mostrou que em zonas mais pobres em recursos, as mulheres despendem uma média de 4 a 5 horas diárias recolhendo combustível para o agregado<sup>22</sup>. Investimentos nas infra-estruturas de água, energia e transportes, podem reduzir substancialmente o tempo dedicado por mulheres e raparigas à manutenção do agregado familiar, libertando-as para participarem noutras actividades<sup>23</sup>.

“O estatuto social das mulheres não reflecte a importância objectiva que o desempenho das tarefas domésticas (essenciais à reprodução do grupo) deveria garantir” (Friedman, J., 1996: p. 118). Assim, a reciprocidade no contexto da relação conjugal e da família é muito difícil. De um lado temos o “chefe de família”, cuja produção é paga através de um salário, do outro, a mulher, cujo contributo não é remunerado nem reconhecido socialmente.

A crescente monetarização da economia dos países em vias de desenvolvimento, com o correspondente aumento da dependência relativamente a rendimentos monetários, gera

<sup>22</sup> Banco Mundial, 1991

<sup>23</sup> Banco Mundial, 2001a

pois uma diminuição da autonomia das mulheres (que executam trabalho não monetarizado de subsistência e reprodução do grupo) e um fortalecimento do controlo masculino sobre as unidades domésticas<sup>24</sup>. Isto implica que os programas de ajustamento estrutural, ao promoverem uma integração mais completa dos países em vias de desenvolvimento no sistema de mercado, levaram a uma deterioração da posição social relativa das mulheres face aos homens nos países em que foram implementados<sup>25</sup>. São várias as razões que explicam porque são os homens que continuam a auferir o grosso dos rendimentos monetários das unidades domésticas:

- trabalho externo das mulheres está sujeito a interrupções frequentes (gravidez, educação das crianças, ...).
- Em geral as mulheres são menos habilitadas tecnicamente, uma vez que são, por norma, menos instruídas. Logo, o seu nível salarial tende a ser inferior ao dos homens.
- Muitas ocupações, especialmente as mais bem pagas, estão por tradição, reservadas aos homens.
- Mesmo as mulheres que acabam por entrar no espaço da economia de mercado (auferem rendimentos monetários) não justificam essa opção com a busca de uma maior afirmação e autonomia, mas sim, por uma ética de cuidados: os rendimentos obtidos ajudarão a tratar dos filhos<sup>26</sup>.

### 2.3 – A actividade económica das mulheres e a sua posição subordinada na sociedade: o exemplo histórico africano e lições para o presente

As mulheres da África Subsaariana sempre viveram uma situação de submissão generalizada. Nas sociedades de subsistência (predominantes em África até muito recentemente), a sua vida era muitíssimo dura e podia ser caracterizada pelos “3 S”: Silêncio, Sacrifício, Serviço<sup>27</sup>. Como caso limite refira-se a condição de autênticas “bestas de carga” das mulheres *Tswana* da África Austral, no final do século XIX: a sua carga de trabalho era elevadíssima (número de horas muito superior ao dos homens) e

---

<sup>24</sup> Friedman, J., 1996

<sup>25</sup> Friedman, J., 1996

<sup>26</sup> Friedman, J., 1996

<sup>27</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1994

vigorava uma estrita obediência patriarcal, estando as mulheres oficialmente excluídas de todo o poder. Este clima de obediência passiva atinge o seu pico entre os *Tswana*, mas não era muito melhor entre outros povos, nomeadamente os *Yao* ou os *Shona* da África Oriental<sup>28</sup>.

Contudo, ao longo de todo o continente, a condição de vida das mulheres era (e continua a ser) bastante diversificada, tendo sofrido ao longo dos séculos XIX e XX extraordinárias mutações. Existiam sociedades em que essa submissão era mais relaxada. Um exemplo é o dos *Yoruba*, entre os quais a diferenciação homem/mulher não implicava uma total submissão das mulheres aos homens pois a determinação do poder por género era muito menos marcada do que a de senioridade<sup>29</sup>. Nesse sentido é importante distinguir entre sociedades do tipo matrilinear e patrilinear. Nas sociedades matrilineares, onde a transmissão de funções e de bens passava pelas mulheres, o poder dos homens era mais difuso, uma vez que a vida se organizava em torno da figura da Mãe. A linha materna tinha tal importância que o poder efectivo podia mesmo, por vezes, cair nas mãos de mulheres. A ideologia da superioridade masculina vigorava, no entanto, mesmo nestas sociedades, onde a transmissão da linhagem e dos bens se faz através da linhagem das mulheres, mas não para as mulheres.

Até meados do século XX a grande maioria dos africanos viviam em meios rurais: eram criadores de gado e agricultores. Existia uma clara divisão sexual do trabalho, estando os homens encarregues da guerra, do comércio de longa distância, da caça e da gestão dos assuntos políticos – a esfera pública estava reservada aos homens – enquanto as mulheres se ocupavam da agricultura de subsistência, das tarefas domésticas (incluindo a obtenção e recolha de água e lenha e a preparação de alimentos), do pequeno comércio de âmbito local e regional, assumindo total responsabilidade pelo conjunto das tarefas ligadas à reprodução.

Assim, as mulheres sempre tiveram nas sociedades africanas um papel fundamental, uma vez que eram elas as responsáveis pela subsistência do grupo. Tinham um duplo valor intrínseco: produção (maior número de mulheres significava mais terras cultivadas) e reprodução (maior número de mulheres significava mais crianças e, logo, uma linhagem mais forte – as filhas tornam-se também produtoras e os rapazes, através do casamento, obtêm mais força de trabalho, ou seja, mais mulheres, para o grupo). E aí

---

<sup>28</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1994

reside a explicação para as práticas generalizadas de poligamia e de procura de escravas para esposas (principalmente em sociedades do tipo matrilinear onde a instabilidade do casamento com mulheres livres era bastante grande), vividas na África do século XIX.

A escravatura no interior do continente é uma prática muito antiga e não termina com o desaparecimento do mercado atlântico<sup>30</sup>. As mulheres eram particularmente procuradas uma vez que constituíam força de trabalho para os campos e promessa de reprodução demográfica dos escravos.

Na prática, a distinção entre as tarefas e deveres duma mulher livre e duma escrava era ténue: a condição das mulheres africanas era muito dura no século XIX, possivelmente ainda mais que em épocas anteriores, fruto das convulsões políticas e sociais que agitavam África nesta época. Existiam, no entanto, eixos de autonomia para as mulheres.

A poligamia constituía um foco de autonomia relativa para elas (cada esposa tinha uma relativa autonomia – possuía os seus celeiros, a sua cozinha e até cabeças de gado próprias, gerindo os seus campos). Este tipo de organização familiar tornava difícil a “comunhão” dos bens de marido e mulher, uma vez que cada uma das esposas era responsável pelo sustento da sua descendência.

Por outro lado a participação das mulheres no comércio garantia-lhes autonomia económica e existia mesmo participação no poder efectivo (através da sua descendência controlavam força de trabalho). No entanto, o seu poder não se manifestava abertamente até que a mulher tivesse perdido a sua capacidade de procriação (menopausa). A menopausa tornava as mulheres, de certa forma, assexuadas, logo, análogas aos homens e permitia-lhes reivindicar e exercer um poder efectivo<sup>31</sup>.

O tráfico negreiro vai afectar particularmente as mulheres africanas uma vez que o tráfico de escravos era uma prática exclusiva dos homens, e, a sua expansão origina uma decadência dos circuitos comerciais tradicionais nos quais as mulheres tinham um papel importante. Assim, no século XIX, as mulheres da África ocidental e oriental vivem uma situação muito distinta. Na África Ocidental (um exemplo é o dos *Igbo*<sup>32</sup>), a passagem ao comércio lícito dá-se mais cedo, no contexto do abolicionismo, e as mulheres retomam o seu papel activo nas redes comerciais (essa participação era uma

---

<sup>29</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1999

<sup>30</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1999

<sup>31</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1994

tradição enraizada nesta parte do continente), nomeadamente nas novas culturas de exportação destinadas à indústria europeia (destacando-se as oleaginosas – participavam na sua produção e comercialização)<sup>33</sup>. Pelo contrário, na África Oriental dá-se, nesta altura, a expansão do tráfico negreiro, que, no contexto do abolicionismo, se desloca para esta costa – muito menos vigiada. O tráfico não termina pois continua a existir uma procura significativa até ao fecho dos portos brasileiros (1850) a que acresce a procura derivada do desenvolvimento de economia de plantação em Zanzibar. Assim, trata-se de uma época de perda das prerrogativas das mulheres nesta parte da África, nomeadamente perda do controlo das redes comerciais de longa distância (um exemplo é o das mulheres Kykuyu – viajantes experimentadas que só após uma certa idade e uma vez adquirida a autoridade ligada à menopausa – podiam empreender essas viagens comerciais<sup>34</sup>).

A colonização vem perturbar e destruir toda esta série de equilíbrios previamente existentes no continente. Na sociedade africana pré-colonial as mulheres tinham responsabilidade sobre as crianças e a casa. Este papel era altamente valorizado. Além disso, desempenhavam papéis essenciais em actividades económicas e sociais, como a subsistência do grupo e os circuitos comerciais locais e, em certas tribos, mesmo os circuitos comerciais de longa distância. No entanto, o colonialismo corrompeu as economias de subsistência, abrindo caminho para as culturas agrícolas de mercado (historicamente controladas pelos homens), a monetarização, a marginalização da mulher da actividade económica e a desvalorização dos seus papéis domésticos<sup>35</sup>.

As mulheres, cujas prerrogativas prévias são postas em causa, vão ter as reacções mais fortes face ao processo de colonização, dando-se um conjunto de motins nos anos 20 do século XX. Os mais marcantes deram-se na África Ocidental, uma vez que é aqui que elas detêm, tradicionalmente, um maior peso na actividade económica regional, controlando o comércio de víveres e de tecidos<sup>36</sup>.

Um dos melhores exemplos foi vivido na Nigéria. No início do século XX vivia-se um período de charneira, a meio caminho entre a sociedade *Igbo* pré-colonial e a sociedade nigeriana a formar-se. As mulheres sentiram a sua função e o seu papel gravemente

---

<sup>32</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1999

<sup>33</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1994

<sup>34</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1994

<sup>35</sup> Onimode, Bade, 1990

<sup>36</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1992

ameaçados face à desagregação da sociedade tradicional. Nesta elas tinham um papel de destaque: as culturas alimentares eram da sua responsabilidade e a exploração das oleaginosas (culturas de exportação) uma colaboração entre homens e mulheres (estando estas encarregues da comercialização). A intervenção colonial destrói este equilíbrio: os europeus passam a controlar os circuitos comerciais das culturas de exportação, desapossando as mulheres da sua maior fonte de rendimentos, ao mesmo tempo que difundem (através das missões) o ideal da submissão da mulher ao lar. Quando os ingleses, em 1925, decidem introduzir tributação sobre os mercados alimentares (controlados pelas mulheres) as mulheres desencadeiam uma onda de protestos usando as redes de informação tradicionais (que se mostram altamente eficazes) para a sua difusão. A revolta tinha também conotações político-religiosas: elas defendiam o retorno ao modo de vida pré-colonial – a velha religião devia ser de novo respeitada e os cristãos excluídos da comunidade<sup>37</sup>.

Hoje, a tradição de forte participação das mulheres africanas na actividade económica mantém-se. Essa é uma tendência já com séculos que abriu espaços de intervenção e eixos de autonomia para as mulheres. O seu peso é particularmente importante na agricultura e no sector informal, destacando-se as actividades comerciais informais dada a antiquíssima tradição de participação das mulheres nos circuitos comerciais locais do continente.

Em 1990 mais de 75% das mulheres na África Subsaariana dedicava-se à agricultura. Um número que sobe para os 88% quando apenas consideramos as mulheres africanas que viviam em meios rurais. Além disso cerca de 18% de todas as mulheres da África Subsaariana dedicava-se a actividades no sector informal<sup>38</sup>. As mulheres produzem, processam e comercializam 80% da produção total de comida no continente. Além de criarem as crianças, providenciarem cuidados de saúde para a família e cuidarem da casa. As mulheres gastam o equivalente a uma jornada de trabalho diário de 8 horas transportando água, combustível (lenha) e bens (de e para o mercado)<sup>39</sup>.

Essa posição activa passa, inclusive, pela constituição de associações de mulheres. Nestas assumem particular importância as associações rotativas de poupança e crédito: esquema de financiamento informal – assente na confiança e compreensão mútua entre

---

<sup>37</sup> Coquery-Vidrovitch, C., 1992

<sup>38</sup> International Labour Organization, 1991

<sup>39</sup> Onimode, Bade, 1990

os membros do grupo – de importância primordial em contextos de luta pela sobrevivência, nos quais vivem a maioria das mulheres africanas. Nesse sentido elas desenvolveram um conjunto de estratégias complexas, aumentando a sua criatividade e riqueza, passando a desfrutar, muitas vezes, de uma situação económica superior à dos seus maridos<sup>40</sup>.

Contudo há assimetrias que persistem: em África as mulheres representam 60% da força de trabalho, mas ganham apenas 10% do rendimento monetário. Poucas detêm a propriedade de gado ou de terra<sup>41</sup>. A participação feminina na esfera política é muito limitada (Ver Quadro 2.3). Práticas tradicionais como o casamento e a gravidez em idades muito jovens, circuncisão feminina, tabus nutricionais, insuficiente tempo de separação entre a gravidez e partos não assistidos por pessoal médico, são realidades correntes em muitos países africanos, e dominam a vida de muitas mulheres.

O papel central das mulheres na utilização, gestão, conservação e reabilitação dos recursos em África tem sido subavaliado por governos e organizações internacionais. Como actrizes centrais que são, elas deviam ter um papel mais activo na definição e implementação de políticas, programas e projectos. Qualquer estratégia de desenvolvimento sustentado para o continente tem, necessariamente, de passar pelas mulheres africanas.

---

<sup>40</sup> Ducados, H. e Ennes Ferreira, M., 1998

<sup>41</sup> Onimode, Bade, 1990

### 3 – Masculino e feminino: acesso assimétrico aos principais recursos

As relações de género geram uma divisão sexual do trabalho, onde alguns tipos de tarefas estão fortemente associadas com as mulheres e outras com os homens. No mundo actual, os custos e benefícios da divisão sexual do trabalho estão desigualmente divididos entre homens e mulheres com desvantagem para estas<sup>42</sup>.

Na maioria dos países do mundo, o acesso das mulheres aos principais recursos continua a ser assimétrico face aos homens, em prejuízo delas. Os constrangimentos a esse acesso são de vária ordem, indo de condicionantes legais (direitos de propriedade por exemplo), aos costumes vigentes na sociedade em causa. Hoje, para muitas mulheres, o acesso igualitário face aos homens, à educação e à saúde, à habitação, a oportunidades de emprego, aos recursos produtivos, como terra, matérias-primas, crédito e serviços de apoio financeiro e técnico, permanece uma miragem (Ver Quadros 2.1 e 2.2). O reconhecimento de direitos como a maternidade segura, a igualdade perante o divórcio, heranças e salários também está longe de ser uma realidade mundial. Mas o condicionamento social associado aos papéis de género considerados “normais” em cada sociedade não afecta apenas as mulheres. O peso da tradição também se faz sentir sobre os homens. A classificação das tarefas em femininas ou masculinas limita a acção tanto delas como deles. Em muitas sociedades, ainda é muito complicado para um homem desempenhar tarefas consideradas femininas. A sua masculinidade fica em cheque e, logo, o seu estatuto social. Nos meios rurais da África Subsaariana, por exemplo, cuidar das crianças, recolher água e combustível para o agregado familiar e preparar a comida (entre outras actividades), continuam a ser tarefas femininas. Ou seja, é às mulheres que cabe realizá-las. Uma realidade que também se faz sentir nas actividades agrícolas, existindo tarefas femininas e outras masculinas. Mesmo nas culturas agrícolas de mercado (que são responsabilidade dos homens), cabe às mulheres a preparação dos campos para depois poderem ser cultivados pelos homens. Para um homem, desempenhar essa tarefa é pôr em risco a sua masculinidade e o seu estatuto no grupo social.

O Direito desempenha, na questão da assimetria de género, um papel crucial. “Em quase todos os países, o Direito tem tradicionalmente funcionado, de forma directa ou

---

<sup>42</sup> Elson, D., 1993

indirecta, como uma instância privilegiada da discriminação entre mulheres e homens, assim como entre outras classes de pessoas” (Beleza, T., 2002: p. 77).

O estatuto de submissão das mulheres em todo o mundo foi e ainda é, em larga medida, assegurado por regras jurídicas. Em alguns casos de forma directa e imediata. Exemplos? Através de um sistema de governo público em que as mulheres eram (e ainda são, nalguns países) expressamente excluídas da titularidade do direito de voto, ou da imposição de um sistema familiar em que o pai e marido era (em várias sociedades ainda é) o chefe a quem mulher e filhos são subordinados de direito (devem obediência)<sup>43</sup>. Noutros, o Direito limitou-se a sustentar hábitos sociais e crenças arraigadas sobre o “natural” ou “apropriado” no relacionamento entre as mulheres e os homens.

Como aponta o professor de Direito Constitucional americano, Cass Sunstein, “as mulheres são cidadãos de segunda classe em todo o mundo. Apesar das diferenças entre os vários países, existem semelhanças gritantes. Uma grande parte do que acontece é produto do próprio Direito. A exclusão da participação política, a desigualdade na propriedade de terras ou na repartição de heranças, as restrições à contracepção e ao aborto são, entre muitas outras, formas de controlo jurídico” (Sunstein, C., 1995: p. 359 in Beleza, T., 2002).

A estrutura de oportunidades das mulheres é muito mais restrita do que a dos homens, particularmente o seu acesso às bases do poder social. O corolário deste *status quo* é o acesso limitado ou mesmo interdito das mulheres à esfera política das sociedades (Ver Quadro 2.3), logo ao poder, bem como a certas profissões e actividades (Ver Quadro 2.4). Muitas vezes, mesmo quando conseguem aceder à esfera pública, vêm reproduzir-se os estereótipos da vida privada e a sua presença limita-se às áreas ligadas ao cuidar dos outros como a saúde, a educação ou a segurança social.

Portugal é um exemplo. E põe a nu que o problema da assimetria entre homens e mulheres no acesso aos recursos não é exclusiva dos contextos de subdesenvolvimento. Nas últimas décadas, os indicadores relativos aos níveis femininos de educação, saúde e absentismo, formação profissional e produtividade, melhoraram. Contudo, as desigualdades salariais entre homens e mulheres persistem, embora exista legislação

---

<sup>43</sup> Beleza, T., 2002

positiva de salvaguarda do princípio de “a trabalho igual, salário igual”<sup>44</sup>. Em Portugal, as mulheres ainda ganham, em média, apenas 70% do salário dos homens, e representam tanto a maioria dos trabalhadores pagos com o salário mínimo como dos desempregados<sup>45</sup>. Como aponta Margarida Chagas Lopes: “É notória e persistente a situação de *gap* salarial e de ganhos entre mulheres e homens, mesmo quando em presença de ‘trabalho de valor igual’. Os principais factores explicativos deste *gap* são constituídos pelas políticas de gestão empresarial, nas vertentes sistemas de incentivos e estrutura de carreiras” (Lopes, M., 2000: p.109). Por outro lado, “as mulheres classificadas em níveis de qualificação e remuneratórios iguais aos dos homens são, muito frequentemente, portadoras de maiores níveis educacionais” (Lopes, M., 2000: p. 109).

Outro problema é a evolução no emprego. Quando uma mulher é promovida, isso ainda é muitas vezes socialmente visto como um sinal de que algo de “diferente” pode estar a ocorrer entre a mulher e o respectivo chefe. Quando se trata de um homem, a promoção é socialmente encarada como normal, pressupondo-se que resulta do mérito.

E, “não é apenas no mundo laboral que se verificam as situações de discriminação contra as mulheres. Também no espaço político elas são manifestamente repelidas” (Silva, M., 2000: p. 44). A participação das mulheres na liderança dos partidos políticos, na composição dos governos e do parlamento, na magistratura ou nas forças armadas e, de modo geral, em todas as instâncias de representação política e de poder, é muito exígua.

Isto não significa que as mulheres se encontram ausentes da vida pública portuguesa. Pelo contrário. Desde há mais de 30 anos que as mulheres portuguesas desempenham funções de relevo na administração pública. “São elas, e não eles, que em grande parte asseguram o funcionamento das várias estruturas que suportam a vida pública e política” (Silva, M., 2000: p. 44). A sua presença é particularmente relevante na educação, nos serviços de saúde, na acção social ou na cultura. E ainda nas várias estruturas técnico-administrativas (economia, finanças, transportes, habitação, obras públicas) e na investigação científica. Contudo, a sua visibilidade no espaço público permanece reduzida, sendo escassos os exemplos de mulheres em lugares de topo<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Silva, M., 2000

<sup>45</sup> Lucas, 1998 in Cardoso, J., 2000

<sup>46</sup> Silva, M., 2000

Uma situação também apontada por Margarida Chagas Lopes e Heloísa Perista no seu trabalho *Práticas laborais e igualdade de oportunidades – Banca, têxteis, vestuário e calçado*<sup>47</sup>: “A probabilidade das mulheres ascenderem a níveis de qualificação de topo (lugares de direcção, concepção ou enquadramento da execução) é sistematicamente inferior á dos homens em qualquer um dos sectores considerados” (Lopes, M. e Perista, H., 1999: p. 85). E continuam as autoras: “Esta situação de desigualdade manifesta reflecte-se, naturalmente, de forma evidente na persistência de acentuados desvios salariais entre homens e mulheres” (Lopes, M. e Perista, H., 1999: p. 85).

Uma situação comum a toda a UE. De acordo com os estudos da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Trabalho<sup>48</sup>, no ano 2000, 52% das mulheres trabalhadoras da UE tinham um chefe masculino. Por outro lado, apenas 7% dos homens eram chefiados por mulheres. A partilha do poder entre homens e mulheres permanece claramente assimétrica.

O Plano Global para a Igualdade de Oportunidades refere que a participação das mulheres na tomada de decisões políticas em Portugal é ainda muito limitada e que o mercado de trabalho sofre de uma profunda segregação sectorial e vertical do emprego feminino. Este concentra-se nos sectores da saúde e educação, ocupando os cargos baixos ou médios de chefia<sup>49</sup>.

Também no espaço privado, designadamente o da vida familiar, a assimetria mantém-se. “Não obstante todo o empenho posto na afirmação pública do princípio da repartição equitativa das tarefas domésticas e da co-responsabilização paritária pela educação das crianças, continua a impender, de facto, sobre as mulheres o maior peso destes encargos” (Silva, M., 2000: p. 45). E, em caso de conflito de interesses entre a vida pública e privada, é a mulher que, regra geral, sacrifica o público ao privado, enquanto a posição do homem é a inversa. Uma tendência que decorre dos papeis de género. A vertente central do papel masculino é ser o “ganha pão da família”. Já no que toca às mulheres, o seu papel como mães e como esposas é central na identidade feminina.

Em Portugal, “os princípios e práticas políticas e jurídicas são ainda hoje dominadas por hábitos tradicionais, a maioria dos quais produziram estereótipos no que diz respeito a

---

<sup>47</sup> Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999

<sup>48</sup> Os estudos realizam-se anualmente, nos 15 países da UE, baseando-se nas respostas a inquéritos directos e pessoais de 1500 trabalhadores de cada Estado-membro. O objectivo é produzir um conjunto de indicadores da qualidade de trabalho nos países da UE.

<sup>49</sup> Cardoso, J., 2000

divisões sexuais, quer no emprego, quer no que se refere à esfera doméstica” (Cardoso, J., 2000: p. 80).

No mercado de trabalho da União Europeia também há evidências de segmentação baseada no género. A taxa de actividade global e por países, decomposta nas suas parcelas masculina e feminina, é um exemplo (Ver Quadros 3.1 e 3.2). A taxa de actividade traduz, de entre a população em idade de trabalhar, a percentagem daqueles que entram no mercado de trabalho<sup>50</sup>.

QUADRO 3.1 – Taxas de actividade na UE

Anos	Total	Mulheres	Homens	H - M (p.p)
1975	66,7	46,4	87,6	41,2
1985	66,4	50,9	82,2	31,3
1990	67,8	54,8	81	26,2
1995	67,6	57,1	78,2	21,1
2000	69	59,8	78	18,2

Valores em percentagem

Fonte: Employment in Europe, 1998 a 2001 in González, Maria do Pilar, 2002

Nos últimos vinte e cinco anos, a taxa de actividade masculina e feminina na UE apresenta uma tendência conducente a uma maior simetria: a redução da taxa de actividade dos homens andou a par com um aumento significativo da taxa de actividade das mulheres. A elas se deve o aumento (ainda que pouco acentuado) da taxa de actividade total. O diferencial entre os dois sexos apresenta uma redução muito acentuada (caiu para metade). Contudo, vinte e cinco anos não foram suficientes para o eliminar: os homens continuam a ter uma taxa de actividade superior às mulheres.

Os dados mostram claramente a centralidade do conceito de género para a análise do mercado de trabalho. A crescente participação das mulheres neste mercado traduz a evolução dos papeis feminino e masculino, na Europa, ao longo do tempo. Até aos anos 70, a sociedade encarava o homem como chefe de família, responsável pelo sustento da família, e, logo, oferecendo a sua força de trabalho no mercado. Esse era o papel masculino. Por outro lado, às mulheres cabia cuidar da casa e dos filhos. E esse era o papel feminino. Mas o género é um conceito dinâmico porque se trata de uma construção social. Os papeis associados a homens e mulheres evoluíram com a própria sociedade europeia. Hoje tudo mudou. E a participação no mercado de trabalho é mais

uma das múltiplas facetas que compõem o papel feminino considerado “normal” pela sociedade ocidental actual.



QUADRO 3.2 – Ranking dos países da UE segundo a taxa de actividade feminina

Países	Taxa de actividade		
	Mulheres	Homens	H - M (p.p.)
1 - Dinamarca	75,6	84,2	8,6
2 - Suécia	75,1	79,8	4,7
3 - Finlândia	72	77,6	5,6
4 - Reino Unido	68	82,8	14,8
5 - Holanda	65,9	84,2	18,3
6 - Portugal	63,7	79,2	15,5
7 - Alemanha	63,1	78,8	15,7
8 - França	62,6	75,3	12,7
9 - Áustria	61,8	79,6	17,8
10 - Bélgica	56,4	73,7	17,3
11 - Irlanda	56,4	79,7	23,3
12 - Luxemburgo	51,9	76,6	24,7
13 - Espanha	50,8	77,4	26,6
14 - Grécia	49,6	77,1	27,5
15 - Itália	46,3	73,5	27,2
<b>UE</b>	<b>59,8</b>	<b>78</b>	<b>18,2</b>

Valores em percentagem

Fonte: Employment in Europe, 2001 in González, Maria do Pilar, 2002

Em todos os países da Europa dos 15, a taxa de actividade masculina é superior à feminina. Isto significa que em todos eles os homens oferecem a sua força de trabalho no mercado mais do que as mulheres<sup>51</sup>. Contudo, as situações vigentes nos vários Estados membros são muito diversas. O diferencial entre as taxas de actividade masculina e feminina é ilustrativo: “Entre os 4,7 p.p. da Suécia e os 27,5 p.p. da Grécia a distância é notória” (González, M., 2002: p. 94).

A análise do Quadro 3.2 permite distinguir três grupos de países: aqueles onde o diferencial entre as taxas de actividade dos homens e das mulheres é pouco significativo (inferior a 10 p.p.) e que inclui a Suécia, Finlândia e a Dinamarca; um segundo grupo composto por Reino Unido, Holanda, Portugal, Alemanha, França, Áustria e Bélgica, onde a diferença é significativa, mas situa-se a níveis intermédios (inferiores a 20 p.p.);

<sup>50</sup> Taxa de actividade = Activos/População dos 15 aos 64 anos

<sup>51</sup> González, Maria do Pilar, 2002

e um terceiro grupo de países onde a diferença é muito significativa (superior a 25 p.p.), formado por Irlanda, Luxemburgo, Espanha, Grécia e Itália<sup>52</sup>.

Por outro lado, analisando a informação estatística relativa à taxa de actividade das mulheres com filhos dependentes (Ver Quadro 3.3)<sup>53</sup>, verifica-se que a sua taxa de actividade é menor do que a das mulheres que não têm filhos. Além disso, decresce à medida que o número de filhos cresce. A explicação reside nas relações de género. O condicionamento social imposto às mulheres pelo papel feminino da mãe (e as expectativas que lhes estão associadas) leva as mulheres com filhos a desempenhar uma série de tarefas ligadas ao cuidar desses filhos que limitam a sua participação no mercado de trabalho.

QUADRO 3.3 – Taxa de actividade das mulheres (dos 20 aos 49 anos) segundo o número de filhos menores de 15 anos

Países	0 filhos	1 filho	2 filhos	3 ou mais filhos
Dinamarca	-	-	-	-
Suécia	-	-	-	-
Finlândia	-	-	-	-
Reino Unido	87,4	72,8	68,1	51,2
Holanda	88,3	70,6	67,3	58,7
Portugal	82	81,7	74,3	58,9
Alemanha	87,4	75,2	62,3	44,2
França	83,8	82,6	73,1	51,5
Áustria	87,7	78,5	68,9	58,8
Bélgica	86,8	78,5	79,5	61,1
Irlanda	82,6	57,7	51,5	39,1
Luxemburgo	83,8	64	50,1	5,1
Espanha	82,5	58,8	53,9	44,8
Grécia	68	61,2	57,6	50,8
Itália	76,7	58,7	50,5	37,7
<b>UE</b>	<b>85</b>	<b>71,3</b>	<b>63,8</b>	<b>49,2</b>

Valores em percentagem

Fonte: EUROSTAT, Labour Force Survey, 1999, in González, Maria do Pilar, 2002

Assim, parece existir em todos os países da UE uma relação clara entre a taxa de actividade das mulheres e a sua situação familiar. Mas, “não há qualquer sinal da

<sup>52</sup> González, Maria do Pilar, 2002

<sup>53</sup> Note-se que de acordo com a investigação de González (2002), esta informação não está disponível para os homens. Ou seja, para efeitos estatísticos referentes à análise da participação dos homens no mercado de trabalho, a existência de filhos não é tida como relevante. O que faz de novo apelo aos papeis

existência de um qualquer laço desse tipo no caso dos homens: na idade adulta essencial e em todos os países da UE, eles permanecem muito activos” (González, M., 2002: p.94).

A taxa de desemprego é outro exemplo da segmentação por género do mercado de trabalho da UE. Na verdade, o desemprego atinge mais as mulheres do que os homens. No ano 2000, a taxa de desemprego feminina na União era de 9,7%, enquanto a masculina se ficava pelos 7%<sup>54</sup>. No entanto, esta característica não se verifica em todos os Estados-membros: no Reino Unido, Suécia e Irlanda, a taxa de desemprego dos homens é superior ou quase idêntica à das mulheres<sup>55</sup>.

A diferente incidência do trabalho a tempo parcial nas mulheres e nos homens, também é um indicador relevante para uma análise de género do mercado de trabalho europeu. Esta modalidade de emprego tem um peso diferenciado nos vários Estados membros, mas surge, em qualquer deles, como uma forma de emprego essencialmente feminina. E, é entre os países com taxa de actividade feminina mais elevada que se encontram também as percentagens mais significativas de emprego feminino a tempo parcial<sup>56</sup>. Esta concentração do trabalho a tempo parcial nas mulheres constitui uma das expressões dos fenómenos de segregação. “Esta uniformidade entre os países da UE no que respeita à maior incidência do tempo parcial no grupo das mulheres pode também ser vista como um indicador adicional de existência de ligações fortes entre situação no mercado de trabalho e situação familiar no caso das mulheres e não visíveis no dos homens. Muito mais do que os homens, elas ‘procurariam’ formas de emprego que lhes permitissem mais facilmente articular a actividade profissional com a actividade doméstica” (González, Maria do Pilar, 2002).

---

de género: é às mulheres que cabe cuidar dos filhos (não aos homens). Logo, apenas é investigado o impacto desses mesmos filhos sobre a participação delas no mercado de trabalho.

<sup>54</sup> EC, Employment in Europe, 2001, in González, Maria do Pilar, 2002

<sup>55</sup> EC, Employment in Europe, 2001, in González, Maria do Pilar, 2002

<sup>56</sup> Employment in Europe, 2001, in González, Maria do Pilar, 2002

#### 4 – Críticas de género aos conceitos da análise económica dominante (com destaque para a teoria neoclássica)

A teoria económica dominante (neoclássica ao nível micro e de origem keynesiana ao nível macro) assenta num conjunto de conceitos criticáveis do ponto de vista do género. Ao nível macro, a análise é formalmente neutra face ao género. As mulheres não aparecem, mas os homens também não. A ênfase é colocada nos agregados monetários, preços e quantidades. A microeconomia permite a introdução de homens e mulheres na análise porque se foca em agentes económicos que realizam escolhas de acordo com as suas preferências, e, estes agentes podem ser diferenciados como femininos ou masculinos. Em ambos os níveis, na análise económica dominante, a consideração do género é insuficiente: em termos macro porque esta problemática não é levada em conta e em termos micro, devido à forma como o género é considerado na análise<sup>57</sup>.

A inadequação da análise macro-económica tradicional resulta de esta negligenciar toda uma área da produção: a reprodução não remunerada de seres humanos (reprodução social). Esta inclui todo o processo de cuidar das crianças e a sua socialização. A reprodução social é a base da formação dos recursos humanos de uma sociedade. A macroeconomia tradicional também ignora a interdependência entre esta área de produção e aquelas que são normalmente objecto de estudo da macroeconomia. Assim, a teoria fornece uma análise inadequada dos processos económicos reais. Além disso, como o trabalho no sector reprodutivo é largamente desempenhada por mulheres, são elas as mais prejudicadas por esta “miopia” da macroeconomia tradicional. “O trabalho produtivo no contexto da família é constituído pela enorme quantidade de serviços domésticos produzidos, no essencial, pelas mulheres. Produção que é sistematicamente ocultada e não contabilizada” (Torres, A., 2002: p. 122). Na verdade, em sentido económico, a produção reporta-se apenas ao conjunto de bens e serviços transaccionados no mercado, ou que, não o sendo, são produzidos a partir de trabalho assalariado (ou seja, trabalho transaccionado no mercado). Esta definição de produção – que é a base de todas as medições utilizadas nas estatísticas oficiais – omite o trabalho doméstico e os bens e serviços produzidos e distribuídos nesse domínio<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Elson, D., 1993

<sup>58</sup> González, Maria do Pilar, 2002

Assim, embora a produção, no seio dos agregados familiares, de bens e serviços não mercantis seja fundamental na vida económica das famílias, ela é praticamente ignorada pela análise macroeconómica. A explicação é simples. Para conseguir ter uma visão agregada da economia, a construção da macro requer a utilização de medidas e métodos de contabilidade standard, o que exige a avaliação monetária dos bens e serviços. Isto é muito difícil de realizar no caso da produção não mercantil. Este “segmento invisível” da economia é particularmente importante nos países em vias de desenvolvimento, dada a extensão da economia não mercantil e o elevado número de falhas de mercado em contextos de subdesenvolvimento. Nestes países os agregados familiares produzem uma série de bens e serviços para autoconsumo – colheitas de subsistência, recolha de água e combustível, preparação de comida, cuidar de crianças e idosos, entre outros. E, estes bens e serviços são essenciais para a reprodução social e o desenvolvimento humano<sup>59</sup>.

A omissão do trabalho não remunerado das mulheres no sector reprodutivo não resulta apenas da complexidade conceptual e dificuldades práticas em medi-lo. Os economistas fazem uma distinção fundamental entre os bens livres e os bens económicos, não livres. Consideram que um recurso livre é ilimitado. Nesse sentido, só os recursos escassos (face às necessidades humanas ilimitadas) importam na esfera de acção económica. A análise económica não tem em conta a actividade produtiva não remunerada das mulheres porque a sua pretensão implícita é a de que se trata de um bem gratuito: pode ser fornecido ilimitadamente, é infinitamente renovável e dispõe de total capacidade de assimilação (das alterações da estrutura económica). Nas palavras de Diane Elson (1993: p. 238): “Se a capacidade das mulheres para desempenharem trabalho doméstico não remunerado é implicitamente tratada como infinitamente elástica, capaz de esticar por forma a compensar quaisquer reduções na capacidade de aquisição, pelo agregado familiar, de *inputs* necessários para sustentar os recursos humanos, sem que diminua a capacidade das mulheres para desempenharem outras formas de produção, então, ela não terá qualquer efeito relevante sobre o nível e composição do produto nacional agregado e respectiva taxa de crescimento”. Nesta situação, parece não haver qualquer necessidade de a análise macro-económica levar em conta o sector reprodutivo.

Há alguma justificação para tratar o processo de reprodução dos seres humanos como substancialmente diferente da produção de qualquer outro tipo de recurso. Ele não tende

---

<sup>59</sup> Floro, M., 1995

a responder aos sinais económicos da mesma forma<sup>60</sup> porque os seres humanos têm um valor intrínseco e não meramente instrumental. Contudo, o trabalho não remunerado das mulheres não está disponível em quantidades ilimitadas. Há limites para o tempo de trabalho e quantidade de esforço que as mulheres podem fornecer. As mulheres que trabalham no exterior do agregado familiar continuam a assegurar a produção doméstica. Colocar sobre elas um fardo demasiado pesado terá consequências negativas tanto sobre o nível de bem estar das mulheres (redução do tempo de lazer, descanso e recuperação), como sobre a própria produção remunerada (redução do tempo disponível para trabalharem no sector produtivo). No limite, a capacidade das mulheres para cuidarem “adequadamente” das suas famílias poderá entrar em colapso, minando a reprodução dos seres humanos (e, logo, a formação dos recursos humanos) essenciais à actividade económica.

Além deste efeito directo, o feedback negativo sobre o crescimento económico e a balança de pagamentos do país resulta também do necessário desvio de fundos públicos de actividades de apoio à produção para “trabalho social” devido à desagregação do tecido social. De acordo com Elson (1993: p. 239): “Este efeito poderá não ser visível de imediato e poderá ser difícil de medir, mas a médio e longo prazo condicionará o desenvolvimento”.

A rigidez da divisão sexual do trabalho contribui decisivamente para esta restrição. O estudos disponíveis apontam para que mesmo sob a pressão do ajustamento estrutural e da crise económica, o fardo de “cuidar” dos outros permanece sobre os ombros das mulheres. Mesmo quando os homens estão desempregados. A explicação reside nos papéis de género. Em muitas sociedades, o “cuidar” é uma tarefa feminina. E, um homem não pode desempenhá-la sem colocar em risco a sua masculinidade, logo, o seu estatuto social.

Assim, a extensão do fardo das mulheres está directamente relacionada com as políticas macro-económicas<sup>61</sup>. Gastos públicos em serviços sociais como saúde, educação e infra-estruturas sociais tais como saneamento e transportes, bem como subsídios alimentares para os pobres, tendem a reduzi-lo. Inversamente, cortes neste tipo de despesa pública tendem a aumentá-lo. Aumentar o fardo doméstico das mulheres não é prejudicial

---

<sup>60</sup> O que não significa que o cálculo económico não desempenha qualquer papel nas decisão de ter filhos e formas de educar as crianças.

<sup>61</sup> Elson, D., 1993

apenas para elas. Pode sê-lo também para objectivos macro-económicos imediatos se puser em causa a capacidade das mulheres para produzirem o *output* que é contabilizado como parte do PIB.

O problema económico coloca-se em relação à afectação e distribuição dos bens e recursos escassos. Já os livres (ilimitados) não têm influência no preço e quantidade dos bens económicos, sendo por isso irrelevantes para a análise económica. Na verdade, como o tempo das mulheres não é infinitamente elástico, há um importante elo económico (um *trade-off*) entre o trabalho desempenhado por elas no sector reprodutivo (não remunerado) e o trabalho remunerado desempenhado no sector produtivo. Assim, o primeiro deixa de ser uma questão exógena, tornando-se parte do problema económico. Na literatura económica têm sido usadas duas formulações contraditórias do sector reprodutivo. Primeiro, foi considerado completamente autónomo. Isto justificava metodologicamente a separação completa entre os sectores produtivo e reprodutivo. Segundo, considerou-se o sector reprodutivo como simplesmente reactivo a alterações na economia produtiva<sup>62</sup>.

“Nenhuma destas abordagens é satisfatória” (Walters, B., 1995: p. 1870). Na verdade, o sector reprodutivo deve ser considerado como “relativamente autónomo”. No sector produtivo sente-se o *feedback* das actividades desenvolvidas no sector reprodutivo. Logo, é necessário considerar pelo menos alguns aspectos do sector reprodutivo na modelização do produtivo. Por outro lado, a evolução do sector reprodutivo depende do produtivo, mas apenas parcialmente. “Há características do sector reprodutivo não redutíveis ao cálculo utilitarista” (Walters, B., 1995: p. 1870).

A questão chave ao nível macro-económico é pois a interdependência entre o produto contabilizado pela análise macro – produto de mercado – e aquele que a análise macro não leva em conta – o trabalho doméstico não remunerado que é crítico para a reprodução dos seres humanos. Assim, a conceptualização do sector reprodutivo como “relativamente autónomo” permite identificar o enviesamento de género na macroeconomia tradicional: negligencia a influência do sector reprodutivo sobre o produtivo<sup>63</sup>. Ou seja, a macroeconomia tradicional é enviesada em termos de género, apesar de ser teoricamente neutra face a esta problemática.

---

<sup>62</sup> Walters, B., 1995

<sup>63</sup> Walters, B., 1995

A forma mais clara como a macroeconomia ignora as restrições derivadas do sector reprodutivo é a assunção de que a força de trabalho numa economia é determinada exogenamente. Os modelos macro-económicos tradicionais de crescimento económico (com raízes keynesianas e cujo precursor é o modelo de Harrod-Domar) exemplificam de forma clara esta deficiência. Para esses teóricos, o motor essencial do crescimento é a acumulação de capital. Por outro lado, alterações populacionais são quase totalmente negligenciadas como fontes relevantes de crescimento, ou como requerendo explicação no quadro da teoria. A força de trabalho tende a ser identificada com a população e esta é, regra geral, considerada exógena nos modelos. Nos poucos casos de endogeneização do seu comportamento, é considerado meramente reactivo a alterações no sector produtivo da economia. “A consideração que alterações na população e consequentes transformações na estrutura da força de trabalho possam ser fenómenos importantes no crescimento económico, apesar de comum em áreas como a história económica, parece ter exercido pouca influência sobre a teoria macro-económica do crescimento” (Walters, B., 1995: p. 1871).

Por outro lado, também na teoria do crescimento neoclássica, a evolução da força de trabalho é considerada exógena. A assunção implícita nos modelos é de que a população se identifica com a força de trabalho<sup>64</sup>. Um pequeno número de economistas neoclássicos, de que Solow é um dos melhores exemplos, teorizaram a endogeneização da força de trabalho. Esta abordagem assumiu que a evolução da população responde às condições económicas, continuando a identificar esta com a força de trabalho.

Identificar a população com a força de trabalho apresenta vários problemas. Em primeiro lugar, o *stock* de força de trabalho efectiva é influenciado por vários outros factores além da população. O nível de nutrição, os serviços sociais disponíveis na sociedade em causa e o nível de escolarização da população são alguns exemplos. Logo, estas variáveis também influenciam a taxa de crescimento de longo prazo da economia. Em segundo lugar, o conjunto da população não iguala o conjunto da força de trabalho. Este último é apenas um subgrupo, em que uma determinada proporção,  $\emptyset$ , determina a parte da população total disponível para o trabalho remunerado no sector produtivo<sup>65</sup>. O parâmetro  $\emptyset$  é influenciado por uma série de variáveis como a taxa de participação de

---

<sup>64</sup> Assim, o elemento essencial dos modelos de crescimento neoclássicos é a função de produção “normal” (côncava e duas vezes diferenciável):  $Y = f(K, N)$ , em que  $Y$  correspondia ao produto,  $K$  ao capital e  $N$  à população.

homens e mulheres no mercado de trabalho, as horas de trabalho, a intensidade do trabalho e as migrações. Em cada sociedade, e ao longo do tempo, o parâmetro  $\emptyset$  vai mudando devido a transformações nas variáveis que o determinam.

$\emptyset$  é influenciado pelo sector produtivo da economia, respondendo a transformações neste. Mas também por uma série de instrumentos de política económica e social, como a regulamentação do mercado de trabalho, o sistema de segurança social vigente e o padrão de investimento social. E, também é afectado por mudanças institucionais de longo prazo nas relações de género vigentes na sociedade em causa. Estas influências podem aumentar ou reduzir a discrepância entre a procura e a oferta de trabalho em cada momento do tempo. No entanto, a evolução da população apresenta algum grau de exogeneidade face ao sector produtivo da economia, o que explica a existência de desemprego involuntário<sup>66</sup>.

“Uma abordagem puramente neoclássica parece um método inadequado para a caracterização da evolução do factor trabalho” (Walters, B., 1995: p. 1877). A especificação de um mercado de trabalho funcionando perfeitamente no qual a oferta de trabalho responde voluntariamente a salários reais flexíveis, obscurece o processo de constituição da força de trabalho. Por outro lado, a tentativa de aplicar mecanismos de mercado ao funcionamento do sector reprodutivo, através de modelos micro-económicos para a fertilidade e a família também é pouco convincente. Uma parte significativa das interacções no sector reprodutivo não são redutíveis ao cálculo utilitarista<sup>67</sup>. Como aponta Diane Elson, “o trabalho doméstico não remunerado não é totalmente desempenhado por amor, ignorando os benefícios e custos económicos; mas também não é apenas mais uma actividade económica... as mulheres... não vêem as suas crianças como apenas outra das suas produções” (Elson, D., 1991a: p. 176). É necessário passar a “encarar o factor trabalho como um meio de produção que, por sua vez, também foi produzido, e que tem características de *stock*, e não como um fluxo não produzido” (Walters, B., 1995: p. 1879).

O trabalho doméstico no sector reprodutivo (não remunerado) não é negligenciado da mesma forma na microeconomia neoclássica. Existe ampla variedade de literatura sobre os agregados familiares e o mercado de trabalho que incorporam esta questão, tentando

---

<sup>65</sup> Walters, B., 1995

<sup>66</sup> Walters, B., 1995

<sup>67</sup> Walters, B., 1995

explicar porque é que é maioritariamente desempenhado por mulheres. O problema é a maneira como esta questão é tratada: o resultado das escolhas livres dos agentes económicos especializando-se de acordo com as suas vantagens comparativas inatas. A nova teoria económica da família (“new household economics”), cujo autor de referência é Gary Becker, é um bom exemplo. Como afirma Elson (1993: p. 239): “Esta teoria é consistente com os padrões observáveis de diferenciação de género mas isso não a torna numa boa explicação de como surge essa diferenciação”.

Em termos micro-económicos, o conceito central da teoria neoclássica é o *homoeconomicus*. O agente económico individual, com livre acesso às transacções de mercado, segundo a lógica da economia salarial. As obrigações das mulheres no sector reprodutivo, derivadas do condicionamento social associado ao papel feminino, não são tidas em conta. Na verdade, a prestação de cuidados, de assistência, e de acompanhamento (a crianças, idosos e doentes, por exemplo) consome uma parte significativa do seu tempo e energias.

Os neoclássicos consideram que o agente económico individual, o *homoeconomicus*, está sempre apto a trocar os factores produtivos que controla (terra, trabalho e capital) por rendimentos (salários, benefícios, ...), alcançando poder aquisitivo e de gestão dos bens e serviços necessários à sua vida. Assim, a repartição do rendimento é determinada pela posse dos factores produtivos e pelos respectivos preços factoriais. A análise de género aponta que muitas vezes as mulheres não são donas do seu próprio trabalho. O controlo da força de trabalho das mulheres pertence em muitas sociedades aos maridos, pais ou parentes masculinos mais velhos. O que torna inaceitável a ideia de que o agente económico individual é um actor privado e soberano. Se o Estado, através da lei, não garante às mulheres direitos de propriedade independentes sobre a sua própria força de trabalho, terra e capital, bem como o direito à segurança e à liberdade de circulação, então as mulheres ficam excluídas dos mercados de trabalho, capital e crédito. Este problema é uma questão económica chave, não apenas em termos de equidade, mas também de eficiência.

Além disso, a evidência empírica aponta sinais claros tradutores da existência de condicionantes familiares que interferem nas decisões de participação no mercado de trabalho e que afectam de forma diferenciada homens e mulheres<sup>68</sup>. Uma realidade que

---

<sup>68</sup> González, Maria do Pilar, 2002

deriva das relações de género: A vertente central do papel masculino é ser o “ganha pão da família”. Já no que toca às mulheres, o seu papel como mães e como esposas é central na identidade feminina. Logo, a análise do funcionamento do mercado de trabalho não pode ignorar esse laço. E, “a mercantilização do trabalho humano operada nas economias de mercado não pode ignorar a componente da reprodução, tanto na perspectiva da reprodução dos indivíduos (ou seja, dos comportamentos de natalidade) como da produção dos bens e serviços que permitem a manutenção das condições físicas e psicológicas do indivíduo, de forma a que este possa manter, desenvolver e aplicar as suas capacidades de trabalho” (González, M., 2002: p. 96). No entanto, a tradição na teoria económica tem sido manter o espaço doméstico como exterior à análise e, frequentemente, mesmo completamente ausente dessa análise<sup>69</sup>. Contudo, alguns desenvolvimentos teóricos têm privilegiado a importância desta dimensão para a análise do funcionamento dos mercados, em particular o mercado de trabalho. Apesar das limitações da sua teoria, Gary Becker é um dos melhores exemplos de autores desta linha (veja-se o capítulo 5 deste trabalho).

Outra das características do *homoeconomicus* é revelar as suas preferências de consumo. Como indivíduo egoísta e racional (tal como é definido na microeconomia neoclássica), ele procura maximizar a sua utilidade individual, através da escolha de preferências de consumo. O problema é que as mulheres, muitas vezes, não estão aptas a fazer opções como agentes egoístas, racionais e maximizadores da sua utilidade individual. A sua posição na sociedade (o papel feminino “normal”) pode não lhes permitir expressar as suas preferências e o processo de socialização a que são sujeitas e que as leva a interiorizar a identidade feminina tende a torná-las em “seres de assistência” que se autoeclipsam, sujeitando as suas preferências às do agregado familiar.

As preferências das mulheres e dos homens são moldadas pelas normas sociais e as normas de comportamento de género estabelecidas pela tradição e por vezes reforçadas pela lei e pelo peso das expectativas, desaprovação e coerção da sociedade. Ambos, homens e mulheres, são condicionados pelos papéis de género aceites como “normais” em cada sociedade. O que terá implicações sobre toda a sua vida: preferências, tarefas desempenhadas por uns e outras no seio do agregado familiar, participação no mercado de trabalho, entre outras. “Estas normas geram regularidades que podem constituir os

---

<sup>69</sup> González, Maria do Pilar, 2002

fundamentos para modelizar as interacções entre os sectores produtivo e reprodutivo” (Walters, B., 1995: p. 1877).

Sen (1990) é o exemplo de um autor que vai além da abordagem tradicional por também levantar a questão da determinação das preferências. Ele defende que a percepção das pessoas sobre os seus interesses, aquilo que querem e o que podem legitimamente exigir, é modelado pela forma como foram criadas e educadas e pelo contexto social que as enquadra. Logo, o autor sugere que as mulheres, no contexto de uma sociedade caracterizada pela assimetria de género, tendem a não ter uma percepção tão autónoma como os homens dos seus próprios interesses, necessidades e direitos, o que mina a sua posição na negociação intra-agregado familiar e nas transacções no mercado. Este ponto faz cair por terra o pilar básico da abordagem neoclássica – a ideia de que todo o indivíduo pode ser caracterizado por uma função de preferências bem definida. Nas palavras de Elson (1993: p. 240): “Essa representação do indivíduo assume como universais características que tendem a ser mais aprendidas pelos homens do que pelas mulheres”.

## 5 – Apresentação e crítica da teoria de Gary Becker numa perspectiva de género

Gary S. Becker, economista norte-americano, foi laureado com o prémio Nobel em 1992, por ter alargado o domínio da análise microeconómica a um amplo leque de comportamentos e interações humanas, incluindo o comportamento fora do mercado.

A contribuição de Becker consiste, fundamentalmente, na extensão do domínio da teoria económica a aspectos do comportamento humano anteriormente analisados (se é que analisados de todo) por outras ciências sociais como a sociologia, demografia ou criminologia. Com o seu programa de pesquisa ele estimulou os economistas a abordarem novas problemáticas. Na verdade, Becker foi o primeiro economista a aplicar a análise neoclássica a problemas não económicos (como a discriminação, por exemplo).

Todo o programa teórico desenvolvido por Gary Becker fundamenta-se na ideia de que o comportamento do indivíduo adere aos mesmos princípios fundamentais em várias áreas diferentes. Logo, e de acordo com Becker, o mesmo modelo explicativo deve ser aplicável na análise de aspectos muito diversos do comportamento humano. O modelo explicativo escolhido por Becker baseia-se naquilo que ele chama de abordagem económica. O ponto chave desta abordagem é o comportamento assumido pelos agentes individuais: racionais, isto é, maximizadores e com preferências bem definidas e estáveis. Ou seja, Becker assume que todos os agentes individuais, sejam eles agregados familiares, firmas ou outras organizações, comportam-se racionalmente, e o seu comportamento pode ser descrito como a maximização de uma função objectivo específica, como a utilidade ou a riqueza. Por outras palavras, os princípios assumidos por Becker para o comportamento dos agentes em geral são os mesmos da teoria microeconómica neoclássica. E isso vai marcar e limitar toda a sua análise e conclusões. Gary Becker aplicou o princípio do comportamento racional e maximizador, a áreas onde os economistas assumiam anteriormente que o comportamento dos agentes era, por norma, irracional. Ou seja, dominado por lógicas diferentes da maximização da utilidade/riqueza.

Vários autores apontam que esta hipótese é pouco convincente. À medida que nos afastamos do ambiente mercado é cada vez mais difícil explicar as interações entre os agentes através dos mecanismos estritos que nele vigoram, como o cálculo utilitarista.

Uma crítica que se reforça em contextos de subdesenvolvimento onde os ambientes de não mercado são, muitas vezes, ainda dominantes. A crítica de Mouchot (1996) é um exemplo. O ponto de partida do autor é a crítica do predomínio da racionalidade única, em todos os contextos soció-económicos, mesmo naqueles em que o paradigma da racionalidade económica (utilitarista e maximizadora) nasceu.

Mouchot defende que os indivíduos agem racionalmente, mas segundo eixos diferentes. Assim, a aplicação do modelo da escolha económica racional a situações cada vez mais afastadas da troca no mercado, implica custos crescentes em termos da relevância e pertinência dessa aplicação. Esta constatação leva à recusa da hipótese de que toda a acção de um indivíduo pode ser interpretada segundo a racionalidade económica. Existem outras racionalidades (não mercantis) que podem orientar a acção do indivíduo. Ou seja, existem formas de coordenação, não mercantis, que orientam a acção dos indivíduos noutro tipo de contextos, também não mercantis.

O princípio orientador de Mouchot é a existência de vários ‘mundos’ (isto é, esferas de acção, também chamadas ‘naturezas’), onde o indivíduo actua, existindo em cada um, um tipo de racionalidade orientadora. Na natureza mercado, predomina a racionalidade económica; na natureza industrial, os indivíduos tendem a reger-se por uma lógica industrial em sentido lato (aqui o longo prazo reina – uma perspectiva temporal estranha à natureza mercado); a esfera doméstica, é um mundo de confiança e reciprocidade. Nesta última esfera, a avaliação mercantil não faz sentido. O valor dos bens está associado à relação que liga as pessoas. Ou seja, são os laços entre elas que determinam o valor dos bens.

O indivíduo decide e age de acordo com a situação em que se encontra. Isto é, a sua lógica de actuação depende da natureza em que inscreve a sua acção. Em naturezas diferentes, a racionalidade também será diferente. As pessoas podem passar, em cada contexto diferente, de um ‘mundo’ para outro, e, logo mudarem a racionalidade orientadora das suas acções.

Existe um outro ponto perturbador. Em muitas circunstâncias, isso não é claro: existem inúmeras áreas de sobreposição das várias naturezas. Aí, o indivíduo tem de deliberar em que mundo situar a sua acção, para então tomar uma decisão racional de acordo com a esfera em que está a operar.

O modelo básico de Becker, que assenta no referido primado do comportamento racional e maximizador dos agentes, divide-se em quatro grandes áreas de investigação: investimentos em capital humano; comportamento da família ou agregado familiar, incluindo a distribuição do trabalho e a alocação do tempo dos vários membros do agregado; crime e castigo; e discriminação nos mercados de trabalho e bens.

Uma das contribuições mais notórias de Gary Becker encontra-se na área do capital humano, isto é, das competências humanas, e das consequências de investimentos nas competências humanas. O autor classifica como investimentos em capital humano uma série de actividades “que influenciam o rendimento monetário e psíquico (isto é, o consumo) futuro, através do aumento dos recursos das pessoas” (Becker, G., 1964: p. 1). A definição usada leva Becker a considerar um amplo leque de actividades como investimento em capital humano, e que vão muito além da educação formal. As muitas formas que esses investimentos podem assumir incluem a já mencionada educação formal (escolarização), formação on-the-job, cuidados médicos, migração e procura de informação sobre preços e rendimentos<sup>70</sup>. “Todos esses investimentos melhoram as competências, conhecimentos, ou saúde, e logo aumentam os rendimentos monetários e psíquicos” ((Becker, G., 1964: p. 1).

Becker nota que o crescimento do capital físico, pelo menos como era convencionalmente medido, tem relativamente pouca capacidade explicativa sobre o crescimento do rendimento na maioria dos países. E destaca: “Poucos, se é que algum, países atingiram um período sustentado de desenvolvimento económico sem terem investido montantes substanciais na sua força de trabalho”.

Neste campo, um dos maiores contributos de Gary Becker foi a formulação e formalização das fundações microeconómicas da teoria. Assim, ele transformou a abordagem do capital humano numa teoria geral para determinação da distribuição do rendimento do trabalho.

As previsões da teoria no que respeita à estrutura salarial foram formuladas em funções que especificam a relação entre os ganhos monetários e psíquicos futuros e o investimento em capital humano dos indivíduos. Devido à dificuldade de medição do capital humano, é muitas vezes usado como *proxy* deste, o nível educacional do indivíduo. Assim, “a relação *standard* entre nível de educação e remunerações apela à

---

<sup>70</sup> Becker, Gary S., 1964

produtividade do trabalho como variável de intermediação, estabelecendo-se a seguinte sequência causal:

Nível educacional → Produtividade do trabalho → Salários e ganhos” (Lopes, M., 2000: p. 107). A teoria do capital humano originou pois uma grelha analítica uniforme e geralmente aplicável para analisar não apenas o retorno da educação e da formação *on-the-job*, mas também os diferenciais e perfis salariais ao longo do tempo. Ou seja, de acordo com esta abordagem, a educação, em conjunto com outros factores que intervêm ao longo da vida dos indivíduos, promovem um reforço das qualificações e conhecimentos, constituindo o ponto de partida para uma série de efeitos virtuosos que conduzirão a aumentos salariais<sup>71</sup>.

Contudo, a realidade não é assim tão simples. “Não só porque nem sempre a educação, ou a educação adicional, se traduzem necessariamente em aumentos salariais, como também devido à interferência de outras variáveis instrumentais que afectam aquela relação de causalidade” (Lopes, M., 2000: p. 108).

Vários aspectos restringem a capacidade explicativa desta abordagem que teve Gary Becker como precursor. Por um lado, constata-se que as oportunidades no acesso à educação se revelam desiguais à partida. Na verdade, o acesso à escolaridade e, sobretudo, à educação acima da média é, regra geral, muito desigual e condicionada pela grande heterogeneidade económica, cultural e social das famílias dos estudantes. Assume aqui particular relevo “a resistência dos modelos tradicionais de divisão do trabalho na família, fortemente responsáveis por uma menor acessibilidade de facto das mulheres à educação, patentes sobretudo nos contextos social e economicamente mais débeis” (Lopes, M., 2000: p. 115). Ou seja, as tarefas associadas à identidade feminina (cuidar da casa e das crianças, por exemplo) condicionam, de facto, a disponibilidade das mulheres, para investirem (em especial tempo) no seu capital humano. Por outro lado, em muitos contextos sociais (em particular os menos desenvolvidos), as relações de género vigentes impõem ainda o homem como o “ganha pão” da família. Logo, é natural que o investimento das famílias na educação dos rapazes seja muito superior face ao investimento na educação das raparigas.

Além do mais, a turbulência e incerteza que marcam os mercados de trabalho na actualidade são responsáveis por um número crescente de períodos de desemprego e de

---

<sup>71</sup> Lopes, Margarida Chagas, 2000

sub-remuneração de qualificações ao longo do ciclo de vida activa dos indivíduos<sup>72</sup>, o que tende a restringir o retorno inicialmente esperado para o investimento realizado em educação.

O estudo de Margarida Chagas Lopes (Lopes, M., 1995) procura explicar o *gap* salarial entre homens e mulheres em Portugal. Entre as conclusões, a autora destaca duas. Por um lado, o papel de determinante principal na determinação do salário é sempre desempenhado pelas políticas de recursos humanos das empresas, “designadamente através da classificação em níveis de qualificação, com os quais as escalas de salários e ganhos estabelecem, em regra, relações de correspondência muito directa” (Lopes, M., 2000: p. 110). Por outro, a qualificação escolar surge sistematicamente como o segundo factor de maior importância no processo de determinação salarial. Face a este cenário, a autora levanta uma questão: “Poderão as mulheres estar a encaminhar-se para estratégias deliberadas de procura de sobre-educação como forma de tentarem contrariar a discriminação salarial de que são vítimas?” (Lopes, M., 2000: p. 111).

Na verdade, de acordo com dados da OCDE<sup>73</sup>, o *gap* educacional entre homens e mulheres em Portugal estreitou-se de forma muito acentuada ao longo da década passada, verificando-se uma crescente procura de educação acima da média por parte delas, com particular relevo no ensino superior.

De acordo com a mesma fonte, as taxas de participação feminina no mercado de trabalho encontram-se fortemente associadas ao nível educacional, chegando aos 95% na classe das mulheres que possuem um grau universitário. Isto significa “que o esforço despendido pelas mulheres com a procura de mais educação é quase totalmente canalizado para o mercado de trabalho, visando certamente também uma repercussão positiva sobre as condições de trabalho e de remuneração (Lopes, M., 2000: p. 113).

Os dados da OCDE para 1995 apontam ainda outro dado interessante no caso português: as taxas anuais de rentabilidade da educação (que relacionam os custos do investimento em educação com os resultados que o mesmo gera ao longo do tempo) para as portuguesas com um diploma de ensino universitário revelaram-se cerca de um ponto percentual superiores às correspondentes para os homens<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Lopes, Margarida Chagas, 2000

<sup>73</sup> Citados em Lopes, Margarida Chagas, 2000

<sup>74</sup> Lopes, Margarida Chagas, 2000

Conclusões? “Dados os valores da taxa de rentabilidade, os comportamentos femininos no sentido da procura de mais educação, combinados com os de reforço da actividade, da participação contínua e dos fracos níveis de absentismo, poderão configurar – para além de outras motivações – estratégias acertadas, embora só parcialmente bem sucedidas, de combate à discriminação salarial em ciclo de vida” (Lopes, M., 2000: p. 114). Ou seja, como as mulheres se sentem discriminadas no mercado de trabalho, apostam num elevado investimento em educação (isto é, investimento no seu capital humano) por forma a aumentarem os seus ganhos monetários e psíquicos (na terminologia utilizada por Becker) futuros. E remata a Margarida Chagas Lopes: “E tornamos à questão da superioridade dos níveis educacionais femininos, frequentemente observada quando mulheres e homens se encontram nos mesmo níveis de qualificação. Mas, em tais casos, estar-se-à, de facto, em presença de situações de ‘trabalho de valor não igual’, por manifesta sub-remuneração do valor do trabalho feminino...” (Lopes, M., 2000: p. 114).

O estudo de Lopes conclui que a educação e o seu reconhecimento formal por parte das empresas, sendo os principais factores de fixação dos salários, se revelam mais importantes no caso das mulheres do que no dos homens. Esta evidência parece apontar para uma maior dificuldade das mulheres em serem formalmente reconhecidas pelas empresas as suas habilitações escolares, o que seria uma das expressões de práticas salariais discriminatórias. Esta é uma das limitações da análise de Becker: o autor assume um reconhecimento automático e igual para todos (homens e mulheres), por parte das empresas, do investimento dos indivíduos em capital humano.

Gary Becker desenvolveu uma extensão ainda mais radical à aplicabilidade da teoria económica na sua abordagem das relações entre os indivíduos fora do ambiente mercado. O exemplo mais notável é a sua análise da família<sup>75</sup>. Devem-se ao autor os primeiros desenvolvimentos teóricos no quadro da teoria neoclássica que sustentam a relevância económica do trabalho doméstico.

A abordagem de Becker considera que um agregado familiar pode ser visto como uma “pequena fábrica”, que produz o que ele chama de bens básicos, como refeições, uma residência, entretenimento, etc., despendendo tempo e utilizando como inputs bens mercantis (as “semi-manufacturas”), que o agregado familiar compra no mercado.

---

<sup>75</sup> Becker, 1981

Assim a família é também um espaço de produção, onde são tomadas decisões relativas ao investimento, escolha de tecnologias de produção, quantidades produzidas, e afectação de recursos, nomeadamente trabalho, à produção. De acordo com esta análise, o preço dos bens básicos tem duas componentes. A primeira prende-se com os custos directos de comprar bens intermédios no mercado. A segunda é despesa de tempo na produção e consumo do bem em questão. Para cada bem, esta despesa de tempo equivale aos salários multiplicados pelo tempo despendido por unidade do bem produzido no agregado familiar. A implicação desta análise é clara: um aumento salarial de um dos membros do agregado familiar origina não apenas diferentes incentivos para trabalhar no mercado, mas também uma migração na produção e consumo de bens produzidos pelo agregado familiar (isto é, bens básicos) dos mais para os menos intensivos em tempo.

Assim, a afectação de tempo por parte dos indivíduos é uma escolha entre três aplicações possíveis e não duas, como as representações neoclássicas do mercado de trabalho tradicionalmente consideram. Na realidade, os indivíduos podem afectar o seu tempo entre trabalho mercantil, trabalho doméstico e lazer, “qualquer delas proporcionando bem estar ao indivíduo (visto agora como um indivíduo inserido no quadro de uma família na qual se desenvolvem, pelo menos em parte, as actividades de produção que sustentam a reprodução individual)”, aponta Maria do Pilar González (2002: p. 97).

A teoria de Becker, pelo reconhecimento da relevância da família, tem uma grande importância teórica e metodológica. A família é, assim, uma instituição “onde se desenrola a actividade produtiva (produção doméstica) e onde se inserem indivíduos que tomam decisões face ao mercado de trabalho, condicionados já não apenas pelas condições desse mercado e pelos rendimentos não salariais do indivíduo, mas agora também pelas condições familiares e pela situação relativa dos vários indivíduos que compõem a família” (González, M., 2002: p. 97). Contudo, apresenta algumas limitações importantes.

O seu conceito de família é uma delas. Na verdade Becker apresenta o agregado familiar como uma entidade do tipo corporativo (toda a família partilha os mesmos valores do seu “chefe” e os recursos são repartidos entre os membros do agregado de

acordo com esses valores)<sup>76</sup>. O que está longe da realidade. De acordo com Sen<sup>77</sup>, no seu interior existe luta por uma divisão de trabalho mais equitativa. O agregado apresenta em simultâneo um comportamento cooperativo (multiplicação dos recursos totais) e conflitual (divisão dos recursos totais entre os membros do agregado). Homens e mulheres ganham cooperando uns com os outros porque isso aumenta os recursos totais do agregado familiar. Mas a divisão dos frutos da cooperação é uma fonte de conflito. Em quase todos os contextos sociais, as mulheres estão em desvantagem na negociação porque a sua posição de género socialmente construída tende a ser pior do que a dos homens.

E, quando a solução encontrada pela família para a divisão dos seus recursos totais implica uma clara assimetria de género, isso é encarado como a “ordem natural das coisas”. Assim, na análise dos agregados familiares é necessário considerar as percepções subjectivas das pessoas derivadas do condicionamento social. Isto é, a noção do que é certo, e do que cada um (homens e mulheres, rapazes e raparigas) merece no seio do agregado familiar. E aqui os papéis de géneros e as relações de poder/subordinação entre homens e mulheres instituídos em cada sociedade assumem um papel crucial. Na verdade, a divisão de trabalho e a repartição dos recursos obtidos, condicionadas pelas relações género, constituem um dos principais pontos de conflito no seio do agregado familiar.

No quadro da teoria de Becker, a diferente participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho e no trabalho doméstico aponta para uma escolha de afectação do tempo de tipo diferente entre a generalidade dos homens e das mulheres. Explicação? Na lógica de Becker, ou seja, na lógica de um modelo de escolha maximizadora, estes diferentes comportamentos traduzem uma escolha racional centrada numa especialização do trabalho com base nas vantagens comparativas dos indivíduos em cada uma das modalidades de trabalho (doméstico e mercantil)<sup>78</sup>. “As escolhas de afectação do tempo entre os membros adultos das famílias seriam feitas de forma a garantir à família que o(s) elemento(s) mais produtivo(s) no trabalho doméstico se especializasse(m) nesse tipo de tarefa e o(s) elemento(s) mais produtivo(s) no trabalho mercantil se especializasse(m) nesse tipo de trabalho” (González, M., 2002: p. 97).

---

<sup>76</sup> Swedberg, Richard, 1990

<sup>77</sup> Sen, Amartya, 1990

<sup>78</sup> González, Maria do Pilar, 2002

No caso de um casal, “o membro da família que tiver maior capacidade de produção de bens domésticos face aos bens mercantis será o que irá (e o que deverá) especializar-se no trabalho doméstico” (González, M., 2002: p. 97). Ora, a evidência estatística de menor participação feminina no mercado de trabalho traduziria então uma maior vantagem comparativa generalizada das mulheres no trabalho doméstico e uma maior vantagem comparativa, também generalizada, dos homens no trabalho mercantil<sup>79</sup>.

A origem deste diferencial nas vantagens comparativas de homens e mulheres resultaria de dois aspectos. Por um lado, uma diferente preparação/formação dos membros do casal para os diferentes tipos de trabalho<sup>80</sup>. A maior formação (formal e informal) dada às mulheres no que toca às tarefas domésticas torná-las-ia relativamente mais produtivas neste trabalho. “Um aspecto cuja explicação radicaria essencialmente em aspectos ligados aos costumes e tradições, portanto à esfera do não económico” (González, M., 2002: p. 108). E esta é outra das críticas que se podem apontar à análise desenvolvida pelo autor. “Neste caso, no entanto, a explicação de Becker tornar-se-ia tautológica: o modelo predominante de divisão do trabalho (mulheres especializadas no trabalho doméstico e homens especializados no mercado de trabalho) seria a causa das diferentes vantagens comparativas dos homens e das mulheres em cada um dos tipos de trabalho, as quais, por sua vez, explicaria a divisão do trabalho existente” (González, M., 2002: p. 98).

A maior formação dada às mulheres no que toca às tarefas domésticas está directamente relacionada com a problemática do género. A identidade feminina socialmente construída liga as mulheres ao lar e ao “cuidar” (do marido, das crianças, dos idosos, ...). Assim, o condicionamento social prende-as à esfera doméstica e ao desempenho, desde meninas, de tarefas domésticas (que as suas mães lhes ensinam e elas, por sua vez, ensinarão às filhas). Pelo contrário, na generalidade das sociedades, desempenhar tarefas domésticas é, para um homem, pôr em causa a sua masculinidade (logo, o seu estatuto social), já que esse tipo de tarefas são consideradas femininas.

Por outro lado, o diferencial acima mencionado nas vantagens comparativas entre homens e mulheres resultaria da diferença salarial praticada no mercado para eles e elas.

---

<sup>79</sup> González, Maria do Pilar, 2002

<sup>80</sup> González, Maria do Pilar, 2002

Esta diferença, poderia decorrer de diferentes níveis de produtividade<sup>81</sup> - o que nos remete de novo para a problemática dos papéis de género; e/ou de fenómenos de discriminação por parte dos empregadores. “A existência de remunerações mais elevadas por parte dos homens conduziria a uma lógica de divisão do trabalho no seio das famílias no sentido explicitado no ponto anterior: o facto de as mulheres ganharem menos actua no sentido da sua menor vantagem comparativa no trabalho mercantil” (González, M., 2002: p. 98).

A existência de um diferencial salarial de género e de diferentes produtividades do trabalho doméstico (derivadas das relações de género dominantes na maioria das sociedades) tem implicações claras nas decisões económicas das famílias. Nas condições actuais de remuneração e de produtividade do trabalho doméstico, “os dados estatísticos apontam para o facto de as decisões familiares se traduzirem numa maior importância do trabalho doméstico na afectação do tempo das mulheres. Nas condições actuais seria esta a modalidade de divisão familiar de trabalho que proporcionaria maior nível de utilidade às famílias. No entanto, decorre claramente do modelo que, noutras condições, nomeadamente de remuneração, as decisões de afectação do tempo dos homens e das mulheres em idade activa seriam outras” (González, M., 2002: p. 98). González não foca esse ponto, mas face a uma evolução/transição nos papéis de género socialmente entendidos como “normais”, as decisões de afectação de tempo dos homens e das mulheres também seriam outras...

Ora, isto abre espaço a políticas públicas na área da igualdade de oportunidades. Becker considera que tais políticas são ineficazes por gerarem ineficiência económica. Mas, vários autores que desenvolveram posteriormente o seu modelo chegam a conclusões bem diferentes. Gustafsson (1997) é um exemplo<sup>82</sup>. A autora aponta duas linhas de argumentação, destacando a importância deste tipo de políticas. A primeira prende-se com os efeitos da divisão familiar do trabalho ao longo do tempo, “dadas as suas implicações nas condições futuras de integração dos indivíduos no mercado de trabalho:

---

<sup>81</sup> “A menor formação dada aos homens nas tarefas domésticas tornaria estes menos produtivos no trabalho doméstico, pelo que, mesmo com idêntica produtividade no trabalho assalariado, eles teriam uma menor vantagem comparativa em realizar o trabalho doméstico (e, portanto, uma maior vantagem comparativa no trabalho mercantil). Assim sendo, os homens iriam, antes das mulheres, trabalhar num emprego remunerado. O que, por sua vez, teria efeitos futuros na sua produtividade no trabalho mercantil (fruto da experiência, da formação profissional, ...) fazendo-a aumentar. Daí decorreriam maiores salários para os homens para remunerar a sua maior produtividade no trabalho mercantil” (González, M., 2002: p. 108).

as competências para o trabalho mercantil do membro da família que se especializa na produção doméstica vão depreciar-se, o que terá efeitos no salário que poderá auferir se desejar aceder a esse mercado no futuro” (González, M., 2002: p. 98). Nas palavras de Maria do Pilar González, “este aspecto não é considerado por Becker dado que o seu modelo é estático, ou seja, traduz apenas a lógica de decisão num determinado momento” (González, M., 2002: p. 109).

A segunda linha de argumentação da autora prende-se com a teoria da discriminação de Becker. Assim, a existência deste tipo de fenómenos geraria, em contextos de informação imperfeita, problemas de inadequação na afectação dos trabalhadores aos empregos.

A análise da discriminação com base na raça, sexo, etc., é, com efeito, outro exemplo da aplicação por Becker da teoria do comportamento racional e otimizador<sup>83</sup>. O autor propõe uma grelha de análise para este fenómeno. Becker define discriminação como uma situação em que um agente económico está preparado para incorrer num custo, não realizando uma transacção económica ou não participando num contrato económico com alguém de características diferentes das suas no que respeita à raça ou sexo. Consequências? Becker aponta um exemplo: “O membros de um grupo minoritário podem sofrer níveis de desemprego relativamente alto tanto porque estão concentrados em actividades que são especialmente sensíveis a fenómenos de desemprego, como porque eles são menos ‘empregáveis’ em cada actividade profissional. A discriminação seria responsável pelo seu elevado desemprego, na medida em que fosse responsável tanto pela sua distribuição por actividades profissionais, como pelo seu nível de desemprego mais elevado face à restante população, em cada actividade” (Becker, G., 1971: p. 3).

O agente discriminador comporta-se como se o preço do bem ou serviço adquirido ao agente discriminado (ou o salário pago) fosse superior ao efectivamente pago, e o preço de venda ao agente discriminado (ou o salário recebido)<sup>84</sup> fosse inferior ao realmente obtido. Logo, a discriminação é economicamente prejudicial não apenas para aqueles que são discriminados, mas também para aqueles que discriminam.

---

<sup>82</sup> Citada em González, Maria do Pilar, 2002

<sup>83</sup> Becker, Gary, 1971

<sup>84</sup> Becker, Gary, 1971

Becker considera que este é uma problemática crucial na análise do desenvolvimento: “Na maioria dos países subdesenvolvidos, há tanta discriminação contra as mulheres e as pessoas de origens mais baixas (por exemplo, os ‘intocáveis’) que este é uniformemente considerado um dos grandes obstáculos ao rápido progresso económico” (Becker, G., 1971: p. 9). O autor reconhece a importância da discriminação das mulheres, mas fica muito aquém da análise da problemática do género. Na realidade, as mulheres são discriminadas devido ao condicionamento social que restringe a sua acção. O papel feminino aceite como “normal” em cada sociedade limita, de facto, aquilo que as mulheres podem ou não fazer. Mas, também condiciona os homens: o tipo de tarefas que podem desempenhar (o papel masculino) e o tipo de contactos que estabelecem com as mulheres (as relações de poder/subordinação socialmente instituídas).

Becker formulou uma teoria geral para o comportamento da família, incluindo não apenas a distribuição do trabalho e a alocação de tempo entre os seus membros, mas também decisões relativamente ao casamento, divórcio e filhos. À medida que os salários reais aumentam, o agregado familiar liberta mais trabalho para o mercado, porque se torna cada vez mais irracional do ponto de vista económico a especialização de um dos membros do agregado apenas na produção familiar (por exemplo, cuidar das crianças). Como resultado, algumas das antigas funções sociais e económicas da família são transferidas para outras instituições como empresas, escolas e serviços públicos. Becker defendeu que este processo explica não apenas o aumento da participação das mulheres casadas no mercado de trabalho, mas também o número crescente de divórcios.

No entanto, Becker não refere a importância do género enquanto construção social para a análise do comportamento da família. O aumento da participação das mulheres casadas no mercado de trabalho prende-se, em grande medida, com a evolução das sociedades e, logo, dos papéis de género. As sociedades ocidentais são um bom exemplo. O aumento dos salários reais conduziu a transformações sociais que implicaram uma evolução na forma como a sociedade via os homens e as mulheres. Ou seja, dos papéis de género socialmente construídos. E hoje é encarado como “normal” a participação das mulheres casadas no mercado de trabalho.

Outra das contribuições de Becker no contexto do agregado familiar é a sua análise da fertilidade. Esta assume que os pais têm preferências em relação ao número e nível

educacional das suas crianças. O nível educacional é influenciado pela quantidade de tempo e outros recursos que os pais gastam com as crianças. Investimentos no capital humano das crianças podem então ser descritos como uma função do rendimento e preços. À medida que os salários aumentam, também aumentam os investimentos em capital humano e diminui o número de filhos. O autor sugere mesmo que as crianças podem ser conceptualizadas como “bens de consumo duradouros”. Becker utiliza esta análise para explicar, por exemplo, o declínio histórico na fertilidade nos países industrializados, as variações na fertilidade entre diferentes países e o diferencial de fertilidade entre áreas urbanas e rurais.

A tese de Becker é demasiado simplista e redutora. A tentativa de aplicar mecanismos estritos de mercado ao funcionamento do sector reprodutivo, através de modelos micro-económicos para a fertilidade e a família é pouco convincente. Uma parte significativa das interacções no sector reprodutivo não são redutíveis ao cálculo utilitarista. Os pais não ignoram por completo os benefícios e custos económicos quando planeiam o número de filhos e o seu nível educacional. Mas, ter filhos não é apenas mais uma actividade económica! E os pais não vêem os seus filhos apenas como um produto ou “bens de consumo duradouro”.

O declínio histórico da fertilidade nos países ocidentais prende-se, em larga medida, com transformações nas relações de género. A crescente emancipação das mulheres implicou, de facto, uma redução nos níveis de fertilidade. Nas sociedades ocidentais actuais, a identidade feminina está menos presa ao lar e ao “cuidar dos outros” (marido, crianças, idosos, ...).

Além disso, a teoria de Becker não explica o diferencial de investimento das famílias na educação de rapazes e raparigas ainda vigente em muitas sociedades. Apenas uma análise de género pode explicar esse diferencial que deriva dos papeis feminino e masculino socialmente instituídos.

No entanto, “a análise de Becker representa, dentro da teoria neoclássica, um progresso fundamental do ponto de vista metodológico, contribuindo decisivamente para evidenciar a relevância do trabalho doméstico e a sua importância para a análise da lógica de afectação do tempo dos indivíduos. No entanto, esta versão do modelo de afectação do tempo dos indivíduos continua a ser muito menos utilizada do que o modelo mais simples de opção entre trabalho (mercantil) e lazer, no qual o trabalho

doméstico é completamente invisível, dado ser simplisticamente assumido como diluído no lazer (!)” (González, M., 2002: p. 99).

## 6 – A introdução do género na análise económica: um ponto crucial no planeamento do desenvolvimento

Hoje, existe já uma literatura considerável de análise às implicações das relações de género nas políticas de ajustamento estrutural em termos de equidade. Contudo, apenas recentemente começou a ser apontado que a incapacidade de modelizar as relações de género tem consequências ao nível da eficiência económica. Decisões de política económica correctas requerem a incorporação das relações de género na sua grelha de análise e não só a sua mera utilização na avaliação dos resultados dessas políticas. Assim, a consideração do género na análise económica passa, necessariamente, pela introdução desta problemática nos modelos económicos. Existem várias formas de o fazer<sup>85</sup>.

A forma mais óbvia é desagregar por sexo algumas das variáveis do modelo. Este procedimento encaixa bem na análise de género proposta pelo Banco Mundial, que enfatiza a diferenciação por sexo dos agentes económicos. Contudo, esta estratégia não questiona a visão básica do modelo em si mesma e, por isso, é muito limitada. Como aponta Walters (1995), uma desagregação mecânica, baseada no facto de que todos os agentes económicos são biologicamente homens ou mulheres é inadequada. A abordagem de género deve corresponder à forma como as relações de género impõem restrições sobre o modelo económico. Ou seja, aos papéis de género (masculino e feminino) que cabem a cada homem e a cada mulher. O que nos leva à segunda forma a considerar na introdução do género na análise económica.

Esta passa por olhar a economia do ponto de vista das mulheres, identificar as variáveis em falta nos modelos macro-económicos que têm particular relevância em termos de género e introduzi-las no modelo. A macroeconomia tradicional leva em conta o trabalho remunerado, mas exclui o trabalho não remunerado. Em todas as sociedades existe um sector produtivo, baseado no trabalho remunerado, e um sector reprodutivo, assente no trabalho não remunerado. Assim, o sector não monetarizado da reprodução social seria adicionado como restrição ou recurso aos modelos que inicialmente focavam apenas a economia de mercado. Esta estratégia implica uma crítica e a

---

<sup>85</sup> Elson, D., 1995

extensão da visão implícita no modelo inicial, com ênfase nos limites que as variáveis em falta podem impor sobre as variáveis presentes no modelo.

A primeira etapa das políticas de desenvolvimento que procuravam uma redução da assimetria de género passou por aqui: o objectivo era promover as mulheres (movimento WID – Women in Development). No entanto este tipo de análise é insuficiente. As relações de género estruturam o comportamento e a situação das mulheres, mas também dos homens.

É necessário analisar a interacção entre produção de bens e serviços e a reprodução dos seres humanos no contexto da divisão sexual do trabalho. O género tem uma influência decisiva sobre a organização do sector reprodutivo devido à rigidez da divisão sexual do trabalho neste sector (com as mulheres a assumirem o grosso da carga de trabalho) e a sua natureza não comercial. Isto exige a desagregação por sexo dos agentes económicos. Essa desagregação tem de ser realizada *a priori* da análise e não como complemento a esta. Contudo, ela não é suficiente. A desagregação tem de ir além do sexo e considerar a diferenciação de género, ou seja, os papéis assumidos tanto pelos homens como pelas mulheres em cada contexto social (movimento GAD – Gender and Development).

A desagregação do agregado familiar, não o tratando como uma unidade, é particularmente importante. Só assim os conflitos cooperativos e as unidades económicas distintas existentes no seu interior, virão à luz<sup>86</sup>. Na verdade, em todos os agregados familiares está presente uma dupla vertente de cooperação/conflito. Os elementos cooperativos são claramente perceptíveis porque as famílias sobrevivem na base da ajuda mútua. Mas dada a própria natureza da família, os elementos de conflito tendem a estar “escondidos”. Logo, a resolução dos conflitos faz-se através da noção de legitimidade. Isto é, a noção do que é certo, e do que cada um merece no seio do agregado familiar. E, estas são percepções subjectivas que derivam do condicionamento social.

Hoje, a necessidade de distinguir os agregados familiares liderados por mulheres daqueles liderados por homens, já reuniu um largo consenso. “Mas a necessidade de diferenciar os padrões masculino e feminino de controlo dos recursos, trabalho e despesa no seio de agregados familiares contendo tanto homens, como mulheres, ainda não” (Elson, D., 1993: p. 244). Mesmo quando o rendimento é redistribuído no seio dos

---

<sup>86</sup> Elson, D., 1993

agregados familiares, de forma que as necessidades materiais de todos os seus elementos são satisfeitas, é importante saber como se processa esta redistribuição e se efectivamente não discrimina as mulheres.

Esta segunda forma de introdução da problemática do género nos modelos económicos tem consequências importantes sobre a evolução do factor trabalho na teoria do crescimento. Os modelos de crescimento económico tradicionais identificam a força de trabalho com a população e assumem esta como exógena ao modelo. “Esta assunção leva à não consideração dos processos pelos quais a força de trabalho é reproduzida e mantida, e como tais processos são influenciados e influenciam o crescimento económico” (Walters, B., 1995: p. 1869). Na verdade, o factor trabalho tem origem no sector reprodutivo.

O sector reprodutivo comporta todas as actividades e processos pelos quais os seres humanos são directa ou indirectamente reproduzidos e mantidos. Ou seja, todas as actividades desempenhadas para manter e reproduzir a força de trabalho nos sentidos físico e social<sup>87</sup>. “O reconhecimento do sector reprodutivo significa que o trabalho não pode, em termos agregados, ser tratado como um factor produtivo não produzido” (Walters, B., 1995: p. 1870).

Conceptualizar a economia como uma estrutura atravessada por relações de género é a terceira estratégia. O que significa reconhecer que a matriz das relações de género é uma variável interveniente em todas as áreas da actividade económica. Instituições económicas aparentemente neutras face ao género são impregnadas por esta relação. Ou seja, as relações entre os agentes económicos são penetradas pelo género, através das normas e redes (sociais) essenciais ao funcionamento de contratos incompletos (num mundo marcado pela incerteza), e da constituição endógena das características comportamentais dos agentes económicos.

Há um espaço nos contratos para comprar e vender que tem de ser preenchido por uma mistura de mutualidade, boa vontade, confiança, poder, coerção e submissão<sup>88</sup>. No fundo, “uma espécie de ‘economia moral’ que interage com a economia monetária, incorporada em rotinas, hábitos e costumes, que ligam os agentes económicos através de redes cooperativas, tanto como através do dinheiro. E isto não são ‘tradições’ lamentáveis que possam ser varridas pelo aprofundamento da mercantilização da

---

<sup>87</sup> Walters, B., 1995

economia. A mercantilização pode mudar as formas e conteúdos desta ‘economia moral’, mas não pode apagar a necessidade da sua existência” (Elson, D., 1993: p. 245). Uma análise crítica dos mercados revela que as suas regras e instituições estão relacionadas com padrões de direitos e de poder<sup>89</sup>.

Ou seja, as relações de género penetram as relações entre os agentes económicos em todas as sociedades. As formas como homens e mulheres se relacionam no mercado nunca poderão ser independentes das relações de poder/subordinação que se estabelecem entre homens e mulheres em cada contexto societal. Num contexto de clara assimetria de poder em favor dos homens nas relações de género, essa assimetria tenderá a repetir-se nas relações entre homens e mulheres enquanto agentes económicos no mercado. Um exemplo esclarecedor: em certas sociedades a força de trabalho das mulheres não lhes pertence de forma completa e elas têm de responder perante o “chefe de família” (marido, pai ou irmão mais velho).

Se a economia for encarada como uma estrutura atravessada pelo género, então, os parâmetros do modelo que a modeliza terão de reflectir essa situação. O corolário desta assunção é claro: uma configuração institucional diferente das relações de género (elas são uma construção social dinâmica) implica um diferente conjunto de parâmetros do modelo. A ideia central é que as relações de género, tal como as de classe, afectam o funcionamento da economia de mercado a partir do seu interior. A macroeconomia real contém a componente do género, via as instituições e normas através das quais os agentes económicos operam.

A presença do enviesamento de género não pode ser eliminada tentando tornar o funcionamento dos mercados mais objectivo porque a questão dos contratos incompletos nunca pode ser totalmente superada. Mas, esse enviesamento também não é uma adaptação socialmente óptima para lidar com contratos incompletos<sup>90</sup>. “Pode ser funcional para o alcançar de objectivos comerciais de grupos particulares (assim como para a perpetuação do enviesamento masculino), mas é disfuncional quando se trata de

---

<sup>88</sup> Elson, D., 1993

<sup>89</sup> Um estudo do secretariado da Commonwealth (1990) sobre o comércio de exportação na Jamaica é disso mesmo exemplo. Apesar de haver mulheres empresárias envolvidas na exportação, elas estavam em desvantagem por não fazerem parte das redes de referência informais e organizações socio-empresariais onde a troca de informações acontece.

<sup>90</sup> Elson, D., 1993

atingir objectivos de desenvolvimento para a sociedade como um todo” (Elson, D., 1993: p. 245). Logo, as políticas de desenvolvimento devem fomentar alterações institucionais que reduzam a assimetria entre homens e mulheres.

A quarta estratégia olha para o próprio processo de agregação macro-económica como um processo não neutro face ao género. Os números da contabilidade nacional representam processos de agregação ex-post, nos quais os planos de milhões de agentes decisores são sintetizados através do recurso a uma variedade de transacções monetarizadas nos sectores público e privado. Se estes planos não forem “adicionáveis” (isto é, compatíveis), alguns terão de ser alterados. A forma como tal ocorre depende, entre outros factores, dos padrões de controlo dos recursos (ou seja, da estrutura de direitos da sociedade em causa). Aqueles com menos direitos, também contarão menos, e o processo de agregação reflectirá as prioridades daqueles com maior controlo sobre os recursos<sup>91</sup>.

Quanto mais o processo de agregação dos bens e serviços for socialmente inclusivo, reconhecendo reciprocidades e interdependências, e capaz de internalizar externalidades, olhando para além do curto prazo, mais tenderá a resultar numa macroeconomia sustentável, produzindo padrões de emprego e produto que vão ao encontro das necessidades das pessoas<sup>92</sup>.

Tal como Gita Sen o colocou (Sen, G., 1995: p. 12, citada em Elson, D., 1995): “Uma perspectiva de género significa reconhecer que as mulheres estão na encruzilhada entre a produção e a reprodução, entre a actividade económica e o cuidar de seres humanos e, logo, entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Elas trabalham em ambas as esferas. São as que têm maiores responsabilidades logo, mais em jogo, as que mais sofrem quando as duas esferas colidem. Assim, são as mais sensíveis à necessidade de uma melhor integração entre as duas”.

A capacidade de homens e mulheres para responderem e beneficiarem de novas oportunidades de mercado de formas que não coloquem em risco a reprodução (biológica e social) dos seres humanos e a satisfação das necessidades não monetárias, pode ser potenciada pela alteração das formas como o “ganhar a vida” é articulado com o cuidar das crianças e dos outros membros do agregado familiar.

---

<sup>91</sup> Elson, D., 1995

<sup>92</sup> Elson, D., 1995

## 7 – Género e os Programas de Ajustamento Estrutural

A implementação de Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) implica a reconfiguração do poder social, político e económico, a favor dos direitos dos grandes detentores de capital<sup>93</sup>. Com efeito, os PAE estimulam a produção privada e também a privatização dos custos da reprodução social<sup>94</sup>. A lógica da “liberdade de escolha” em que assenta a privatização de serviços colectivos (e que se acentuou na implementação dos PAE ao longo de toda a década de 80 e princípio da década de 90 do século XX), “conduz irrevogavelmente à exclusão dos grupos sociais mais desfavorecidos, logo, especialmente das mulheres mais pobres. O tipo de vigilância e sancionamento feito pelo Estado não se mostra capaz de garantir a observação do princípio da igualdade de oportunidades para todos” (Ferreira, V., 2000: p. 37).

Em economias pouco favorecidas pelos fluxos internacionais de capital, os PAE conduzem a uma redução do investimento público, sem que tal seja compensado pelo crescimento do investimento do sector privado. Nestas situações, a reestruturação económica ocorre com estagnação e gera um aumento do fardo carregado pelos homens e mulheres da sociedade. Mas em particular, o destas últimas devido à extensão e intensificação da sua carga de trabalho (no seio do agregado familiar para fazerem face à quebra dos rendimentos obtidos no exterior deste e no mercado de trabalho devido à degradação do ambiente económico). Uma situação característica da África Subsaariana e da América Latina.

A reestruturação implícita nos PAE implica a subordinação de cada vez mais actividades e pessoas ao cálculo financeiro e às forças de mercado, com todos os riscos a elas associados de fragilização das condições de sobrevivência. Esta reestruturação é muitas vezes ineficiente para a melhoria da produtividade social e para atingir objectivos de longo prazo de desenvolvimento humano. Ela pode gerar uma série de efeitos de redução dos recursos humanos disponíveis na economia em causa (qualitativa e quantitativamente), através do excesso de trabalho que força e da deterioração das condições da reprodução social dos seres humanos, degradando as capacidades mentais e físicas das pessoas.

---

<sup>93</sup> Beneria e Feldman, 1992; Elson, 1992, 1994, 1995a; Mbilinyi, 1990; Standing, 1989

<sup>94</sup> Elson, Diane, 1995

Nas últimas décadas, muitas jovens mulheres nos PVD entraram no mercado de trabalho do sector industrial orientado para a exportação. Uma situação que atingiu o seu expoente máximo na Ásia e nas Caraíbas. Subjacente aos PAE está uma crescente feminização da força de trabalho<sup>95</sup>.

Nos anos 80, as políticas de estabilização promovidas pelas instituições internacionais em muitos países em vias de desenvolvimento degradaram a distribuição do rendimento em muitos desses países. Essa degradação puxou as mulheres para o mercado de trabalho, por forma a aumentar o rendimento do agregado familiar.

Por outro lado, esses programas de estabilização promoveram o desenvolvimento das indústrias de exportação. Estas novas indústrias necessitavam de mão de obra barata para conseguirem competir nos mercados globais. Quem melhor do que as mulheres forçadas pela degradação económica a entrarem no mercado de trabalho poderia ocupar esse lugar? A partir dos anos 80, a disponibilidade de trabalho feminino barato foi crucial para o rápido crescimento das exportações de países como a Índia, Indonésia e China<sup>96</sup>.

Assim, a parcela feminina do emprego industrial cresce mais rapidamente em países de crescimento rápido que baseiam a sua expansão económica em indústrias ligeiras orientadas para a exportação. E, o trabalho industrial feminino concentra-se em algumas, poucas, indústrias de trabalho intensivo e pouco qualificado, orientadas para a exportação, como os têxteis, calçado e vestuário.

Como decorrem estes processos de feminização da força de trabalho? Eles começam pela destruição das oportunidades de emprego remunerado alternativo tanto para as mulheres como para os seus familiares masculinos (pais, irmãos e maridos)<sup>97</sup>. Segue-se a oferta de novos tipos de emprego para as mulheres, muitas vezes com salários mais elevados do que os oferecidos noutras ocupações, mas com longas horas de trabalho intenso. Uma vez que as formas de vida tradicionais foram enfraquecidas, ou mesmo destruídas, as relações de género preexistentes maleabilizam-se. Mesmo em países como o Bangladesh, com tradição de reclusão das mulheres jovens, surgem formas de reconciliar o emprego dessas mulheres em fábricas com as restrições sociais e religiosas

---

<sup>95</sup> Çagatay, N. e Ozler, S., 1995

<sup>96</sup> Howes, Candace, e Singh, Ajit, 1995

<sup>97</sup> Elson, D., 1995

do comportamento “respeitável”<sup>98</sup>. As esposas e as filhas tornam-se um bem economicamente mais valioso. Contudo, a subordinação das mulheres mantém-se na organização da fábrica, com a sua concentração no fundo da hierarquia ocupacional, em trabalhos sem quaisquer perspectivas de promoção, e pouca segurança. Pesquisas realizadas em Taiwan e na Coreia do Sul mostram que elevadas taxas de crescimento industrial orientado para exportação, são compatíveis com a manutenção de elevada desigualdade de género nas remunerações, oportunidades e condições de trabalho<sup>99</sup>.

No fundo, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho que não ponha em causa o poder masculino na economia produtiva e reprodutiva não encontra grande resistência social porque as relações de poder/subordinação entre homens e mulheres são reproduzidas no mercado de trabalho.

### 7.1 – O género e os modelos macro-económicos utilizados na elaboração dos PAE

Ainda hoje a consideração da problemática do género nos modelos macro-económicos utilizados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional na elaboração dos PAE limita-se, quase em exclusivo, à desagregação dos agentes económicos por sexo. O que é tremendamente insuficiente: a desagregação tem de ir além do sexo e considerar a diferenciação de género, ou seja, os papéis assumidos tanto pelos homens como pelas mulheres em cada contexto social. Só assim é possível analisar a interacção entre a produção de bens e serviços e a reprodução dos seres humanos no contexto da divisão sexual do trabalho.

As relações de género afectam os modelos macro através do seu papel na determinação dos valores dos parâmetros, a composição da despesa ou a forma como a agregação é feita (ou seja, a forma como as inconsistências entre os planos dos agentes económicos são eliminadas). Os modelos macro dominantes também podem ser criticados, de uma perspectiva de género, por não levarem em conta a interdependência e complementaridade entre o investimento do sector público, a reprodução social e a produtividade do investimento privado<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> Feldman, S., 1992

<sup>99</sup> Berik, G., 1995

<sup>100</sup> Elson, D., 1995

As relações de género desempenham um papel importante na determinação da produtividade do investimento (regra geral representada inversamente nos modelos macro pelos rácios capital/produto) realizado na economia. A invisibilidade do trabalho não remunerado das mulheres no sector reprodutivo pode originar uma falsa impressão de eficácia dos PAE na melhoria dos rácios capital/produto. Tipicamente, estes rácios são calculados a partir de agregados da contabilidade nacional. Ora, estes agregados não consideram o investimento e o produto não monetarizados da reprodução social. As reformas introduzidas com os PAE podem aparentar sucesso na redução do valor dos rácios capital/produto (aumento da produtividade do capital), quando, na verdade, o que estão a fazer é transferir alguns dos custos da economia de mercado para o sector reprodutivo onde são cobertos com trabalho não remunerado<sup>101</sup>, essencialmente feminino. Um exemplo típico é a promoção de transformações na organização do sector da saúde que conduzam à redução do período que os pacientes permanecem nas unidades hospitalares. Aparentemente, isto significa um aumento do output por unidade de investimento neste sector (aumento da produtividade do capital no sector da saúde). Contudo, essa redução das estadias no hospital são muitas vezes compensadas por períodos mais longos de convalescença em casa e conseqüente aumento do gasto de recursos não monetarizados em cuidados ao paciente. O ganho de produtividade foi ilusório: o produto é o mesmo, mas há uma transferência dos custos do sector público monetarizado (sistema de saúde público) ou do sector privado hospitalar para o sector reprodutivo não monetarizado.

Na generalidade dos países, há um enviesamento a favor dos homens no direito de acesso aos recursos produtivos. As mulheres estão em desvantagem no acesso e controlo sobre o crédito e a terra; na criação e disseminação de novas tecnologias; no acesso a cuidados de saúde; na aquisição de competências. Este enviesamento coloca também as mulheres em desvantagem nos mercados de trabalho e de produtos; marginaliza as mulheres nos processos de decisão, no acesso e controlo aos serviços infra-estruturais (energia, água, transportes, habitação) e nos acordos intra-familiares para a organização tanto da produção de bens como da reprodução de pessoas. Ele exclui a voz das mulheres do processo político de determinação do padrão de despesa pública. Este enviesamento, nas suas várias formas, está amplamente disseminado,

---

<sup>101</sup> Elson, D., 1991

tendo um impacto significativo no bem estar das mulheres. Este enviesamento de género reduz os retornos que as mulheres obtêm do seu trabalho e, logo, o produto agregado da economia.

A discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho tem o mesmo tipo de consequências. Trata-se de um problema não apenas de equidade (como tem sido tratado, regra geral, pela análise económica), mas também de eficiência. E o mesmo se passa com a discriminação dos homens. Na verdade, há profissões consideradas masculina e onde, por isso, a penetração das mulheres é muito difícil. Mas, também há outras classificadas como femininas pela sociedade. Aí são os homens que são marginalizados. Assim, a eliminação da discriminação de género nos padrões ocupacionais e no nível de remunerações, aumentaria consideravelmente não só o rendimento das mulheres (e dos homens), como o produto total da economia.

Há um grande campo aberto para transformações institucionais dinâmicas que conduzam a uma evolução das relações de género no sentido de uma maior equidade entre homens e mulheres. “A equidade e a eficiência podem reforçar-se mutuamente e não concorrer uma com a outra como considera a maior parte da análise económica tradicional. O que é necessário nos países em vias de desenvolvimento não é ‘Investimento nas mulheres’ – um dos slogans do Banco Mundial, que reflecte um ponto de vista em que as mulheres são encaradas mais como um recurso para o desenvolvimento do que como pessoas, cujo controlo sobre os principais recursos deve ser reforçado. O essencial é ‘Investimento com as mulheres’, promovendo alterações institucionais que modifiquem preferências, percepções, normas e direitos” (Elson, D., 1995: p. 1857). A importância da consideração da problemática do género numa análise de eficiência económica fica clara quando notamos que a perpetuação da desigualdade de género reduz o potencial de crescimento da economia.

Também outros parâmetros dos modelos macro-económicos como a propensão a poupar e importar são relevantes numa perspectiva de género. Há ampla evidência sugerindo que uma distribuição do rendimento mais equitativa em termos de género conduziria a padrões de despesa na economia mais favoráveis ao desenvolvimento de longo prazo<sup>102</sup>. Dada a estrutura de relações de género prevalente na generalidade dos países, a despesa do agregado familiar em nutrição, saúde e educação das crianças, tende a ser

---

<sup>102</sup> Elson, D., 1995

muito mais uma responsabilidade das mulheres do que dos homens. Além disso, por todo o mundo, o rendimento total do agregado familiar tende a não ser colocado em conjunto para utilização nas despesas desse agregado. Assim, as significativas diferenças existentes entre o tipo de despesa resultante do rendimento controlado pelas mulheres e do rendimento controlado pelos homens são muito relevantes do ponto de vista da promoção do desenvolvimento. As mulheres dão maior prioridade à despesa em nutrição, saúde e educação da família do que os homens. A probabilidade de os homens despenderem parte do seu rendimento em bens de consumo pessoal como álcool, tabaco, jogo e bens duradouros de elevado estatuto, é muito superior face às mulheres<sup>103</sup>.

A explicação destas diferenças reside nos papéis de género socialmente construídos. O papel materno assume um peso determinante na identidade feminina das mulheres por todo o mundo (bem como “cuidar” do lar). Além disso, uma das poucas fontes de poder para as mulheres de muitos países é o acesso privilegiado às suas crianças, em particular, aos filhos rapazes. As mulheres poupam e investem nas suas crianças para ganharem por via deles o acesso a novos recursos. Por outro lado, uma das principais fontes de poder dos homens em muitos países, é o acesso privilegiado a uma esfera de vida fora da família, autónoma e pública. A maioria da sua despesa de “lazer” pode ser interpretada como despesa para ganhar e manter o seu acesso a esta esfera que é uma componente fundamental da sua identidade masculina. E, como as tarefas ligadas ao “cuidar” das crianças são vistas, em muitas sociedades, como femininas, o seu desempenho pelos homens põem em causa a sua masculinidade, logo, a sua identidade. As evidências apontam assim para que as mulheres, num largo conjunto de países e níveis de rendimento, tenham uma propensão marginal mais elevada do que os homens para despender rendimento em bens que beneficiam as crianças e potenciam as suas capacidades<sup>104</sup>.

Esta é uma evidência importante. Ela aponta para uma maior propensão por parte das mulheres do que dos homens para poupar, e, depois, investir essas poupanças na manutenção e expansão das capacidades humanas do agregado familiar (nomeadamente

---

<sup>103</sup> Vários estudos sociológicos e antropológicos detectaram esta regularidade: Kumar, S., 1979; Guyer, J., 1980; Pahl, J., 1983; Dwyer, D. e Bruce, J., 1988

<sup>104</sup> Walters, B., 1995

investimento na educação das crianças). O que terá repercussões sobre o desenvolvimento humano de longo prazo da sociedade.

Por fim a questão da agregação. O problema da possível incompatibilidade *ex-ante* entre a poupança e o investimento, é resolvido nos modelos macro pela assunção de que o consumo é residualmente determinado, por forma a gerar o nível de poupança necessário para igualar as intenções de investimento. Neste contexto, o trabalho não remunerado das mulheres no sector reprodutivo é fundamental. Uma redução do consumo de bens de mercado será compensada pelo aumento da produção de bens não mercantis para auto-consumo. As roupas passam a ser feitas em casa, tal como a comida; são cultivadas hortas; pode ser mobilizado trabalho “voluntário” para esquemas comunitários que substituam aprovisionamento público. Ou seja, é possível que aumentos e reduções no tempo despendido pelas mulheres em trabalho não remunerado estabilizem o consumo real total dos agregados familiares, embora o consumo agregado da economia, como é convencionalmente medido na contabilidade nacional, esteja a mudar. Contudo, há um limite para o tempo que pode ser disponibilizado para aumentar a produção não mercantil de bens de consumo, sem pôr em risco o nível da produção de mercado e a reprodução (biológica e social) dos seres humanos<sup>105</sup>.

No curto prazo, o efeito mais importante de “crowding-out” ocorre sobre a produção de mercado, em particular a produção de bens para exportação. Há um *trade-off* entre a alocação de tempo das mulheres em actividades no sector reprodutivo e no sector produtivo (em especial na produção para exportação, onde o seu trabalho é, regra geral, dominante)<sup>106</sup>. Este *trade-off* será tanto mais acentuado, quanto maior a queda na capacidade de consumo das famílias, maior a intensidade do trabalho feminino nas produções de mercado, maior a intensidade do trabalho feminino no sector reprodutivo e menor o tempo de lazer das mulheres previamente existente (que será reduzido para permitir aumentar a produção não mercantil de bens de consumo)<sup>107</sup>. No longo prazo, outro *trade-off* importante, ocorrerá entre o aumento da participação das raparigas no trabalho doméstico e o tempo afecto à sua educação.

Assim, embora o trabalho não remunerado das mulheres possa amortizar os efeitos da contracção do consumo de bens de mercado por parte dos agregados familiares, ele não

---

<sup>105</sup> Elson, D., 1995a

<sup>106</sup> Darity, W., 1995; Howes, Candace, e Singh, Ajit, 1995

<sup>107</sup> Elson, D., 1995

está disponível em quantidades ilimitadas. E colocar um fardo demasiado grande sobre ele tenderá a gerar consequências negativas sobre outras componentes da produção, investimento e reprodução de seres humanos. Além disso, terá consequências negativas óbvias sobre o bem estar das mulheres, devido à redução do seu tempo de lazer, descanso e recuperação.

Isto significa que para uma dada população existe um limite superior de quantidade de trabalho disponível para o sector produtivo, em particular força de trabalho feminina. É fundamental que isto seja explicitamente reconhecido na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento.

O reconhecimento de que para haver mais força de trabalho feminina disponível no sector produtivo, ela tem de ser libertada do sector reprodutivo, conduz o foco da análise para as políticas públicas desenhadas para aumentar a eficiência do trabalho no sector reprodutivo<sup>108</sup>. Mas também, para os papéis de género socialmente construídos: as tarefas/estrutura ocupacional socialmente aceites para os homens e as mulheres e as relações de poder/subordinação que se estabelecem entre eles e elas.

“Esta mudança de ênfase permite-nos reconhecer a possibilidade importante de o stock de força de trabalho efectiva disponível numa economia se poder depreciar em qualidade e mesmo, ocasionalmente, em quantidade, se não for prestada atenção suficiente à sua manutenção e reprodução” (Walters, B., 1995: p. 1878). Assim, a redução do fluxo de recursos (nomeadamente públicos, em contextos de contenção da despesa pública no quadro de PAE) direccionados para a economia reprodutiva pode gerar efeitos negativos importantes sobre o crescimento de longo prazo da economia em causa. Esta perspectiva transforma objectivos previamente considerados apenas de equidade, em objectivos de eficiência. A redução da pobreza, a redução da subnutrição, o aumento dos cuidados de saúde à disposição da população e o aumento do nível educacional da população, são alguns exemplos. A prossecução destas metas, aumenta o *stock* de trabalho disponível (em quantidade e qualidade), logo, o fluxo de trabalho efectivo e a taxa de crescimento potencial e de longo prazo da economia<sup>109</sup>.

Ou seja, a despesa pública em várias infra-estruturas sociais, na prestação de serviços como educação e saúde e na manutenção de um nível mínimo de bem estar da

---

<sup>108</sup> Walters, B., 1995

<sup>109</sup> Walters, B., 1995

população, pode ser justificada como investimento para aumentar a qualidade do *stock* de trabalho na economia.

O corolário do raciocínio é claro. A redução dos serviços sociais públicos, devido a cortes da despesa pública ou a processos de privatização (nomeadamente no contexto de PAE) pode conduzir a uma redução do nível de resposta da força de trabalho aos incentivos de mercado devido a um maior envolvimento (em especial das mulheres) no sector reprodutivo. Ou seja, os cortes na despesa pública tendem a reduzir os serviços públicos (como infantários públicos) que davam às mulheres flexibilidade suficiente para entrarem no mercado de trabalho.

No entanto, em contextos de crise económica, o agregado familiar não pode dispensar os rendimentos monetários auferidos pelas mulheres. Logo, o tempo necessário para o desempenho das tarefas no sector reprodutivo é retirado ao tempo de lazer das mulheres (será o tempo de lazer a ser penalizado e não o desempenho das tarefas no sector reprodutivo uma vez que o desempenho dessas tarefas faz parte da identidade feminina socialmente construída). O que tem consequências graves, a prazo, sobre a saúde das mulheres e o bem estar das crianças. No fundo sobre toda a reprodução de seres humanos. E, essa deterioração do bem estar de mulheres e crianças não pode ser ignorada na avaliação das políticas económicas.

## 7.2 – As relações de género e o modelo de ajustamento estrutural da pequena economia dependente

As alterações macro necessárias na estrutura da alocação de recursos para alcançar o equilíbrio macro-económico, sem sacrificar o crescimento, têm sido analisadas pelos economistas do Banco Mundial com base no modelo de uma pequena economia aberta<sup>110</sup>. Uma escolha lógica dado que no contexto dos acordos do GATT e, mais tarde, da Organização Mundial de Comércio, a abertura das fronteiras de cada país a bens e capital é cada vez mais uma realidade comum a todo o mundo.

Este modelo divide a economia em dois sectores: o dos bens e serviços transaccionáveis e o dos não transaccionáveis. Bens e serviços transaccionáveis são aqueles cujo preço interno na economia é determinado pela procura e oferta nos mercados mundiais. É

---

<sup>110</sup> Banco Mundial, 1990

assumido que os preços vigentes nos mercados mundiais são exogenamente determinados. Os não transaccionáveis, são bens e serviços dificilmente transaccionáveis com o estrangeiro, devido a elevados custos de transporte ou impossibilidade de separar a produção do consumo. O seu preço é determinado pela procura e oferta no interior de cada país.

O ajustamento estrutural implica uma transferência de recursos produtivos para a produção de transaccionáveis e alterações na despesa que reduzam o seu consumo<sup>111</sup> (por forma a restringir as importações). Essa transferência de recursos passa também pela força de trabalho. O resultado pretendido é restaurar o equilíbrio interno e externo da economia, com uma expansão do seu produto.

O modelo não faz referências à problemática do género. “Contudo, a ausência de referências explícitas não significa irrelevância das relações de género na determinação da forma como os recursos são transferidos e realocados no processo de ajustamento estrutural” (Elson, D., 1995: p. 1860). Vários economistas de tradição neoclássica, discutiram o género neste contexto.

Collier é um exemplo. O autor faz uma análise neoclássica de género e desenvolvimento, focando-se no tema de “aspectos de género na alocação do trabalho durante o ajustamento estrutural”<sup>112</sup>.

Para este autor, a análise de género é fundamentalmente uma questão de desagregação: “O género é uma de muitas maneiras de desagregar os dados e a racionalidade para o fazer é dupla. Primeiro, as mulheres enfrentam, normalmente, constrangimentos diferentes dos homens para ganharem o seu rendimento. Um vez que o ajustamento estrutural é, em grande medida, sobre a transformação de constrangimentos, se os enfrentados por mulheres e homens forem substancialmente diferentes, então é esclarecedor tratar os géneros como grupos distintos. Segundo, mulheres e homens têm, muitas vezes, propensões a consumir muito diferentes, em particular serviços públicos, logo alterações na despesa pública podem ter efeitos poderosos diferenciados por género. (...) Deve ser mencionado que o género não é um tópico *per se*, mas antes uma possível desagregação a levar em conta no estudo de um tópico. (...) Por vezes a desagregação por género não acrescentará o suficiente para valer a pena. Contudo, para alguns tópicos será útil e para outros essencial. (...) Um corolário desta racionalidade

---

<sup>111</sup> Elson, D., 1995

para uma análise que distinga entre homens e mulheres é que, geralmente, não há um pequeno e restrito conjunto de “assuntos das mulheres” que possam ser adicionados a uma análise no resto inalterada. Na verdade, muitos assuntos standard na alocação de recursos tornam-se mais claros quando a análise é desagregada por género” (Collier, P., 1990).

A análise de Collier é muito limitada. O autor trata o género simplesmente como uma forma de desagregação por sexo dos agentes económicos. O género não é isso, mas sim a construção social de se ser mulher ou homem (através de processos de aprendizagem, que mudam ao longo do tempo e variam de umas culturas para outras) – os papéis feminino e masculino. Refere-se ainda à inter-relação entre ambos os sexos e às diferentes relações de poder e/ou subordinação que se estabelecem entre eles.

Collier considera que os constrangimentos enfrentados pelas mulheres têm origem em processos biológicos; em convenções sociais e tradições sobre os papéis de género apropriados; ou nas preferências individuais (tanto as que discriminam as mulheres, como a própria ausência de aspirações da parte delas em alcançar um *status* ou nível de rendimento mais elevado)<sup>113</sup>. A sua análise apresenta aqui um ponto interessante ao reconhecer a importância das tradições sobre os papéis de género apropriados nos constrangimentos enfrentados pelas mulheres. No entanto Collier limita a questão dos papéis de género às tarefas que as mulheres podem/devem ou não desempenhar, esquecendo a importância dos papéis de género na questão da determinação das preferências. E, apenas faz referência às mulheres não se detendo sobre os constrangimentos enfrentados pelos homens. Nem sobre as interações entre eles: feminino é um conceito que não faz sentido sem masculino.

Além disso, o autor não foca a questão da coerção, nem das pressões resultantes da falta de controlo das mulheres sobre os recursos, o que as confina a um conjunto limitado de actividades. Também não há espaço na sua análise para o dinamismo dos papéis de género (são uma construção social, logo dinâmicos). Para as mulheres e os homens desafiarem e mudarem as normas de género que regem as suas vidas. “A idiossincrasia potencial das preferências está limitada por uma *lei de ferro* da imitação” (Elson, D., 1995: p. 1861).

---

<sup>112</sup> Collier, P., 1994

<sup>113</sup> Elson, D., 1995

Além disso, não há qualquer tentativa de olhar a economia através dos olhos das mulheres e incluir o trabalho doméstico e a reprodução dos seres humanos (sector reprodutivo) como uma actividade economicamente significativa.

A situação de muitas mulheres camponesas na África Subsaariana assemelha-se à de um contribuinte face ao Estado. Os maridos possuem autoridade para não lhes pagarem pelo seu trabalho nas produções de mercado. Em troca desse trabalho garantem-lhes a provisão de serviços similares aos providenciados pelo Estado em países desenvolvidos: protecção; algum grau de segurança social; transferência de algum rendimento em dinheiro ou géneros, mas que não tem qualquer relação particular com o trabalho desempenhado por elas<sup>114</sup>. A resposta é a mais natural. Tal como muitos contribuintes nos países desenvolvidos, nos países pobres muitas mulheres camponesas tentam minimizar a sua “carga fiscal” (leia-se carga de trabalho) encontrando pontos de fuga na estrutura fiscal existente (ou seja, formas de reduzir a sua carga de trabalho nas produções de mercado). E, tal como aqueles, elas tendem a contestar novas exigências fiscais (aumento da sua carga de trabalho nas produções de mercado estimuladas pelos PAE).

Tudo o resto constante, “muitas mulheres preferem despende tempo de trabalho adicional em actividades nas quais todos os retornos lhes pertencem e que estão sob a sua autoridade, tal como sucede, na maioria das situações, com as colheitas alimentares de subsistência” (Elson, D., 1995: p. 1861). Em certos contextos sociais, as mulheres têm suficiente autonomia para expressarem esta preferência e então as relações de género constituem uma barreira efectiva à transferência do seu trabalho do sector dos não transaccionáveis para o dos transaccionáveis. Noutras circunstâncias, os homens são suficientemente poderosos para se sobreporem às preferências das mulheres, ou elas sentem-se compelidas a cooperarem com os maridos para assegurar o futuro das crianças no sector “moderno”. Aí, as mulheres transferem a sua força de trabalho para produções de mercado orientadas para exportação.

Contudo, quando essa transferência ocorre, tal não é necessariamente um motivo de celebração. Ela pode por em risco outros objectivos importantes como a segurança alimentar do agregado familiar. Na verdade, alterações na estrutura da economia podem influenciar o bem estar dos membros do agregado familiar tanto através do nível de

---

<sup>114</sup> Elson, D., 1995

consumo de bens e serviços mercantis, como do nível e qualidade da produção para autoconsumo. Uma dupla vertente que é muitas vezes esquecida na formulação e avaliação das políticas económicas.

Além disso, tal transferência não é garantia de menores constrangimentos sobre a actividade económica das mulheres e maior grau de igualdade nas relações de género. Pelo contrário. Ela pode significar outros constrangimentos, muito mais profundos do que os identificados por Collier, nomeadamente o exercício do poder masculino sobre a capacidade das mulheres para decidirem como utilizar a sua própria força de trabalho<sup>115</sup>. A fragilidade dos direitos das mulheres em muitas sociedades é bem ilustrada pelo facto de a sua força de trabalho não ser, geralmente, um recurso completamente controlado por elas. Como apreendeu Jones (Jones, C., 1986: p. 11, citada em Elson, D., 1995) na sua pesquisa sobre o cultivo de arroz no norte dos Camarões, “espera-se (a sociedade) que as mulheres casadas trabalhem nos campos dos seus maridos se não estão a trabalhar nos seus próprios campos. Se o recusarem sujeitam-se a violência física”. Esta constatação da autora apela directamente ao condicionamento derivado dos papeis de género socialmente construídos. E ao peso que as expectativas sociais exercem sobre mulheres e homens para que ajam de acordo com a identidade feminina e masculina socialmente construída.

As mulheres enfrentam constrangimentos ao uso da sua força de trabalho devido aos seus deveres socioculturais como mães (o papel materno socialmente construído), no agregado familiar e na produção de subsistência. Mas, também enfrentam constrangimentos sobre a sua autonomia enquanto decisores como resultado do seu confinamento dentro de um conjunto de limites definidos pelas normas sociais e regulados por mecanismos que não os de mercado. O problema para muitas mulheres (em particular nos contextos rurais da África Subsaariana) é um conflito de expectativas e obrigações. Espera-se que as mulheres produzam colheitas alimentares para suprir as necessidades alimentares do agregado familiar e que contribuam com o seu trabalho na produção de culturas para exportação controladas pelos maridos. Na verdade, em vez de encorajadas para transferir o seu trabalho de uma actividade para outra, elas estão a ser pressionadas para fornecerem mais tempo de trabalho a ambas as actividades<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> Elson, D., 1995

<sup>116</sup> Elson, D., 1995

Hoje, há evidência considerável de que as mulheres combinam elevadas cargas de trabalho no sector reprodutivo e de auto-consumo com o trabalho (remunerado) no sector produtivo da economia. Por outro lado, os homens, regra geral, não asseguram cargas significativas de trabalho no sector reprodutivo, mesmo quando estão numa situação de desemprego no sector produtivo. A explicação para esta situação decorre naturalmente da consideração dos papeis de género. A maioria das tarefas no sector reprodutivo são encaradas como femininas na maioria das sociedades. Logo, para os homens, desempenhá-las é colocar a sua masculinidade em risco. Assim, “eles tornam-se desempregados num sentido muito mais fundamental e podem mesmo começar a dedicar-se a uma série de actividades informais semi-legais ou mesmo ilegais” (Walters, B., 1995: p. 1878).

A conclusão é clara: políticas públicas que contribuam para aumentar a produtividade do trabalho no sector reprodutivo são muito importantes num processo de crescimento económico<sup>117</sup>. Estas políticas passam pela promoção do uso de aparelhos domésticos pelas famílias (apoio à sua compra e investimento em serviços públicos necessários à sua utilização), fornecimento de água potável e de electricidade, entre outras. Esse aumento de produtividade libertará, a prazo, força de trabalho feminina do sector reprodutivo para o produtivo. Naturalmente, a mudança não será imediata. O desempenho pelas mulheres de tarefas no sector reprodutivo prende-se com a sua própria identidade feminina. E, as normas socioculturais apenas se transformam lentamente.

As relações de género também afectam a mobilidade do trabalho dos homens e a mobilização do seu tempo, restringindo a transferência de tempo e esforço dos homens para tarefas socialmente vistas como “trabalho de mulher”. Sejam elas tarefas agrícolas de subsistência, ou de reprodução social como recolha de água e combustível ou cozinhar. A sanção aqui não passa por violência doméstica, mas por perda de identidade masculina devido ao desempenho de tarefas consideradas femininas, com todas as suas implicações sociais. Collier não aborda este tipo de constrangimento sobre a transferência do trabalho masculino entre diferentes actividades. O que é sintomático da sua perspectiva muito limitada em termos de género. “E que se reflecte na incapacidade de integrar a reprodução social no modelo como um conjunto de actividades

---

<sup>117</sup> Walters, B., 1995

fundamentais para o crescimento futuro da economia. Sempre que o tempo despendido pelas mulheres no sector da reprodução social é mencionado, é como um constrangimento à mobilidade das mulheres para o sector dos bens transaccionáveis, e não como uma actividade essencial que potencia tanto a produção de transaccionáveis como a promoção do bem estar” (Elson, D., 1995: p. 1862).

O tipo de análise de género proposta por Collier faz poucas alterações à visão básica do modelo da pequena economia dependente. Na verdade, apenas lhe acrescenta que a diferenciação de género aumentará o tempo de duração da transferência de recursos (em particular trabalho) do sector dos bens não transaccionáveis para o dos bens transaccionáveis. Logo, a economia estará em desequilíbrio mais tempo do que estaria com relações de género mais equitativas. A implicação resultante desta análise de Collier é clara: os PAE devem dirigir medidas específicas para as mulheres, que diminuam as barreiras à sua incorporação no sector dos bens transaccionáveis e fornecer mais ajuda para auxiliar a economia enquanto tais medidas não têm efeitos práticos<sup>118</sup>.

Este tipo de conclusão e análise é muito limitado. A primeira evolução dos PAE no sentido da incorporação da problemática da assimetria entre homens e mulheres foi neste sentido (movimento WID) e os resultados foram fracos. Uma análise de género não pode ser sinónimo de reconhecimento (e, logo, combate) dos constrangimentos enfrentados pelas mulheres na sua incorporação no sector produtivo da economia. Uma análise de género tem de analisar a interacção entre produção de bens e serviços e a reprodução dos seres humanos no contexto da divisão sexual do trabalho e considerar a diferenciação de género, ou seja, os papéis assumidos tanto pelos homens como pelas mulheres em cada contexto social. As relações de género estruturam o comportamento e a situação das mulheres, mas também dos homens.

Assim, a grande questão de género durante o ajustamento estrutural não é a imobilidade do trabalho das mulheres, mas a fraca e desequilibrada estrutura de direitos delas, bem como a sua falta de voz na determinação das prioridades económicas e sociais.

---

<sup>118</sup> Elson, D., 1995

## 8 – Estratégias de desenvolvimento alternativo

### 8.1 – Educação: a construção do capital humano e a teoria do crescimento endógeno



A educação da população de um país, a melhoria do seu nível educacional, gera múltiplos e diversificados efeitos positivos sobre o processo de desenvolvimento do país em causa. Nomeadamente, aumento da produtividade dos trabalhadores (na indústria, serviços e agricultura<sup>119</sup>); aumento da mobilidade do factor trabalho; aumento dos rendimentos potenciais da população; maior consciência das pessoas relativamente à sua saúde e *status* nutricional incentivando-as a beneficiarem dos serviços sociais disponíveis para elas (o que conduz a uma redução da taxa de mortalidade em geral e da mortalidade infantil em particular); *empowerment* das populações (com aumento da sua consciência política e social). Em síntese – melhoria da qualidade de vida. A educação feminina especificamente tem um conjunto de efeitos benéficos que convém destacar: reforço das aspirações educativas e profissionais das crianças, particularmente das raparigas; redução da poluição ambiental; redução da mortalidade feminina e infantil; melhoria da saúde familiar em geral com correspondente aumento da esperança média de vida dos membros da família (devido a factores como melhores práticas nutricionais e higiénicas); reforço da contenção da difusão de doenças como a SIDA.

Contudo, um diferencial de género entre rapazes e raparigas, beneficiando os primeiros, mantém-se por todo o mundo, apesar da tendência de queda dos últimos 20 anos. A situação é particularmente grave no sul da Ásia e no Médio Oriente e Norte de África, sem esquecer a África Subsahariana e a zona da Ásia Oriental e Pacífico (Ver Quadros 8.1 e 8.2). Nestas regiões, o acesso das raparigas à educação primária e secundária é particularmente limitado nos meios rurais. Além disso, a probabilidade de as raparigas abandonarem a escola de forma precoce é superior à dos rapazes.

Solucionar este problema passa por medidas especiais que encorajem a participação das raparigas na escola. Um exemplo é a concessão de subsídios e outros estímulos financeiros às famílias para que mantenham as filhas na escola<sup>120</sup>. Mas passa também por uma evolução nos papeis de género. Em muitos contextos sociais, o homem

---

<sup>119</sup> tal deve-se ao facto de agricultores com melhores níveis educacionais absorverem novas informações mais rapidamente e serem mais inovadores.

<sup>120</sup> Banco Mundial, 2001a

continua a ser visto como o ganha pão da família. É a ele que compete oferecer a sua força de trabalho no mercado, auferindo um rendimento monetário para sustento do agregado familiar. Logo, é natural que o investimento das famílias na educação dos rapazes seja muito superior face ao investimento na educação das raparigas. Ultrapassar a assimetria nos níveis educacionais de rapazes e raparigas implica a evolução dos papéis de género vigentes nas sociedades em causa.

Quadro 8.1 – Diferencial entre as taxas de literacia masculina e feminina (adultos) em pontos percentuais

Região	1980	1999
Ásia Oriental e pacífico	23	14
Europa e Ásia Central	5	3
América Latina e Caraíbas	5	2
Médio Oriente e Norte de África	31	22
Ásia do Sul	27	24
África Subsahariana	21	16

Fonte: Banco Mundial, 2001<sup>a</sup>

QUADRO 8.2 – Frequência da educação primária desagregada por género

País	Taxa de frequência da educação primária (%)			
	1980		1992 – 97*	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
Etiópia	...	...	29	18
Niger	...	...	30	19
Mali	...	...	33	22
Burkina Faso	18	11	37	24
Moçambique	...	...	45	34
RCA	73	41	54	41
Benim	...	...	80	47
Costa do Marfim	...	...	63	47
Tanzânia	...	...	47	48
Senegal	44	30	64	52
Gâmbia	66	34	72	57
Mauritânia	...	...	61	53
Marrocos	75	47	83	65
Togo	...	...	98	72
Egipto	...	...	98	88
Argélia	91	71	97	91
Nigéria	...	...	60	58
Tunísia	92	72	99	96
Gana	...	...	64	62
Zambia	81	73	76	74
Quênia	92	89	77	75
Botswana	69	82	79	83
Ilhas Maurícias	80	79	98	98
Lesotho	55	79	64	76

\*: Dados do ano mais recente disponível (período 1988 - 99)

Fonte: Banco Mundial, 2000

A teoria do crescimento endógeno destaca a importância do capital humano no processo de desenvolvimento das sociedades.

$$Y = f(K, AN)$$

Com  $Y$  a corresponder ao produto,  $K$  ao capital e  $N$  à população, sendo  $A$  um parâmetro, é a forma matemática usual de expressar a função de produção.

A teoria económica tradicional encarava o parâmetro  $A$  como exógeno. Depois,  $A$  tornou-se função do tempo ou foi racionalizado como o resíduo dos exercícios de contabilidade nacional, como reflexo do progresso técnico. Mas, estas variáveis eram por sua vez consideradas exógenas e pouco se avançava.

A literatura do crescimento endógeno optou por tornar  $A$  função de outras variáveis do modelo, nomeadamente do capital. Assim, viria:

$$Y = f(K, A(K)N)$$

Mantendo-se a notação acima referida.

A forma mais simples de racionalizar  $A(K)$  é assumir que representa o capital humano<sup>121</sup>. O que reporta para o trabalho de autores como Becker (1964) e Lucas (1988). Este último autor aponta que o capital humano é acumulado a uma taxa determinada pelo investimento de tempo em educação. Alternativamente, o conhecimento pode ser encarado como um stock com características de bem público<sup>122</sup>. Assim, o factor trabalho na economia seria função do investimento social do governo.

O mais importante na teoria do crescimento endógeno é o reconhecimento de que o crescimento de longo prazo é gerado por um conjunto de influências bem mais lato do que aquelas capturadas pelos modelos tradicionais. E, que essas influências podem ocorrer via efeitos externos, requerendo intervenção pública. “O que abre a porta à possibilidade de *trade offs* entre cortes na despesa pública e a taxa de crescimento de longo prazo” (Walters, B., 1995: p. 1875). Outra porta aberta é a consideração da existência de dependências entre a oferta de trabalho efectiva e o investimento em tempo das mulheres na criação (reprodução, educação, socialização) da força de trabalho futura da sociedade.

A dependência da taxa de crescimento da economia das preferências dos indivíduos por investimento em capital humano levanta outra possibilidade interessante. A evidência estatística aponta que as mulheres têm uma propensão marginal a investir na educação das crianças mais elevada do que os homens. O que deriva dos papéis de género socialmente construídos<sup>123</sup> (como já foi acima demonstrado). Logo, a distribuição do rendimento por sexo pode ser uma determinante significativa na taxa de crescimento das economias.

E este é mesmo o problema fundamental da teoria económica neoclássica. Esta teoria defende o primado do individualismo metodológico, traduzido no conceito do *homo economicus*: o indivíduo racional, egoísta e maximizador. No entanto, as preferências individuais são socialmente determinadas.

---

<sup>121</sup> O parâmetro  $A$  também pode ser endogeneizado por forma a ultrapassar o problema da identificação da força de trabalho com a população referido no capítulo 4 deste trabalho.

<sup>122</sup> Romer, 1986, citado em Walters, B., 1995

## 8.2 – O *Mainstreaming* da problemática do género

A conferência das Nações Unidas sobre a igualdade de género, realizada em Beijing, na China, em 1995, reconheceu o problema da assimetria de género e abriu novos caminhos para o enfrentar. Os chefes de Estado e de Governo presentes comprometeram-se a adoptar uma estratégia de internalização da igualdade de género nas políticas públicas correntes (o chamado *mainstreaming*) e a avaliar, de forma regular e sistemática, o impacte desta estratégia do ponto de vista da igualdade de género.

O que é que isto significa? Os governos devem promover uma política activa, visando integrar a preocupação pela igualdade entre os sexos em todas as suas políticas e programas, analisando as consequências que delas resultam para as mulheres e para os homens, antes de qualquer tomada de decisão. Os governos passariam, assim, “a incorporar nos seus processos de tomada de decisão política uma grelha de análise que diferencie necessidades, interesses, objectivos, recursos e resultados, segundo o género<sup>124</sup>, de modo a respeitar o princípio da igualdade” (Silva, M., 2000: p. 45).

Ainda nas palavras de Manuela Silva, “o princípio da igualdade entre os dois sexos implica que se reconheçam e se valorizem igualmente as diferenças inerentes às mulheres e aos homens e aos papéis que umas e outros desempenham na vida pública e privada” (Silva, M., 2000: p. 46). O *mainstreaming* significa que se deixa de considerar o masculino como o referente único para ambos os sexos. No fundo com esta estratégia, procura-se por definitivamente em causa suposta a neutralidade das políticas económicas em relação ao género, o que acontecia de modo formal, mas estava muito distante da realidade. “As políticas e propostas legislativas necessitam de ser todas avaliadas pelo seu impacto sobre os géneros e pelas suas possíveis consequências adversas antes de serem postas em prática. Os efeitos adversos poderão deste modo ser identificados antes da aplicação das políticas” (Cardoso, J., 2000: p. 76).

A análise de João Cardoso apresenta uma limitação de base: o autor confunde género com sexos (“...impacto sobre os géneros...”). O género refere-se à construção social da identidade masculina e feminina e às relações de poder/subordinação que se

---

<sup>123</sup> Ver ponto 7.1 deste trabalho

<sup>124</sup> De acordo com o conceito que utilizo para género, a palavra mais indicada no contexto referido pela autora seria “sexo”. É, aliás, o que ela mesma faz logo de seguida.

estabelecem entre homens e mulheres em cada contexto social. E não à identidade biológica – homem ou mulher – dos indivíduos<sup>125</sup>.

Com o *mainstreaming*, a perspectiva da igualdade de género passa assim a estar incluída, de forma consistente e consequente, em todas as políticas públicas correntes, “no entendimento de que estas sempre se dirigem a pessoas concretas, isto é, a mulheres e a homens, e não a entes abstractos” (Silva, M., 2000: p. 46). E pretende-se substituir o pseudo neutro masculino como norma de concepção e aferição das políticas pela referência ao género, feminino e masculino<sup>126</sup>.

Hoje, é cada vez mais reconhecido que a discriminação ocorre independentemente dos comportamentos ou acções individuais. “As decisões discriminatórias baseiam-se nas políticas que estruturam cada organização em concreto e cada sociedade no seu todo”, aponta Virgínia Ferreira (Ferreira, V., 2000: p. 17). Esta constatação abre as portas ao questionar da própria instituição Estado. E por isso se aponta a estratégia do *mainstreaming* como a única capaz de garantir um elevado grau de efectividade às acções positivas delineadas<sup>127</sup>.

Contudo, esta é uma transformação difícil de alcançar. E a realidade permaneceu longe do objectivo definido. Em Portugal, por exemplo, “não existe nenhum procedimento, nem global, nem sistemático, nem eficaz, cujo fim ou resultado seja a avaliação prévia de todas as medidas políticas e jurídicas com um efeito potencial sobre a situação relativa dos géneros” (Cardoso, J., 2000: p. 87). Assim, “a ausência de um sistema de pré-avaliação das medidas propostas pelo seu impacto sobre o género, bem como os problemas manifestos da efectividade geral dos mecanismos actuais, dificultam as tentativas de implementar em Portugal uma estratégia de *mainstreaming*” (Cardoso, J., 2000: p. 87)<sup>128</sup>.

Na verdade, muitas ambiguidades e múltiplos paradoxos têm acompanhado a evolução das políticas promotoras de igualdade entre os sexos nas sociedades ocidentais<sup>129</sup>. O surgimento do Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, em 1997, foi uma tentativa de equação deste problema em Portugal. Este plano é o primeiro programa de

---

<sup>125</sup> Esta limitação parece apontar para a existência de fraquezas no domínio do conceito de género por parte de alguns investigadores portugueses.

<sup>126</sup> Silva, M., 2000

<sup>127</sup> Ferreira, V., 2000

<sup>128</sup> A limitação já acima referida sobre o trabalho de João Cardoso torna a manifestar-se. O autor utiliza indistintamente género e géneros. Utilizando o termo “géneros” quando deveria utilizar “sexos”.

<sup>129</sup> Ferreira, V., 2000

um governo português que refere extensivamente e sistematicamente a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todos os sectores. O seu objectivo geral é integrar o princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todas as políticas económicas, sociais e culturais, seguindo um princípio de *mainstreaming*, promovido pela União Europeia desde meados da década de 90.

No entanto os resultados do Plano ficaram muito aquém das expectativas. “Apesar de ambicioso, o Plano Global não alterou as estruturas, nem o processo da elaboração das políticas e das normas jurídicas com efeito potencial na situação respectiva das populações masculina e feminina. A falta de meios é o problema chave” (Cardoso, J., 2000: p. 88). Outro é o fraco envolvimento de alguns ministérios<sup>130</sup>.

Um dado revelador “é o facto de o Plano Global não ter adquirido nenhuma visibilidade na sociedade portuguesa – nenhuma junto das instituições de ensino, pouca junto das ONG especializadas e dos parceiros sociais, quase nenhuma junto do grande público. Procura-se em vão uma lista das medidas de difusão do Plano, condição necessária à sua boa aplicação” (Cardoso, J., 2000: p. 88).

Na sociedade portuguesa não existe consenso quanto ao princípio das políticas promotoras de igualdade entre os sexos, e muito menos quanto às modalidades de intervenção e recursos a mobilizar<sup>131</sup>.

Uma realidade que não é exclusiva a Portugal. Mais de 70% dos países subscritores da Plataforma de Beijing elaboraram um Plano Global para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. No entanto, um número significativo de governos limitou-se a enumerar áreas de intervenção prioritária. Na gaveta ficaram a objectivação e quantificação de metas, a definição de prazos ou orçamentos para as levar a cabo, bem como a criação de mecanismos de implementação das medidas anunciadas e de dispositivos de avaliação dos resultados<sup>132</sup>.

Como explicar esta situação? Anne Marie Goetz (1995)<sup>133</sup> destaca que as mulheres raramente constituem um movimento reivindicativo e mobilizado ao nível da sociedade. “o risco que os governantes correm ao não levar a cabo as medidas que se propõem é mínimo, porque as mulheres não reivindicam o cumprimento das suas promessas. Daí ser fácil comprometerem-se ao mais alto nível das instâncias governamentais e

---

<sup>130</sup> Cardoso, J., 2000

<sup>131</sup> Ferreira, V., 2000

<sup>132</sup> Ferreira, V., 2000

internacionais, uma vez que a retórica em geral é suficiente” (Goetz, A., 1995: p. 56, citada em Ferreira, V., 2000: p. 33).

O *mainstreaming* é um processo técnico e político que exige mudanças nas culturas organizacionais e maneiras de pensar. Requer mudanças a todos os níveis: no estabelecimento de prioridades e, na definição, planeamento, implementação e avaliação de políticas.

Ora, isto é muito difícil de alcançar. As organizações burocráticas (de que o Estado é o corolário) resistem fortemente à mudança. A sua lógica departamental impede uma mobilização transversal tendo em vista a cooperação para uma finalidade comum. A explicação é simples. Toda a colaboração com outros departamentos é vista como uma dispersão dos seus próprios recursos<sup>134</sup>. “Ao contrário da imagem comum que se pretende fazer passar, as equipas governamentais não são colectivos orientados para a cooperação, sendo mesmo frequentemente atravessadas por uma forte concorrência entre ministérios, departamentos, organismos, etc. É também por isso que raras vezes os próprios mecanismos para a igualdade, como são entre nós a Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, por exemplo, ousam ‘invadir’ o território alheio” (Ferreira, V., 2000: p. 31).

As próprias organizações internacionais têm-se confrontado com grandes dificuldades em aplicar os princípios e estratégias que recomendam aos seus próprios projectos e programas. Por uma série de razões derivadas das lógicas instaladas de funcionamento e dos modos de fazer, verifica-se que mesmo quando a análise das relações de género preside à concepção de projectos e programas de desenvolvimento, tendem a esfumar-se quando chegam ao terreno da sua implementação prática<sup>135</sup>.

### 8.3 – Empowerment – o contributo de John Friedman

John Friedman, analisa a problemática do género de acordo com o seu conceito de “empowerment/disempowerment” das mulheres em contextos sociais diferentes do ocidental. Aqui, o acento tónico é colocado não no indivíduo, mas sim no grupo. A estratégia para promoção da igualdade de género é o “empowerment” das mulheres.

---

<sup>133</sup> citada em Ferreira, V., 2000

<sup>134</sup> Ferreira, V., 2000

<sup>135</sup> Ferreira, V., 2000

Esta estratégia consiste em proporcionar meios às mulheres para que consigam procurar e atingir, por elas mesmas, a sua autopromoção. Assim, o *empowerment* é o processo através do qual as pessoas, organizações e grupos tomam consciência da forma como as relações de poder/subordinação operam nas suas vidas e desenvolvem capacidades e confiança para as desafiarem e alcançarem um maior nível de controlo sobre as suas vidas<sup>136</sup>.

Na operacionalização do seu conceito de *empowerment*, Friedman recorre a um outro conceito, o de unidade doméstica<sup>137</sup>. Este traduz a ideia do agregado familiar que é simultaneamente, uma unidade económica (assumindo-se quer como entidade produtora, quer consumidora) e uma unidade política (constitui “a mais pequena unidade territorial que exhibe comportamento político” – Friedman, J., 1996).

Friedman considera fundamental analisar o funcionamento interno das unidades domésticas na construção de um desenvolvimento alternativo. Essa análise traz à luz a desigualdade estrutural de género, que está enraizada nas relações internas das próprias unidades domésticas, constituindo a principal fonte (em conjunto com a diferenciação por estrutura etária) de tensões e lutas nessas relações<sup>138</sup>.

As unidades domésticas têm uma hierarquia mediada por Género, Idade e Parentesco, e baseiam-se em relações contratuais. O Estado reconhece-as como unidades sociais significativas, assumindo como seu chefe (nomeadamente em termos legais), geralmente, o homem. Na realidade, muitas são as unidades domésticas, de facto, lideradas por mulheres. Por várias razões (que se traduzem no “desaparecimento” do homem) muitas mulheres acrescentam ao “seu papel” (alimentar e educar os filhos) o de garantir a integridade da unidade doméstica, e o cumprimento das obrigações desta para com a comunidade (papel “normalmente” desempenhado pelo homem). Em todo o mundo, 30 a 40% das unidades domésticas urbanas são lideradas por mulheres (sendo este número superior em regiões como a América Latina e as Caraíbas e inferior noutras, sendo o melhor exemplo o Médio Oriente)<sup>139</sup>. Nestas situações sucede, muitas vezes, as mulheres terem de lidar com tentativas dos membros masculinos da família extensa para controlarem a unidade doméstica.

---

<sup>136</sup> Friedman, J., 1996

<sup>137</sup> Friedman coloca a tónica da sua análise não no indivíduo, mas sim no grupo.

<sup>138</sup> Friedman, J., 1996

<sup>139</sup> Friedman, J., 1996

É a hierarquia política definida no interior das unidades domésticas que gera a divisão de tarefas no seio desta, de acordo com os costumes vigentes na sociedade em causa, segundo duas vertentes: Género e Idade. Essa divisão de trabalho passa pela atribuição/distribuição do tempo de trabalho pelos vários domínios da prática social<sup>140</sup>:

1. Economia Doméstica: colheitas de subsistência, preparação de alimentos, etc.
2. Sociedade Civil: relações inter – unidades domésticas, família, religião, etc.
3. Economia de Mercado: Trabalho formal e informal.
4. Comunidade Política.

A divisão de trabalho habitualmente realizada não é inflexível: as unidades domésticas utilizam os recursos rotativamente, dependendo das circunstâncias (marcadas por factores como: migrações, composição da unidade doméstica, sazonalidade do trabalho agrícola, ...).

A pesquisa de Amartya Sen sobre as unidades domésticas lançou uma nova luz sobre o seu estudo: no seu interior existe luta por uma divisão de trabalho e recursos mais equitativa. A unidade doméstica não é uma entidade do tipo corporativo. Pelo contrário. Ela apresenta um comportamento cooperativo (multiplicação dos recursos totais) e conflitual (divisão dos recursos totais entre os membros da unidade doméstica). Homens e mulheres ganham cooperando uns com os outros porque isso aumenta os recursos totais do agregado familiar. Mas a divisão dos frutos da cooperação é uma fonte de conflito. As mulheres estão em desvantagem na negociação porque a sua posição de base tende a ser mais fraca do que a dos homens. Isto é, se tentarem viver independentes dos homens tendem a sofrer a pobreza e a desaprovação social.

Sen utiliza o conceito de legitimidade para analisar a divisão de recursos intra-agregado familiar. Uma análise que permite abrir a “caixa negra” da família e ir muito além das análises que se limitam ao estudo da divisão de recursos entre os vários agregados familiares. A assunção implícita nestas últimas é de que essa divisão dos recursos totais obtidos pelo agregado se faz de forma equitativa entre os seus vários membros. Ora, esta assunção está muito longe da realidade. O conceito de legitimidade de Sen apela directamente à noção de condicionamento social. E, logo, no âmbito do género, ao fio condutor de todo o meu trabalho: o género e a assimetria de género enquanto construção social da diferença entre homens e mulheres, dos papeis que cabem a uns e outras e das

---

<sup>140</sup> Friedman, J., 1996

relações de poder/subordinação entre homens e mulheres. Como refere Sen: “Se, por exemplo, considerarmos a questão da privação das mulheres no contexto da distribuição relativa da comida no seio da família, é muito claro que por vezes as mulheres são prejudicadas devido à ideia daquilo que é ‘apropriado’ ou ‘certo’. E que tende a favorecer os homens em relação às mulheres e os rapazes em relação às raparigas. Os homens são vistos como o ‘ganha-pão’ da família, aqueles que trazem rendimentos para casa. Este facto tem um impacto importante na noção de legitimidade – quem deve obter quanto, no seio do agregado familiar, na divisão de comida e outras *commodities*, incluindo os cuidados de saúde e médicos que a família pode pagar” (Entrevista a Amartya Sen in Swedberg, R., 1990: p. 256). Ou seja, aqueles que trabalham fora de casa – e que tendem mais vezes a ser os homens do que as mulheres – também tendem a obter uma parte desproporcionadamente grande dos benefícios totais da família. Isto acontece mesmo quando o trabalho não mercantil no seio do agregado (onde o trabalho feminino é dominante) é tão ou mais importante para o bem estar familiar do que o trabalho mercantil<sup>141</sup>.

E, quando a solução encontrada pela família para a divisão dos seus recursos totais implica uma clara assimetria de género, isso é encarado como a “ordem natural das coisas”. Assim, na análise dos agregados familiares é necessário considerar as percepções subjectivas das pessoas derivadas do condicionamento social.

Regra geral, esta dupla vertente de cooperação/conflito está relativamente escondida em contextos familiares. O que torna a sua análise muito mais complexa. Na verdade, os elementos cooperativos são muito importantes porque as famílias sobrevivem na base da ajuda mútua. Mas, impregnados nos elementos de cooperação, estão também elementos de conflito. Normalmente estes últimos estão latentes. A sua erupção clara à superfície das relações familiares dá-se em situações de crise, como em momentos de escassez de comida para o agregado familiar. Aí a família tem de decidir se os rapazes obterão mais do que as raparigas e como será a comida repartida entre homens e mulheres. O problema, como aponta Sen, é que “dada a própria natureza da família – as pessoas vivem juntas, partilham a mesma casa, o mesmo tacho de comida, por vezes até a mesma cama – é muito difícil enfrentar de frente os elementos de conflito. Fazê-lo

---

<sup>141</sup> Swedberg, Richard, 1990

pareceria muito pouco ético em relação à própria natureza da família” (Entrevista a Amartya Sen in Swedberg, R., 1990: p. 257).

Assim, os elementos de conflito no seio das famílias tendem a estar escondidos. E a sua resolução apela para a noção de legitimidade acima mencionada. “Há uma espécie de percepção partilhada por todos sobre a forma de resolução destes conflitos, e que geralmente toma a forma de uma qualquer noção de legitimidade que todos aceitam”, explica Sen (Entrevista a Amartya Sen in Swedberg, R., 1990: p. 257). Isto é, a noção do que é certo, e do que cada um merece no seio do agregado familiar. E, estas são percepções subjectivas que derivam do condicionamento social.

A divisão de trabalho de género constitui um dos principais pontos de conflito político intra – unidade doméstica. Outros pontos relevantes são: as relações sexuais; o controlo sobre os rendimentos; a educação das crianças; a participação das mulheres em assuntos civis e políticos.

Apesar das mudanças nos papéis de género, em geral a estrutura das unidades domésticas, por todo o mundo, continua a discriminar e a subordinar a mulher face ao homem, quer dentro de casa, quer no domínio público. As mulheres membros das unidades domésticas mais pobres sofrem um duplo “disempowerment”: numa primeira vertente como resultado do tipo de unidade doméstica a que pertencem (pobre) e, numa segunda vertente, discriminação no interior desta, em virtude do sexo<sup>142</sup>.

“É necessário entender que o “disempowerment” das mulheres é estruturalmente determinado – a intervenção das mulheres na sociedade (o que podem ou não fazer) está severamente restringida pela identidade de género (“o papel feminino”) e os seus direitos (da partilha da propriedade até à quantidade de comida que lhes cabe no seio da unidade doméstica) estão igualmente restringidos, a favor do homem” (Friedman, J., 1996: p. 120).

Ora, esta definição de direitos e obrigações (normas sociais) não é estática no tempo: existe um processo de renegociação constante (“luta”) no seio das unidades domésticas, o que lhes confere o seu carácter político. Essa política das unidades domésticas torna-se mais conflitante com a urbanização, visto que o controlo da comunidade tradicional sobre o comportamento das mulheres torna-se menos rígido e as mulheres começam a trabalhar na esfera da economia de mercado. Ou seja, da urbanização resulta um

---

<sup>142</sup> Friedman, J., 1996

“descongelamento dos padrões tradicionais das relações sociais” (Friedman, J., 1996: p. 120), traduzindo-se no desencadeamento de um conjunto de processos tendentes à emancipação das mulheres.

Um processo de desenvolvimento alternativo tem inerente duas vertentes de reivindicações<sup>143</sup>:

1. Estratégias: reivindicação fundamental de igualdade de género (luta a longo prazo). Referem-se ao “disempowerment” sistemático das mulheres, que se encontra codificado nas instituições sociais (dirigem-se à sua condição fundamental, procurando desafiar disposições legais e institucionais que as mantêm numa posição de subordinação permanente).
2. Práticas: reivindicações relativas ao curto prazo. Progressos neste âmbito podem fazer avançar objectivos estruturais/ estratégicos.

Os Programas de Desenvolvimento promovidos pelas Organizações Internacionais apesar de formalmente neutros em relação à questão do género, na realidade, não o são e tendem a reforçar a subordinação das mulheres, pois o novo leque de oportunidades aberto pelos programas é apropriado pelos homens<sup>144</sup>. Um bom exemplo são as políticas agrícolas: como são os homens quem geralmente tomam as decisões e têm as actividades visíveis em meios rurais, existe sempre a tendência para privilegiar a modernização das tarefas que desempenham, em detrimento das que competem às mulheres.

A estrutura de oportunidades das mulheres é, como já vimos, muito limitada, destacando-se o acesso restrito que têm às bases do poder social: acesso diferenciado à habitação, restrição do espaço de vida à esfera doméstica, largo período de tempo despendido em actividades de subsistência do grupo, fraco nível de competências técnicas, nível de instrução formal inferior ao dos homens e de qualidade mais fraca, acesso aos instrumentos e meios de produção muito restringido, limitação de direitos de propriedade, acesso inadequado a serviços básicos de saúde, controlo muito fraco sobre os seus próprios corpos<sup>145</sup>.

O conjunto de “reivindicações práticas” mencionadas não é passível de exigência de uma longa fase preliminar de “despertar consciências”. Pelo contrário, as mulheres

---

<sup>143</sup> Friedman, J., 1996

<sup>144</sup> Friedman, J., 1996

<sup>145</sup> Friedman, J., 1996

sabem muito bem do que precisam para viverem uma vida melhor. E, é este tipo de preocupações muito práticas e imediatas que é necessário traduzir em objectivos dos programas de desenvolvimento.

A problemática do género e dos papéis de género está profundamente enraizada na matriz cultural das sociedades. “É a compreensão de atitudes e valores culturalmente adquiridos que dá conta da subordinação das mulheres e da reprodução social do patriarcado de geração para geração, com a conviência das próprias mulheres” (Friedman, J., 1996: p. 123). A importação da retórica feminista ocidental, com a sua elevada valorização do indivíduo, é, muitas vezes, uma abordagem pouco correcta para esta problemática, pois estamos a falar de contextos sociais muito diferentes, marcados pela coesão e harmonia social, em que a realização pessoal (e o próprio sentido da vida) reside na lealdade filial e na partilha de fortes identidades familiares, étnicas, religiosas, etc.

O estudo de Carole H. Browner (1986, citada em Friedman, J., 1996) sobre uma comunidade camponesa (pequenos produtores) no sul do México é bem exemplo disso. Essa comunidade apresentava um alto nível de integração e flexibilidade, apesar de os homens exercerem um controlo político exclusivo. Todos, incluindo as mulheres, procuravam preservar o carácter corporativo e extremamente fechado desta comunidade. As mulheres desenvolveram uma estratégia de adaptação a esta situação de subordinação tradicional: construção de laços extremamente fortes com os filhos homens, por forma a atingirem os seus objectivos através da manipulação desses laços interpessoais. A forma de dominação vigente nesta comunidade tem a sua legitimidade baseada num padrão de valores partilhados. Estas mulheres não se esforçam por se “libertarem” como indivíduos uma vez que a individuação é conotada negativamente.

Isto não significa que a igualdade de Género nas suas dimensões prática e estratégica não deva ser uma reivindicação política, mas sim que as formas culturalmente mediadas devem ser seriamente encarados, ou seja, não estão em causa somente questões técnicas ou funcionais.

Os movimentos das mulheres têm que estar enraizados na própria história e cultura da sociedade em causa. A importação de modelos “de fora” não leva a resultados emancipatórios.

O empowerment constitui uma abordagem geral às reivindicações das mulheres, organizada em três vertentes: mobilização social em torno das maiores preocupações das mulheres (empowerment social); mudança de mentalidade das mulheres (empowerment psicológico); maior acesso às bases do poder social por parte das mulheres (empowerment político)<sup>146</sup>.

As reivindicações práticas – as que afectam as condições de vida, em especial daquelas mulheres em unidades domésticas já de si “disempowered” podem ser enquadradas em 4 grandes categorias:

1. Economias de tempo na concretização das tarefas diárias das unidades domésticas (acesso a água potável – Ver Quadro 8.3 – combustível; recursos comunitários; cuidados diários para as crianças; ...)
2. Cuidados de saúde melhorados (informação sobre o controlo da natalidade e acesso a instrumentos profilácticos baratos para efectivamente a controlar, cuidados infantis, pessoal médico que dê instrução e educação médica básica, a nível de vizinhança, a mulheres da aldeia, ...)
3. Aquisição de conhecimentos, técnicas e informação relevantes para tarefas tradicionalmente femininas (aprender a ler; melhorar a higiene pessoal, a nutrição e as práticas agrícolas; adquirir informação acerca de serviços especiais para mulheres, ...)
4. Oportunidades alargadas de rendimentos (colheitas, criação de gado, produção artesanal, trabalho fabril, ...) e, existência de garantia de controlo por parte das mulheres sobre os seus rendimentos pessoais.

---

<sup>146</sup> Friedman, J., 1996

QUADRO 8.3 – Percentagem da população com acesso a uma fonte de água potável

<b>Região mundial</b>	2000
<b>Baixo Rendimento</b>	76
<b>Médio Rendimento</b>	81
Médio/baixo	80
Médio/alto	87
<b>Alto Rendimento</b>	...
<b>Baixo e médio rendimento</b>	79
Ásia Oriental e Pacífico	75
Europa e Ásia Central	...
América Latina e Caraíbas	85
Médio Oriente e Norte de África	89
Ásia do Sul	87
África Subsahariana	55

Fonte: Banco Mundial, 2001a

Estas categorias gerais de reivindicações podem e devem ser especificadas (destacando as mais relevantes) em cada contexto nacional específico: as políticas de género têm que ser nacional e mesmo regionalmente diferenciadas e, as mulheres locais têm que ser parte activa na sua formulação e implementação. O desenvolvimento é um processo no qual as mulheres são tanto agentes como beneficiárias da mudança.

Em termos das reivindicações estratégicas (deconstrução do poder patriarcal para uma democratização da unidade doméstica), essas constituem uma tarefa bem mais complicada, pois implicam uma vasta transformação social e política das sociedades em questão. Mas não devem ser esquecidas.

Para permitir e promover a longo prazo uma maior participação das mulheres na tomada de decisão dos processos de desenvolvimento, os projectos não devem ser dirigidos exclusivamente para a melhoria do bem estar das mulheres a curto prazo (necessidades práticas), mas contribuir igualmente para melhorar a posição das mulheres na sociedade. A popularidade actual do conceito de *empowerment* reflecte a passagem, nas estratégias de desenvolvimento, de um paradigma de mudança do tipo top-down (decidida de cima para baixo) para outro, com uma lógica muito mais bottom-up, mais participativo, no qual é dada voz às populações sobre as opções em aberto para a sociedade. Esta mudança traduz-se na tendência crescente das entidades doadoras de 'ajuda' para o

desenvolvimento estabelecerem parcerias com organizações da sociedade civil (as famosas ONG – Organizações Não Governamentais), preterindo o parceiro Estado<sup>147</sup>.

#### 8.4 – Do WID ao GAD

O movimento Mulheres no Desenvolvimento (Women in Development – WID) surgiu no princípio da década de 70 do século XX, no espaço da Organização das Nações Unidas.

O movimento WID partia da rejeição do estatuto de beneficiárias com necessidades especiais em saúde e bem estar até aí atribuído às mulheres, para lhes reconhecer um estatuto de membros produtivos das sociedades. As mulheres passaram a ser vistas como o *missing link* dos processos de desenvolvimento<sup>148</sup>.

A argumentação do movimento WID era clara. Se a contribuição económica das mulheres fosse aumentada e reconhecida, dando-se a sua inserção no mercado de trabalho, o seu estatuto social melhoraria e o seu poder face aos homens também aumentaria. Mais, destacava-se que a negligência do papel das mulheres como produtoras estava na base do insucesso de grande parte das políticas de desenvolvimento. Ou seja, o movimento WID acentuava o papel produtivo das mulheres, entendendo que é a sua exclusão do mercado que provoca a sua subordinação. Assim, elaboraram-se planos e programas orientados para a melhoria da eficiência e eficácia das mulheres no sector produtivo. Como aponta Virgínia Ferreira: “Tal posição legitimou a promoção de pesquisas que incidiam apenas sobre as mulheres e a distribuição de recursos através de projectos dirigidos exclusivamente a mulheres, traduzidos em apoios a actividades empresariais em pequena escala” (Ferreira, V., 2000: p. 22). Ou seja, ‘esqueceram-se’ os homens e as relações de poder entre homens e mulheres. Como se o feminino fosse uma classificação possível sem o masculino.

O movimento WID acreditava que o investimento na produtividade das mulheres geraria um retorno em termos económicos e sociais, originando um impacto positivo no desenvolvimento nacional.

A realidade não é assim tão simples e muitos projectos não foram bem sucedidos (por várias razões, entre elas a extrapolação das normas e valores ocidentais para outros

---

<sup>147</sup> Ferreira, V., 2000

contextos)<sup>149</sup>. E pouco se conseguiu na redução da marginalização económica das mulheres. Com efeito, as medidas preconizadas centravam-se exclusivamente nas mulheres “e não tinham em conta as relações de poder entre os sexos, nem a grande interdependência existente entre as actividades dos homens e das mulheres no assegurar da sobrevivência” (Ferreira, V., 2000: p. 22). Muitas vezes, as mulheres eram consideradas isoladamente, procurando soluções parciais e apontando as suas necessidades através de intervenções específicas e em projectos com uma “componente” mulher.

É a partir da crítica às limitações das abordagens e das práticas inspiradas no movimento WID, que surge o movimento Gender and Development (GAD). A sua base de análise é o reconhecimento da posição subordinada das mulheres como consequência das relações de género em cada contexto societal. E defende que as políticas e as práticas de desenvolvimento têm de as levar em conta. Isto “não significa desinteresse em aumentar o acesso das mulheres aos recursos nem em aumentar a sua produtividade. Simplesmente não se parte da ideia de que para aumentar a produtividade das mulheres basta redistribuir recursos, nem de que para aumentar a sua autonomia basta aumentar o seu acesso a esses recursos” (Ferreira, V., 2000: p. 23).

Uma análise de género não se pode limitar ao reconhecimento e combate dos constrangimentos enfrentados pelas mulheres na sua incorporação no sector produtivo da economia. Ela tem de analisar a interacção entre produção de bens e serviços e a reprodução dos seres humanos no contexto da divisão sexual do trabalho e considerar a diferenciação de género, ou seja, os papéis assumidos tanto pelos homens como pelas

---

<sup>148</sup> Ferreira, V., 2000

<sup>149</sup> Ferreira (2000) refere um exemplo caricato, citado de um estudo de Razavi e Miller (1995). Trata-se de um projecto de investimento na produção de peixe fumado na Guiné. “O objectivo do projecto era aumentar a produtividade do trabalho das mulheres, que se ocupavam de defumar e vender o peixe, enquanto os homens o pescavam. O projecto organizou-se em torno dos colectivos de mulheres e foram-lhes dados novos fornos de defumar peixe. As mulheres da comunidade tinham estabelecido relações de negócio com os pescadores (em alguns casos os seus maridos), no seio das quais os homens encontravam meios regulares de escoar a sua produção enquanto as mulheres dependiam dos homens no fornecimento do peixe. O projecto, ao introduzir uma nova tecnologia, fragmentou este sistema de interdependências sem oferecer às mulheres fontes alternativas de fornecimento de matéria prima. Os homens, ao perceberem as mulheres como beneficiárias de fundos externos, aumentaram os preços do peixe de modo incomportável para o projecto. As mulheres tiveram que procurar fontes alternativas de fornecimento, passaram a comprar o peixe a um preço que não lhes permitia lucros e tiveram que aumentar os inputs de trabalho” (Ferreira, V., 2000: p. 38). O fracasso do projecto deveu-se a não terem sido levadas em conta as articulações entre actividades masculinas e femininas. Partiu-se do princípio que a intervenção numa fase da produção (desempenhada pelas mulheres) não teria qualquer impacto nas restantes (desempenhadas pelos homens).

mulheres em cada contexto social. As relações de género estruturam o comportamento e a situação das mulheres, mas também dos homens.

Assim, a perspectiva GAD assenta numa clara articulação entre a estratégia do *mainstreaming* (a construção da igualdade entre os sexos deve presidir à formulação, implementação e avaliação de todas as políticas) e a do *empowerment* das mulheres (recursos mais autonomia). O objectivo último é aumentar a autonomia das mulheres através do maior controlo sobre os recursos tanto materiais como imateriais. Um objectivo só alcançável através da evolução dos papéis de género socialmente construídos.

## 9 – Conclusão

O Género, os papéis de Género, resultam de uma construção social das relações entre homens e mulheres, não sendo biologicamente determinados. Como construção social são, naturalmente, dinâmicos, e, como tal evoluem e alteram-se ao longo da história e diferem de sociedade para sociedade. A identidade masculina e feminina (ou seja, a construção social do ser homem e ser mulher) difere entre gerações, raças, etnias e grupos religiosos, assim como entre os membros de diferentes classes sociais.

A internalização desse mesmo dinamismo (as relações de Género não são imutáveis) pelos programas de desenvolvimento promovidos pelas organizações internacionais é fundamental. Se esse esforço não for feito, estes programas vão ter impactos diferenciados e assimétricos indesejados sobre homens e mulheres, em virtude dos diferentes papéis que cabem a cada um nas diferentes sociedades. Essa diferenciação/assimetria tem de ser levada em conta também na elaboração e não apenas na implementação dos programas, por forma a que estes, involuntariamente (os famosos efeitos perversos!), não contribuam para uma crescente desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos países em vias de desenvolvimento.

O reconhecimento do género na análise macro-económica requer, numa primeira fase, que se olhe para os modelos económicos a partir da perspectiva das mulheres, das suas vidas. Nestas, muito tempo é dedicado a trabalho não remunerado na reprodução social, para além do trabalho remunerado na produção mercantil. É também necessário reconhecer que as relações de género são uma variável interveniente na estrutura dos próprios processos económicos de mercado, aos níveis macro, meso e micro.

Os modelos que moldam o desenho dos PAE são formalmente neutros face ao género. Contudo, o género tem um papel significativo na determinação dos parâmetros e processos de agregação do modelo utilizado pelas organizações internacionais para examinar as perspectivas de crescimento e a necessidade de ajuda dos PVD. Essa significância é ainda maior quando a grelha de análise é alargada para cobrir o investimento nas capacidades humanas e reprodução social.

As mulheres têm uma posição subordinada na sociedade, o que as impede de beneficiar e participar nos projectos de desenvolvimento de modo equitativo, em particular ao nível decisório. Isto deriva das identidades de género socialmente construídas. A

identidade feminina prende as mulheres ao lar (papel materno e de esposa), enquanto a identidade masculina se caracteriza pela participação na esfera pública.

Para minorar o problema, os programas e projectos de desenvolvimento devem integrar tanto os homens como as mulheres na identificação dos problemas e no planeamento das soluções. Eles e elas são tanto agentes como participantes e beneficiários da mudança. Este é um problema não apenas de equidade (como é normalmente focado na análise económica), mas também de eficiência. E, é como tal, que tem de ser considerado pela análise económica.

Um ajustamento estrutural sustentável requer investimento na reprodução social. E, mais relevante do que a assimetria de género em termos de mobilidade (em particular do trabalho), é a persistência da segregação de género nas actividades de reprodução social (socialmente identificadas como femininas. Logo, são responsabilidade das mulheres) e na produção. A este problema junta-se a persistência de estruturas de direitos enviesadas em favor dos homens, que limitam o controlo das mulheres sobre os recursos, mesmo a sua própria força de trabalho.

O resultado das políticas económicas depende da matriz social de género na qual são introduzidas. Mas, essa mesma matriz é dinâmica e a sua transformação pode ser promovida para conduzir a políticas económicas mais eficazes e de maior igualdade de género.

Apesar de todos os grandes paradigmas da teoria económica terem desenvolvido instrumentos analíticos relevantes para uma análise de género (veja-se o exemplo de Gary Becker para a teoria económica neoclássica), o uso generalizado dos quadros teóricos mais relevantes para a análise dessa dimensão permanece uma utopia muito longe da realidade. Continua a prevalecer a tendência de analisar os mercados como se estes se tratassem de uma realidade geral, neutra na perspectiva do género. E, mesmo quando a problemática do género é considerada, ela limita-se quase em exclusivo à desagregação dos agentes por sexo. O que como referi ao longo deste trabalho está muito longe de uma verdadeira análise de género. Assim, a questão do género continua marginalizada em análises cujo objectivo é, à partida, o tratamento das diversidades entre homens e mulheres.

Com este trabalho procurei realizar uma crítica de género à teoria económica dominante no contexto do desenvolvimento. Com particular destaque para a teoria neoclássica. O

primado do individualismo metodológico em que assenta toda esta teoria “esquece” o efeito determinante que o processo de socialização tem sobre o comportamento dos indivíduos. E, nesse processo de socialização, a assimilação dos papéis de género por cada indivíduo é uma vertente fundamental. A identidade masculina e feminina socialmente construída condiciona toda a actuação de homens e mulheres. Inclusive, enquanto agentes económicos nos mercados.

Neste trabalho procurei realizar um *survey* dos muitos trabalhos já publicados sobre este tema, recolhendo contributos não apenas da área económica, mas também de outros campos da ciência como a sociologia e a psicologia social. O meu destaque foi, para a discussão portuguesa. Há vários contributos nesta área, vindos das várias ciências sociais, economia, sociologia, psicologia social, ... mas cada um tende a permanecer estanque no quadro teórico da disciplina de origem do respectivo autor.

O meu contributo foi, espero, colocá-los em contacto, porque esta é uma problemática multidisciplinar e apenas dessa forma pode ser correctamente apreendida analisada. O género, tal como a maioria dos problemas reais não podem ser classificados sob a bandeira de uma única disciplina, situando-se na fronteira entre várias. Ou seja, têm uma natureza multidisciplinar.

## 10 – Bibliografia

- Agarwal, Bina (Ed.) (1988), *Structures of patriarchy*, Zed Books, Londres
- Amâncio, Lígia (2002), “O género na psicologia social em Portugal: perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros”, *ex aequo*, N.º 6
- Amâncio, Lígia (2001), *Pensar no feminino*, Edições Colibri, Lisboa
- Amâncio, Lígia (1993), “A articulação psicossociológica na análise das relações intergrupos”, in AAVV, *Estruturas sociais e desenvolvimento*, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa
- Banco Mundial (2001a), *World Development Indicators 2001*, Banco Mundial, Washington
- Banco Mundial (2001b), *African Development Indicators 2001*, Banco Mundial, Washington
- Banco Mundial (1994), *Enhancing women’s participation in economic development*, Banco Mundial, Washington
- Banco Mundial (1991), *Gender and Poverty in India*, Banco Mundial, Washington
- Banco Mundial (1990), *Making adjustment work for the poor*, Banco Mundial, Washington
- Becker, Gary S. (1981), *A Treatise on the Family*, Harvard University Press
- Becker, Gary S. (1971), *The Economics of Discrimination*, University of Chicago Press, Chicago, 2ª edição
- Becker, Gary S. (1964), *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*, National Bureau of Economic Research, Nova Iorque
- Becker, Gary S. (1960), “An Economic Analysis of Fertility”, in *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton University Press for the National Bureau of Economic Research, Princeton
- Beleza, Teresa Pizarro, “Antígona no reino de Creonte: o impacte dos estudos feministas no Direito”, *ex aequo*, N.º 6, 2002
- Bem, S. (1993), *The lenses of gender*, New Haven, Yale University Press
- Beneria, L., e Feldman, S. (Eds.) (1992), *Unequal burden: economic crises, persistent poverty, and women’s work*, Westview Press

- Berik, G.(1995), *Growth with gender inequity: manufacturing employment in Taiwan*, University of Utah, Department of economics, Salt Lake City
- Birdsall, N., e Sabot, R. (Eds.) (1991), *Unfair advantage: labor market discrimination in developing countries*, World Bank, Washington DC
- Çagatay, Nilufer, e Ozler, Sule (1995), “Feminization of the labor force: the effects of long term development and structural adjustment”, *World Development*, Vol. 23, número 11
- Cardoso, João Casqueira (2000), “O projecto prever o impacto das políticas: pressupostos e principais pontos”, *ex aequo*, N.º 2/3
- CIDM (2000), *Portugal situação das mulheres 1999*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa
- Collier, Paul, “Gender aspects of labor allocation during structural adjustment – a theoretical framework and the African experience”, in Horton, Susan, Kanbar, Ravi e Mazumdar, Dipak (Eds.), *Labor markets in na era of adjustment*, volume I, Banco Mundial, Washington DC, 1994
- Collier, Paul, “The impact of adjustment in women”, In Banco Mundial, *Analysis plan for understanding the social dimensions of adjustment*, SDAUnit, Africa Region, Banco Mundial, Washington DC, 1990
- Collier, Paul, *et al.* (1991), “Public services and household allocation in Africa: does gender matter?”, Center for study of African economies, Oxford
- Commonwealth Secretariat (1990), *Women in export development: studies on Kenya, Ghana, Jamaica and Solomon Islands*, Export Market Development Division, Commonwealth Secretariat, Londres
- Coquery – Vidrovitch, Catherine (1999), *L’Afrique et les africains au XIX siècle. Mutations, révolutions, crises*, Armand Colin, Paris
- Coquery – Vidrovitch, Catherine (1994), *Les africaines. Histoire des femmes d’Afrique Noire du XIX au XX siècle*, Éditions Desjonqueres, Paris
- Coquery – Vidrovitch, Catherine (1992), *Afrique Noire – permanences et ruptures*, Éditions L’Harmattan, Paris
- Darity, William (1995), “The formal structure of a gender segregated low income economy”, *World Development*

Ducados, Henda Lucia e Ennes Ferreira, Manuel (1998), *O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência económica das mulheres em Angola: a Kixikila no município de Sambizanga (Luanda)*, CESA/ISEG, Documento de trabalho número 53, Lisboa

Dwyer, D., e Bruce, J. (Eds.) (1988), *A home divided: women and income in the Third World*, Stanford University Press, Stanford

Elson, Diane (1995), "Gender awareness in modeling structural adjustment", *World Development*, volume 23, número 11

Elson, Diane (1995a), "Household responses to stabilisation and structural adjustment: male bias at the micro level", in Elson, Diane (Ed.), *Male bias in the development process* (segunda edição), Manchester University Press, Manchester

Elson, Diane (1994), "People, development and international financial institutions: an interpretation of the Bretton Woods system", *Review of African political economy*, volume 21, número 62

Elson, Diane (1993), "Gender-aware analysis and Development Economics", *Journal of International Development*, volume 5, número 2

Elson, Diane (1992), "From survival strategies to transformation strategies: women's needs and structural adjustment" in Beneria, L., e Feldman, S. (Eds.), *Unequal burden: economic crises, persistent poverty, and women's work*, Westview Press

Elson, Diane (1991), "Male bias: an overview", in Elson, Diane (Ed.), *Male bias in the development process*, Manchester University Press, Manchester

Elson, Diane (1991a), "Male bias in macroeconomics: the case of structural adjustment", in Elson, Diane (Ed.), *Male bias in the development process*, Manchester University Press, Manchester

Elson, Diane, "The impact of structural adjustment on women: concepts and issues", in Onimode, B. (Ed.), *The IMF, the World Bank and the African debt*, volume 2, Zed Books, Londres, 1989

Elson, Diane, e Pearson, Ruth (1981), "Nimble fingers make cheap work: an analysis of women's employment in Third World export manufacturing", *Feminist Review*, número

7

- Feldman, S. (1992), "Crisis, Islam and gender in Bangladesh: the social construction of a female labor force", in Beneria, L., and Feldman, S. (Eds.), *Unequal burden: economic crises, persistent poverty and women's work*", Westview Press
- Ferreira, Virgínia (2000), "A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal", *ex aequo*, N.º 2/3
- Friedman, John (1996), *Empowerment – Uma política de Desenvolvimento Alternativo*, Edições Celta
- Goetz, Anne Marie (1995), *The politics of integrating gender to State development processes – trends, opportunities and constraints in Bangladesh, Chile, Jamaica, Mali, Morocco and Uganda*, Geneva, UNRISD, Occasional paper N.º 2
- González, Maria do Pilar (2002), "Género e Economia: uma abordagem na perspectiva da economia do trabalho", *ex aequo*, N.º 6
- Gustafsson, Siv (1997), "Feminist neo-classical economics: some examples", in Dijkstra G e Plantenga, J. (Orgs.), *Gender and Economics. A European perspective*, Routledge, Londres
- Guyer, J. (1980), "Household budgets and women's incomes", African Studies Center working paper 28, Boston University, Boston
- Handman, Marie – Elisabeth (1993), "La division sexuelle des savoirs", in AAVV, *Estruturas sociais e desenvolvimento*, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa
- Howes, C., Singh, A. (1995), "Long term trends in the world economy: the gender dimensions", *World Development*, Vol. 23, N.º 11
- International Labour Organization (1991), *African Employment Report 1990*, ILO, Jobs and skills programme for Africa
- Jones, C., "Intrahousehold bargaining in response to the introduction of new crops: a case study from North Cameroon", in Moock, J. L. (Ed.), *Understanding Africa's rural households and farming systems*, Westview Press, 1986
- Jordão, Albertina (2000), "Protagonistas do poder local: obstáculos e oportunidades", *ex aequo*, N.º 2/3
- Kabeer, Naila (1994), *Reversed realities – gender hierarchies in development thought*, Verso, Londres

- Kabeer, Naila (1991), “Gender, production and well-being: rethinking the household economy”, Institute of Development Studies discussion paper no. 288, Institute of Development Studies, Brighton
- Kumar, S. (1979), “Impact of subsidized rice on food consumption and nutrition in Kerala”, Research Report 5, IFPRI, Washington DC
- Lopes, Margarida Chagas (2000), “Trabalho de valor igual e desigualdade salarial: breve contributo na base dos pressupostos do capital humano”, *ex aequo*, N.º 2/3
- Lopes, Margarida Chagas (1995), “Employment opportunities for women and wage determinants”, *Working papers do CISEP*, Lisboa
- Lopes, Margarida Chagas e Perista, Heloísa (Coord.) (1999), *Práticas laborais e igualdade de oportunidades – Banca, têxteis, vestuário e calçado*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa
- Lorber, Judith e Farrel, S. (Orgs.) (1991), *The Social Construction of Gender*, Sage Publications, Londres
- Lucas, António (1998), “Igualdade de remuneração, protecção da maternidade e licença parental – Breve caracterização da situação portuguesa”, comunicação apresentada durante as *Jornadas sobre igualdade de oportunidades no âmbito laboral*, Instituto de la Mujer, Madrid
- Lucas, R. E. (1988), “On the mechanics of economic development”, *Journal of Monetary Economics*, Vol. 21
- Mbilinyi, M. (1990), “Structural adjustment, agribusiness and rural women in Tanzania”, in Bernstein, H. (Ed.), *The food question*, Earthscan Publications, Londres
- Onimode, Bade, (cord.) (1990), *Alternative Development Strategies for Africa*, Institute for African Alternatives, London
- Mouchot, C. (1996), *Methodologie économique*, Hachette Supérieur
- Pahl, J. (1983), “The allocation of money within marriage”, *Sociological Review*, volume 32
- Razavi, S. e Miller, C. (1995), *From WID to GAD: conceptual shifts in the women and development discourse*, Geneva, UNRISD, Occasional Paper N.º 4
- Rêgo, Maria do Céu da Cunha, “Estudos sobre igualdade entre mulheres e homens”, *ex aequo*, N.º 6, 2002

- Romer, P. M. (1986), "Increasing returns and long run growth", *Journal of Political Economy*, Vol. 94
- Santos, B.S. (1995), *Toward a new common sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition*, Rutledge, Londres
- Sen, A.K. (1990), "Gender and cooperative conflicts", in Tinker, I. (Ed.), *Persistent inequalities – women and world development*, Oxford University Press, Oxford
- Sen, Amartya (1985), "Women, Technology and Social Divisions", in *Trade and Development*, Nações Unidas, Nova Iorque
- Sen, Amartya (1983), "Economics and the Family" in Sen, A. (Ed.), *Resources, Values and Development*, Harvard University Press, Cambridge
- Sen, G., 1995, "Alternative economics from a gender perspective", *Development*
- Silva, Manuela (2000), "Internalizar a igualdade de género nas políticas públicas: um caminho em aberto", *ex aequo*, N.º 2/3
- Singly, François de (1987), *Fortune et Infortune de la Femme Mariée. Sociologie de la Vie Conjugale*, Presses Universitaires de France, Paris
- Sunstein, Cass R. (1995), "Gender, caste, and law" in Martha Nussbaum e Jonathan Glover (orgs.), *Women, culture and development*, Oxford, Clarendon Press
- Swedberg, Richard (1990), *Economics and Sociology: redefining their boundaries. Conversations with economists and sociologists*, Princeton University Press, Princeton
- Tinker, I. (Ed.) (1990), *Persistent inequalities: women and world development*, Oxford University Press, Oxford
- Torres, Anália (2002), "A sociologia da família, a questão feminina e o género", *ex aequo*, N.º 6
- Walters, Bernard (1995), "Engendering macroeconomics: a reconsideration of growth theory", *World Development*, Vol. 23, N.º 11
- Young, Kate (1993), *Planning development with women*, Macmillan, Londres